

---

## RESUMO

---

Este relatório resulta da realização de um estágio curricular na Câmara Municipal de Almodôvar. O tema abordado, *Propostas Preliminares para o Plano de Urbanização da vila de Almodôvar*, mais concretamente a proposta para a Estrutura Ecológica Urbana, surgiu de iniciativa camarária e foi o objectivo essencial do estágio.

Para a proposta da Estrutura Ecológica Urbana foi fundamental enquadrar o município e analisar a paisagem envolvente da vila, permitindo um maior conhecimento da paisagem e seus elementos, bem como a abordagem de alguns conceitos e levantamentos que fundamentam o trabalho elaborado.

O relatório integra ainda uma parte de considerações finais relativas ao trabalho desenvolvido ao longo do estágio.

### PALAVRAS - CHAVE

Espaços Abertos; Estrutura Ecológica Urbana; Almodôvar.

---

## ABSTRACT

---

This report reflects the curricular training performed at the city hall of Almodôvar town. The subject addressed, Preliminary Proposals of the Urban plan for Almodôvar town, was proposed by the town council, particularly the part related to the Urban Ecological Network and this was the main objective of the training.

Under the theme of the Urban Ecological Network was essential to assess the county and analyze the countryside of the surroundings of the town, allowing a greater knowledge of the landscape and its elements, as well as the awareness of some concepts and surveys which were the basis of the present report.

Moreover, was also included a reflection about the work underlying this report.

## KEYWORDS

Open spaces; Urban Ecological Network; Almodôvar.

---

## AGRADECIMENTOS

---

À Câmara Municipal de Almodôvar pela oportunidade de estágio, em particular ao Dr. João António Palma pela receptividade e disponibilidade prestadas;

Ao Prof. Dr. Arquitecto Paisagista Alexandre Cancela d'Abreu, pela atenção e tempo dedicados no decurso do processo de orientação;

Ao Arquitecto Paisagista Bruno Esteves pela disponibilidade e auxílio prestados;

A todos os meus colegas e coordenadora da Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística, por todo o apoio;

À minha família e amigos, por tudo.

---

## ÍNDICE DE TEXTO

---

Resumo .....	I
Abstract .....	II
Agradecimentos.....	III
Índice de Texto .....	IV
Índice de Figuras.....	VII
Índice de Quadros.....	XI
Índice de Gráficos .....	XII
1. Introdução .....	1
2. Metodologia .....	3
3. Breve Enquadramento do Município de Almodôvar.....	4
3.1. Localização .....	4
3.2. História.....	6
3.3. Contexto Social .....	10
3.4. Contexto Económico.....	14
4. Análise e Diagnóstico da Paisagem .....	17
4.1. Área de Análise .....	17
4.2. Morfologia da Paisagem .....	18
4.2.1. Hipsometria .....	18
4.2.2. Fisiografia.....	19
4.2.3. Hidrografia .....	20
4.2.4. Declives e Orientação de Encostas.....	22
4.3. Síntese Fisiográfica.....	24

4.4. Solo.....	25
4.4.1. Carta de Solos .....	25
4.5. Geologia .....	28
4.6. Carta de Ocupação do Solo.....	29
4.7. Caracterização Climática.....	30
4.8. Ocupação Humana.....	31
4.8.1. Evolução do Crescimento Urbano .....	31
4.8.2. Áreas Consolidadas, Áreas a consolidar e Áreas de Expansão.....	35
4.8.3. Valores Culturais.....	37
4.9. Servidões e Condicionantes .....	44
4.9.1. Planta de Condicionantes .....	44
4.9.2. Planta de Ordenamento .....	49
4.10. Outros Levantamentos .....	52
▪ 4.10.1. Serviços e Equipamentos.....	52
▪ 4.10.2. Espaços Abertos.....	54
▪ 4.10.3. Espaços a Considerar na EEU .....	66
▪ 4.10.4. Sistemas de Vistas.....	68
5. Estrutura Ecológica da Paisagem.....	72
5.1. Conceitos.....	72
5.1.1. <i>Continuum naturale</i> .....	72
5.1.2. Paisagem Global .....	73
5.2. Estrutura Ecológica Urbana .....	74
5.2.1. EEU no Tecido Urbano.....	77
5.2.2. As Tipologias da EEU.....	78
5.2.3. Sistemas da EEU.....	79
5.3. Enquadramento Legal .....	80

6. Proposta Preliminar de Estrutura Ecológica Urbana .....	81
6.1. Área de Intervenção.....	82
6.2. Objectivo e Principais Medidas.....	83
6.3. Sistemas da EEU de Almodôvar .....	84
6.3.1. Sistema Húmido.....	86
6.3.2. Sistema Seco.....	88
6.3.3. Sistema Pontual.....	89
6.3.4. Sistema de Corredores .....	92
6.4. Outras Propostas .....	94
7. Considerações Finais .....	95
Bibliografia.....	96

---

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1 - Esquema da metodologia utilizada. ....	3
Figura 2 - Enquadramento do concelho de Almodôvar na região e seus concelhos limítrofes.....	4
Figura 3 - Esquema das principais estradas do município de Almodôvar.....	5
Figura 4 - Cronologia dos períodos históricos e acontecimentos mais importantes referidos no texto .....	7
Figura 5 - Mapa das estradas romanas no Sul do país, segundo Hubner. ....	8
Figura 6 - Estabelecimentos hoteleiros no concelho de Almodôvar.....	16
Figura 7 - Área de análise da paisagem, escala 1.25000 - Anexo I.....	17
Figura 8 - Hipsometria, escala 1.25000 - Anexo III .....	18
Figura 9 - Altimetria, escala 1.25000 - Anexo II.....	18
Figura 10 - Fisiografia, escala 1.25000 - Anexo IV .....	19
Figura 11 - Hidrografia, escala 1.25000 - Anexo V .....	20
Figura 12 - Enquadramento hidrográfico da Ribeira de Cobres e Planos das Bacias Hidrográficas (PBH) do concelho de Almodôvar. ....	21
Figura 13 - Declives, escala 1.25000 - Anexo VI .....	22
Figura 14 - Orientação solar das encostas, escala 1.25000 - Anexo VII .....	23
Figura 15 - Síntese fisiográfica, escala 1.25000 - Anexo VIII. ....	24
Figura 16 - Extracto da Carta de Solos de Portugal, escala 1.25000 - Anexo IX.....	25
Figura 17 - Carta de Associação de Solos, escala 1.25000 - Anexo X.....	26

Figura 18 - Extracto da Carta de Ocupação do Solo, escala 1.25000 - Anexo XI.....	29
Figura 19 - Evolução do crescimento da vila de Almodôvar, escala 1.5000 - Anexo XIV	31
Figura 20 - Traçado original e principais eixos de Almodôvar.....	32
Figura 21 - Áreas consolidadas, áreas a consolidar e áreas de expansão, escala1.5000	35
Figura 22 - Praça da República .....	36
Figura 23 - Exemplo de muros de pedra seca/azinhaga .....	37
Figura 24 - Exemplo de moinhos .....	37
Figura 25 - Lavadouro do Poço de Ourique .....	37
Figura 26 - Capela de Santo António .....	37
Figura 27 - Ponte antiga sobre a Ribeira de Cobres .....	38
Figura 28 - Entrada da capela de Nossa Senhora da Conceição.....	38
Figura 29 - Actual Museu Severo Portela. ....	39
Figura 30 - Casa Passanha.....	39
Figura 31 - Capela de Santo Amaro .....	40
Figura 32 - Janela manuelina, Praça da República .....	40
Figura 33 - Igreja Matriz de Santo Ildefonso .....	41
Figura 34 - Lateral da Igreja da Misericórdia.....	41
Figura 35 - Mercado Municipal.....	42
Figura 36 - Torre do Relógio .....	42
Figura 37 - Levantamento do património e valores culturais, escala 1.5000 - Anexo XV .....	43



Figura 38 - Extracto da planta de condicionantes, escala 1.5000 - Anexo XVII .....	48
Figura 39 - Extracto da planta de ordenamento, escala 1.5000 - Anexo XVIII.....	51
Figura 40 - Levantamento de serviços e equipamentos, escala 1.5000 - Anexo XIX .....	53
Figura 41 - Ficha de caracterização utilizada no inventário de espaços abertos públicos. .....	54
Figura 42 - Inventário realizado aos espaços abertos públicos existentes, escala 1.5000 - Anexo XXI.....	57
Figura 43 - Levantamento dos espaços abertos privados existentes, escala 1.5000 - Anexo XXII.....	62
Figura 44 - Levantamento de loteamentos e suas áreas de cedência, escala 1.5000 - Anexo XXIII.....	64
Figura 45 - Espaços a considerar na EEU, escala 1.5000 - Anexo XXIV .....	67
Figura 46 - Sistemas de vistas, escala 1.5000 - Anexo XXV .....	68
Figura 47 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar.....	69
Figura 48 - Panorâmica sobre a paisagem envolvente da vila .....	69
Figura 49 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar.....	69
Figura 50 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar.....	70
Figura 51 - Panorâmica sobre a paisagem envolvente da vila .....	70
Figura 52 - Panorâmica sobre a paisagem envolvente da vila .....	70
Figura 53 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar.....	70
Figura 54 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar.....	71
Figura 55 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar.....	71

Figura 56 - Esquema de uma estrutura de sistemas de biótopos ideal, Kunik. ....	75
Figura 57 - Tecido urbano que não permite continuidade na EEU .....	77
Figura 58 - Área de intervenção da EEU, escala 1.25000 - Anexo XXVI .....	82
Figura 59 - Ribeira Sul .....	83
Figura 60 - Ribeira Este .....	83
Figura 61 - Ribeira Norte .....	83
Figura 62 - Proposta preliminar da EEU de Almodôvar, escala 1.5000 - Anexo XXVII ...	85
Figura 63 - Conjunto de imagens que exemplificam os acessos a propriedades rurais	86
Figura 64 - Conjunto de imagens do Parque das Merendas. ....	88
Figura 65 - Parque de Feiras .....	89
Figura 66 - Centro Coordenador de Transportes .....	89
Figura 67 - Área de cedência de equipamento Maldonado II .....	90
Figura 68 - Área de cedência de equipamento Cerca da Presença II .....	90
Figura 69 - Conjunto de imagens referentes a alinhamentos existentes.. ....	92
Figura 70 - Conjunto de cortes esquemáticos associados aos alinhamentos propostos, sem escala. ....	93

---

## ÍNDICE DE QUADROS

---

Quadro 1- População nas últimas décadas, no concelho de Almodôvar .....	10
Quadro 2 - População residente por freguesias em 2011 no concelho de Almodôvar e respectiva densidade populacional .....	11
Quadro 3 - População empregada segundo o sector de actividade principal, no concelho de Almodôvar.....	14
Quadro 4 - Indicadores de mercado de trabalho, no concelho de Almodôvar .....	15
Quadro 5 - Estabelecimentos hoteleiros no concelho de Almodôvar. ....	16
Quadro 6 - Quadro-síntese das associações de solos .....	27
Quadro 7 - Áreas, lotes e fogos não construídos. ....	34
Quadro 8 - Quadro - síntese das fichas de caracterização das tipologias de rua, praça e largo - alinhamentos arbóreos. ....	58
Quadro 9 - Quadro - síntese das fichas de caracterização dos espaços abertos públicos existentes.....	61
Quadro 10 - Áreas de cedências de espaços verdes e equipamentos dos loteamentos da vila.....	65
Quadro 11 - Principais argumentos para a realização de uma EEU.....	75
Quadro 12 - Quadro - síntese das funções da vegetação em meio urbano.....	76

---

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1 - População residente por freguesias em 2011 no concelho de Almodôvar..	11
Gráfico 2 - População residente por grupos etários em 2011 no concelho de Almodôvar .....	12
Gráfico 3 - População residente em 2011segundo nível de instrução mais elevado completo, no concelho de Almodôvar .....	13
Gráfico 4 - População desempregada, no Alentejo (NUTSII) .....	14
Gráfico 5 - Densidade de empresas, no concelho de Almodôvar .....	15
Gráfico 6 - Valores médios de precipitação. ....	30

---

## 1. INTRODUÇÃO

---

O presente relatório de estágio surge no âmbito do Mestrado em Arquitectura Paisagista da Universidade de Évora, enquadrando-se no estágio curricular realizado na Câmara Municipal de Almodôvar (CMA), entre Novembro a Agosto de 2010/2011 na Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística (DOTGU).

O tema de estágio foi sugerido por parte da Câmara Municipal, sendo o objectivo do trabalho desenvolver uma proposta preliminar para a Estrutura Ecológica Urbana (EEU) da vila de Almodôvar.

A realização deste trabalho foi bastante interessante, pois permitiu investigar um tema pouco divulgado e constituiu uma mais valia à divisão acima mencionada, enquanto instrumento de trabalho a utilizar, uma vez que a informação relativa ao tema era inexistente.

Relativamente à organização do relatório, depois desta introdução e de uma breve referência à metodologia seguida, o conteúdo do relatório divide-se em mais quatro capítulos.

O primeiro pretende fazer uma breve caracterização do município de Almodôvar que o contextualiza geográfica e historicamente. As dinâmicas social e económica também foram consideradas de forma a entender a realidade da vila.

Segue-se uma *Análise e Diagnóstico da Paisagem*, considerada esta tanto a nível ecológico como cultural, o que permite conhecer as potencialidades e as limitações da área em que se desenvolve a proposta preliminar da EEU. Este capítulo também engloba levantamentos, entre eles o levantamento de espaços abertos e de espaços potenciais a integrar na EEU preliminar e a caracterização dos espaços neles incluídos. Os levantamentos foram uma maneira de colmatar a falta de informação e actualizar a existente, tendo sido realizados no decorrer do estágio.

O capítulo designado *Estrutura Ecológica da Paisagem* contextualiza, através de uma abordagem teórica, conceitos como: *Continuum naturale*, Paisagem Global, Estrutura Ecológica Urbana e seu enquadramento legal em vigor.

Por fim, a *Proposta Preliminar de Estrutura Ecológica Urbana* propriamente dita, com a caracterização e justificação dos espaços nela incluídos.

As considerações finais, último capítulo, resumem as ponderações relativas ao relatório e as actividades realizadas durante o estágio.

**Este relatório é redigido de acordo com a antiga ortografia por opção do autor.**

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolve-se a partir de três fases de trabalho (Figura 1).

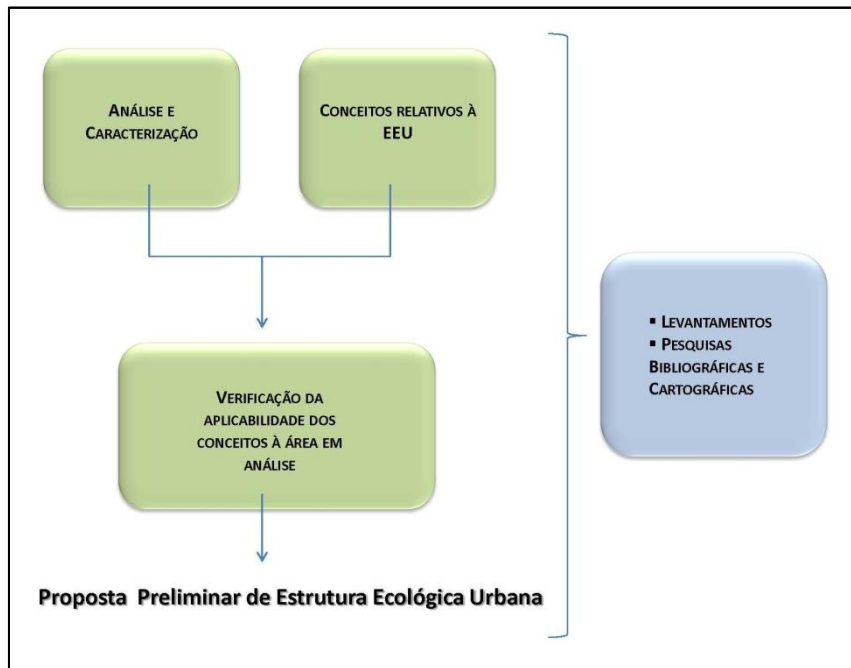


Figura 1 - Esquema da metodologia utilizada (Esquema do autor).

A primeira, consiste na análise e caracterização da vila de Almodôvar. Tanto a nível geográfico, histórico, social e económico, como a nível biofísico e cultural.

Depois da caracterização, na segunda fase, aborda-se vários conceitos relativos ao tema de EEU, sendo a própria EEU um deles.

Por último, na terceira fase, consiste na verificação da aplicabilidade dos conceitos à realidade analisada, o que leva à proposta preliminar de EEU de Almodôvar.

Os levantamentos são uma constante ao longo do trabalho, bem como a pesquisa bibliográfica e cartográfica. Eles são inseridos neste trabalho, onde se entendem oportunos para completarem a informação disponível.

### 3. BREVE ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

#### 3.1. Localização

A vila de Almodôvar, sede de concelho com o mesmo nome, situa-se no Baixo Alentejo (Figura 2). A cidade de Beja é a cidade mais próxima a 64Km. Faro e Lisboa distam 74km e 214Km, respectivamente.

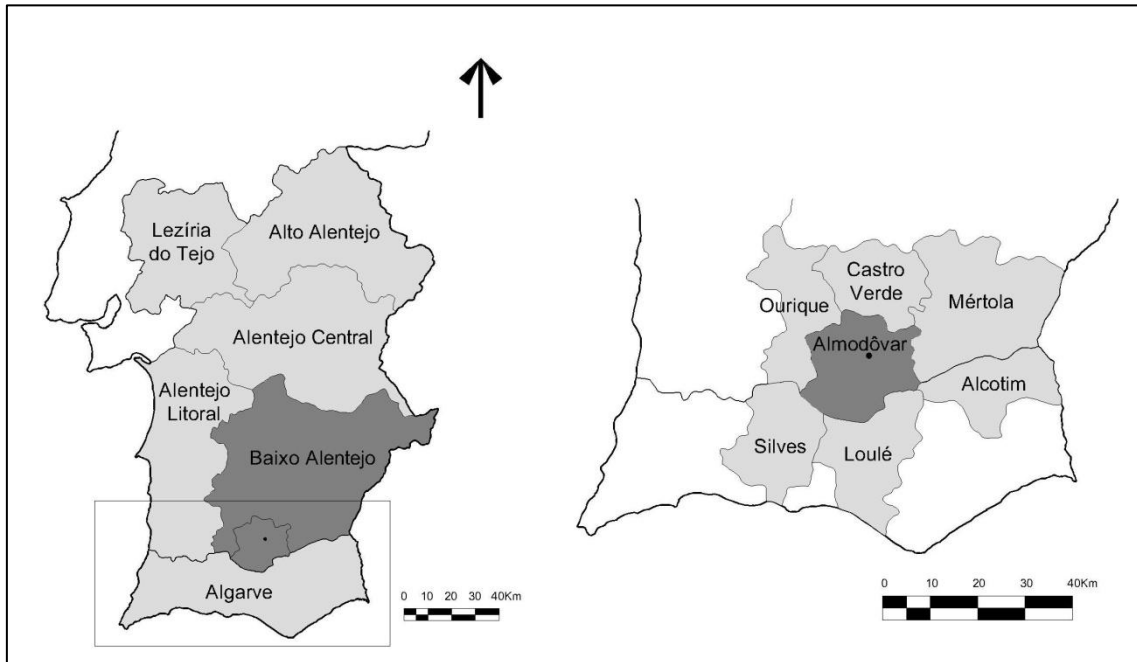


Figura 2 - Enquadramento do concelho de Almodôvar na região e seus concelhos limítrofes (Adaptado de Decreto-Lei nº244/2002 de 5 de Novembro).

O município de Almodôvar abrange zonas de planície, a Norte, e de serra, a Sul, tendo uma área total de 777,9km<sup>2</sup>. A sua altitude máxima de 577m, ocorre no "Pico do Mú", um dos pontos mais altos da Serra do Caldeirão, e tem 150m como altitude mínima.

São Barnabé, Santa Clara-a-Nova, Santa Cruz, Gomes Aires, Aldeias dos Fernandes, Almodôvar, Senhora da Graça de Padrões e Rosário são as freguesias que fazem parte deste concelho.

Em termos de acessibilidade (Figura 3), as principais vias de comunicação rodoviária, existentes no concelho são a auto-estrada 2 (A2), a estrada nacional 2 (EN2) e as estradas regionais 267 e 393 (ER267 e ER393).



A A2, liga Lisboa a Albufeira, foi concluída em 2002 e constitui um importante eixo que serve toda a região. O nó de ligação ao concelho situa-se na freguesia de Gomes Aires, a cerca de 12Km de Almodôvar.

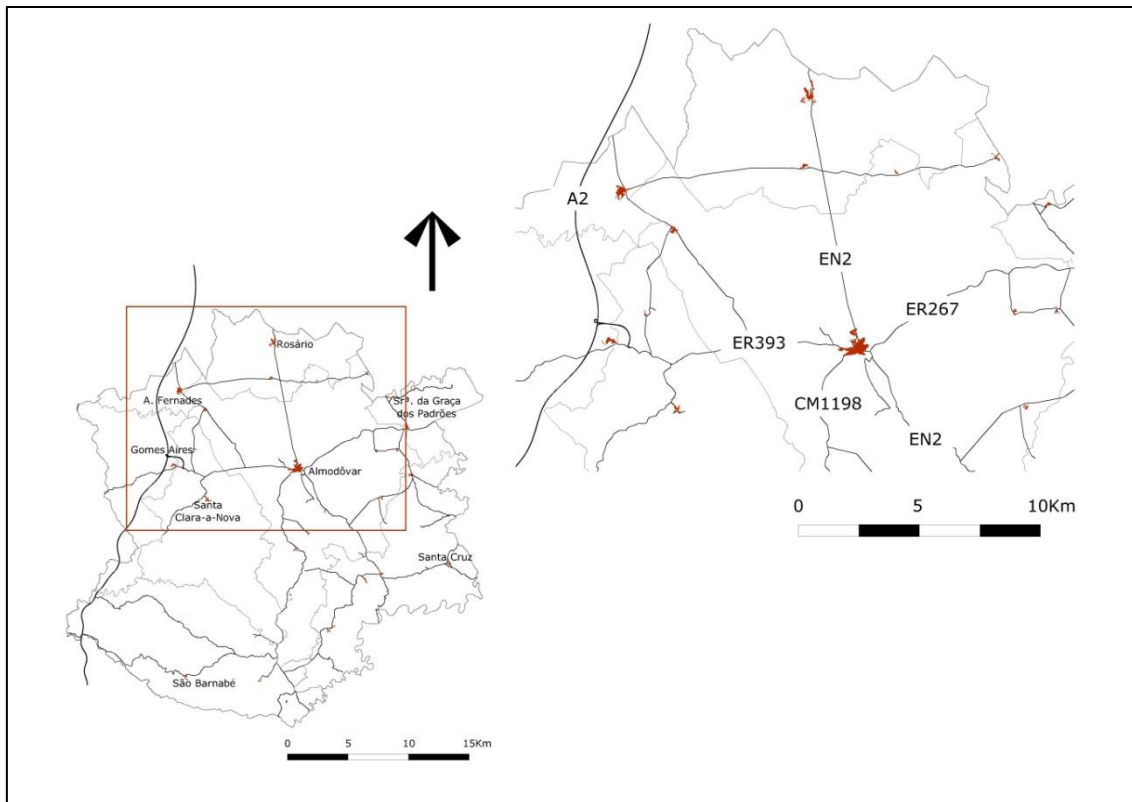


Figura 3 - Esquema das principais estradas do município de Almodôvar (Adaptado de CMA).

A rede nacional complementar, em que se insere parte da EN2, tem grande importância, quer a nível nacional como regional, pois assegura a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia. Hoje em dia apenas alguns troços de estrada integram a EN2, sendo o troço Castro Verde-Almodôvar-São Brás de Alportel-Faro um deles, continuando a ser ainda uma importante ligação ao Algarve e à Serra do Caldeirão.

As ER267 e ER393 ligam Almodôvar a Mértola e a Santana da Serra<sup>1</sup>, respectivamente, assegurando as ligações com interesse supramunicipal e complementando a rede rodoviária nacional.

<sup>1</sup>Decreto-Lei nº222/98 de 17 de Julho.

### 3.2. História

A certeza da origem árabe da palavra Almodôvar é inquestionável, porém o seu significado já não é bem assim. Segundo João de Sousa, a palavra deriva do verbo *daûara* cujo significado é “*arredondar alguma coisa, cercar à roda*”<sup>2</sup>. David Lopes atribui “(a casa, o castelo) *redondo*”<sup>3</sup> para Almodôvar. Para outros autores, como Arnald Steiger e Miguel Asín Palacios, “*redondo ou o redondo*”<sup>4</sup> é o seu significado.

A fazer fé na sua origem toponímica, julga-se que esta referência foi dada por algum tipo de fortificação circular, *almudaûár*<sup>5</sup>, erguida entre os séculos IX e XIII. Ou então, pela sua aparência arredondada na paisagem<sup>6</sup>. A fortificação anteriormente referida, surgiu onde se julga ter havido uma edificação que remonta à Idade do Ferro, a sua localização seria onde actualmente se encontra o depósito de água que abastece a vila<sup>7</sup>. O nome de Almodôvar apareceu pela primeira vez no século XIII na doação do Castelo de Mértola, feita por D. Sancho II à Ordem de Santiago a 16 de Janeiro de 1239<sup>8</sup>.

Contudo, os testemunhos mais antigos da presença humana no território remontam à Pré-história, onde surgem as primeiras comunidades agro-pastoris, “*Almodôvar está no centro de uma rica zona arqueológica, fértil em achados de época proto-históricas e da romana*”<sup>9</sup>. Duas grandes etapas devem ser consideradas neste período pré-histórico (Figura 4). A primeira etapa é representada por um conjunto de antas ou antelas do período do Neolítico (quinto e quarto milénios a.C.). Estas construções de xisto e grauvaques são construções funerárias que se situavam em posições especiais na paisagem ou junto de vias de comunicação<sup>10</sup>. A título de exemplo, pode referir-se a Anta da Boavista, freguesia de Santa Clara-a-Nova, e a Anta de Baixo, freguesia de

---

<sup>2</sup> COELHO, José Maria Afonso - *Foral de Almodôvar*. 5a ed. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, 2004.p.15.

<sup>3</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>4</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>5</sup> FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar - Território da Antiga Escrita do Sudoeste*. Lisboa: Câmara Municipal de Almodôvar, 2011.p.67.

<sup>6</sup> FERNANDES, Paulo Almeida - *História e Histórias - Almodôvar*. Câmara Municipal de Almodôvar.p.22.

<sup>7</sup> Cf. FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar*.p.67.

<sup>8</sup> Cf. *Ibidem*.p.18.

<sup>9</sup> Cf. COELHO, José Maria Afonso - *Foral de Almodôvar*.p.16.

<sup>10</sup> Cf. FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar*.p.63.

Gomes Aires, sendo a última um exemplar mais representativo destas construções funerárias.

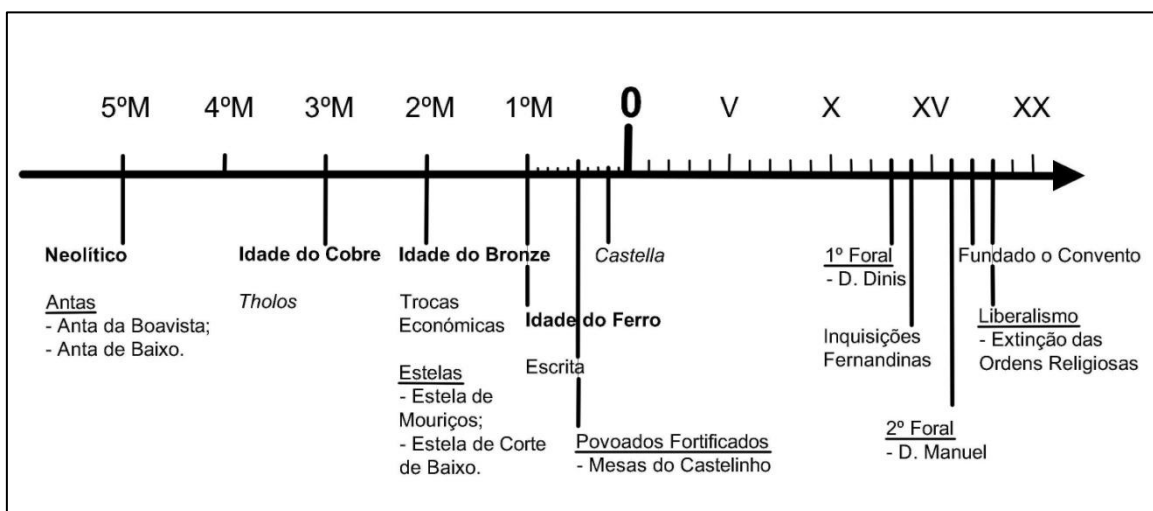


Figura 4 - Cronologia dos períodos históricos e acontecimentos mais importantes referidos no texto (Esquema do autor).

O período do Calcolítico (terceiro milénio a.C.) corresponde a uma segunda etapa, onde surgem monumentos funerários circulares como abóbadas e falsas cúpulas designados por “*Tholos*”<sup>11</sup>. Com o emergir da metalurgia do cobre e do contacto à distância entre diversos povos, a sociedade e o desenvolvimento agrícola tornaram-se mais complexos<sup>12</sup>. É na Idade do Bronze (segundo e primeiro milénios a.C.) que esses intercâmbios se consolidaram<sup>13</sup>. As estelas de Mourಿços, freguesia de Gomes Aires, e da Corte de Freixo, freguesia de S. Barnabé, ilustram este período histórico. Na Idade do Ferro (primeiro milénio a.C.) a manifestação cultural iconográfica foi substituída pela escrita<sup>14</sup>. Também no primeiro milénio a.C. deram-se as grandes trocas económicas, sociais e culturais dos povos mediterrâneos. Esses intercâmbios eram mediados pelas comunidades do interior através do Rio Guadiana ou das rotas terrestres com o litoral algarvio.

<sup>11</sup> Cf. FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar*.p.63.

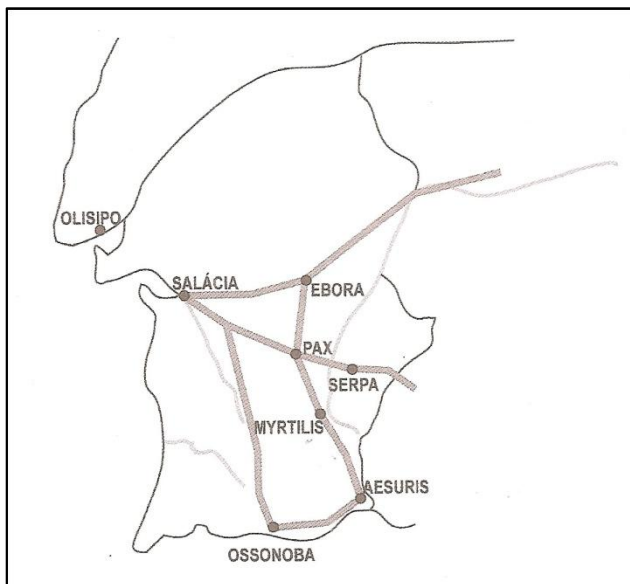
<sup>12</sup> Cf. *Ibidem*.p.64.

<sup>13</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>14</sup> Cf. *Ibidem*.

Os ténues vestígios dos povoados dos séculos VII a IV a.C. permitem conhecer o dia-a-dia das comunidades<sup>15</sup>, onde a pastorícia, a agricultura e a metalurgia eram praticadas, sem sinais evidentes de riquezas, e onde alguns aglomerados assumiam um protagonismo por vezes associado a áreas culturais.

Os povoados fortificados apareceram a partir do século V a.C.<sup>16</sup>. O povoado Mesas do Castelinho, na freguesia de Santa Clara-a-Nova, é um bom exemplo desses aglomerados. Esta construção, em particular, assumia funções estruturantes no território em que a sua localização derivou do controlo de importantes vias de comunicação.



Nos finais do século II a.C., os conjuntos de fortificações denominam-se de *Castella* e retratam a presença romana no

Figura 5 - Mapa das estradas romanas no Sul do país, segundo Hubner (GONÇALVES, António J. - *Monografia de Almodôvar*. Almodôvar: Associação Cultural e Desportivo de Juventude Almodovarense.p.28).

território. No início pensou-se que a sua função fosse de defesa, controle das actividades de extracção e escoamento de minérios. Hoje em dia, de uma forma consensual, pensa-se que se trata dos próprios locais de mineração. Mas a grande herança do povo romano foi o eixo viário que liga *Ossonaba* (Faro) a *Salacia* (Alcácer do Sal), passando por Alportel, Almodôvar e Garvão, onde derivou outra importante estrada para *Pax Julia* (Beja) via Aljustrel<sup>17</sup> (Figura 5). Esta ligação foi determinante na ligação Sul-Norte pelo interior determinando a seu tempo a própria localidade de Almodôvar.

<sup>15</sup> Cf. FONSECA, André et al. - Guia do Concelho de Almodôvar.p.65.

<sup>16</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>17</sup> Cf. FERNANDES, Paulo Almeida - *História e Histórias*.p.34.

A 17 de Abril de 1283, o Rei D. Dinis elevou a município, por carta de foral, a denominada Póvoa de Almodôvar<sup>18</sup>. A importância do foral foi mais no sentido da organização territorial do que por questões de natureza militar, uma vez que o Algarve tinha sido conquistado por D. Afonso III há três décadas atrás. À época seria importante ligar o Alentejo ao Algarve pelo centro de território, aproveitando a antiga estrada romana, e beneficiar a região de densidade populacional<sup>19</sup>, num esforço de recuperar o dinamismo populacional e económico, duramente afectado na conquista do território aos sarracenos<sup>20</sup>.

As Inquirições Fernandinas de 1376 relativas à vila de Almodôvar<sup>21</sup> retratam uma sociedade baseada numa agricultura de subsistência, e onde o pastoreio assumia grande importância. As pastagens e a serra asseguravam o fornecimento de caça, mel, lenha e carvão.

A 1 de Julho de 1512 foi concedido, por D. Manuel I, um novo foral à vila. Este foral resultou da reforma dos antigos forais e parte da vontade deste monarca<sup>22</sup>. Em 1680 foi fundado o Convento de Nossa Senhora da Conceição, pela Ordem Terceira de S. Francisco.

Com o Liberalismo deu-se a extinção das ordens militares e religiosas, e os Paços do Concelho ocupam o antigo convento, passando as instalações antigas a ser usadas como cadeia (actual Museu Severo Portela). Somente em 1928 a autarquia se mudou para o edifício em que se encontra actualmente<sup>23</sup>.

Devido ao desenvolvimento da lavoura assistiu-se a um desbravamento dos matos que marcou o fim da Mata de Almodôvar<sup>24</sup>, designação da região na época medieval. Ao mesmo tempo foi retomada a actividade mineira antigamente explorada pelos romanos.

---

<sup>18</sup> Cf. FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar*.p.67.

<sup>19</sup> Cf. FERNANDES, Paulo Almeida - *História e Histórias*.p.21-13.

<sup>20</sup> Cf. FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar*.p.67.

<sup>21</sup> Cf. *Ibidem*.p.68.

<sup>22</sup> Cf. COELHO, José Maria Afonso - *Foral de Almodôvar*.p.89.

<sup>23</sup> Cf. FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar*.p.69.

<sup>24</sup> Cf. *Ibidem*.

### 3.3. Contexto Social

O concelho de Almodôvar tem registado um decréscimo da população nos últimos decénios, à semelhança do resto do interior alentejano (Quadro 1).

Ano	1960	1981	1991	2001	2011 <sup>25</sup>
População Residente (Hab.)	16.028	10.637	8.999	8.145	7.449
Densidade Populacional (Hab./Km <sup>2</sup> )	20,1	13	11,5	10,5	9,6

Quadro 1- População nas últimas décadas, no concelho de Almodôvar (Adaptado de Cf. COELHO, José Maria Afonso - *Foral de Almodôvar*.p.15).

A população residente no concelho era, em 2011, de 7449hab, verificando-se entre 2001 e 2011 um decréscimo de 8,55%. O concelho de Almodôvar possui uma baixa densidade populacional de 9,58hab/km<sup>2</sup>. A população concentra-se sobretudo na parte Norte do concelho, que representa 84% do total da população, destacando-se aí os aglomerados de Almodôvar, Aldeia dos Fernandes, Rosário e Semblana. Os pequenos aglomerados, os "montes" e os "cerros", a Sul, representam 16% da população. Estas diferentes tipologias de aglomerados surgem devido à dualidade orográfica anteriormente referida - as zonas de planície e as de serra<sup>26</sup>.

A densidade populacional nas freguesias do concelho reforça a afirmação acima referida - as freguesias de Almodôvar, Rosário e Aldeia dos Fernandes possuem as maiores densidades populacionais do concelho, sendo a freguesia de São Barnabé a que tem menor densidade populacional<sup>27</sup> (Quadro 2). A tendência será para a perda de habitantes nas zonas de serra e aumento na zona de planície.

<sup>25</sup> CENSOS 2011 - *Resultados Provisórios*. <http://www.ine.pt/>. 05-03-12 16:53.

<sup>26</sup> *Diagnóstico Prospectivo das Potencialidades Turísticas do Concelho de Almodôvar*. [http://www.cm-almodovar.pt/turismo/Diag\\_ProspectivodasPotencialidadesTuristicas\\_Almodovar.pdf](http://www.cm-almodovar.pt/turismo/Diag_ProspectivodasPotencialidadesTuristicas_Almodovar.pdf). 10-01-12 17:08. (com valores actualizados segundo os resultados provisórios CENSOS 2011.)

<sup>27</sup> Cf. CENSOS 2011 - *Resultados Provisórios*.

Em termos de população residente, a freguesia de Almodôvar é a que tem maior número de habitantes, enquanto as freguesias de Gomes Aires e Senhora da Graça de Padrões são as que apresentam valores mais baixos com 355 e 380 habitantes<sup>28</sup>, respectivamente (Gráfico 1).

Freguesias	População Residente	Área (km <sup>2</sup> ) <sup>29</sup>	Densidade Populacional (Hab/Km <sup>2</sup> )
Almodôvar	3.788	222,1	17,1
Gomes Aires	355	65,5	5,4
Rosário	608	60,7	10,0
Santa Clara-a-Nova	600	108,3	5,5
Santa Cruz	651	123,4	5,3
São Barnabé	531	141,7	3,7
Senhora da Graça de Padrões	380	85,0	4,5
Aldeia dos Fernandes	536	21,3	25,2

Quadro 2 - População residente por freguesias em 2011 no concelho de Almodôvar e respectiva densidade populacional (Adaptado de Cf. CENSOS 2011 - *Resultados Provisórios*).

### População Residente

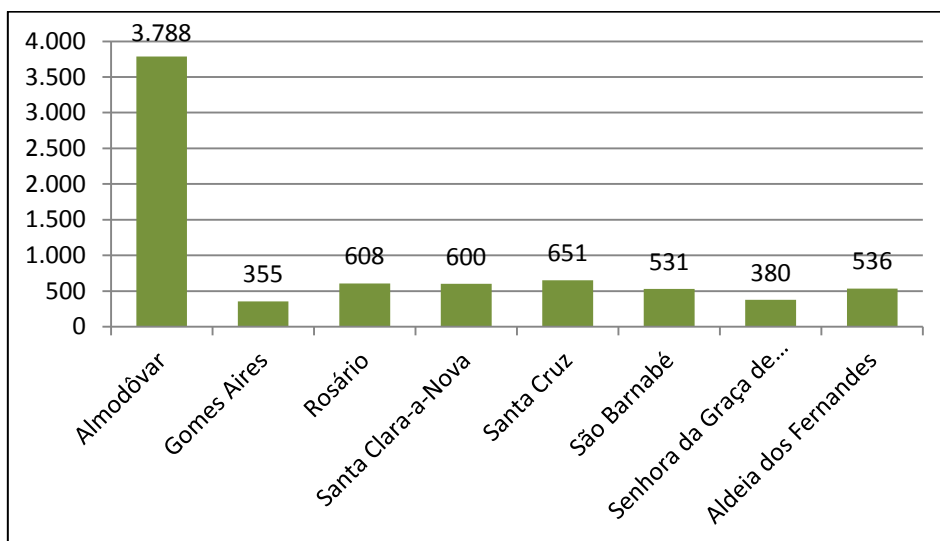


Gráfico 1 - População residente por freguesias em 2011 no concelho de Almodôvar (Adaptado de Cf. CENSOS 2011 - *Resultados Provisórios*).

<sup>28</sup> Cf. CENSOS 2011 - *Resultados Provisórios*.

<sup>29</sup> *Relatório de Avaliação do PDMA em vigor*.CMA.2011. p.9.

A população do concelho de Almodôvar é uma população envelhecida. Quase metade da população (49%) está entre os 25 e 64 anos e 30% tem 65 ou mais anos. A classe etária mais baixa é entre os 15 e 24 anos (9%) seguindo-se, com 12%, a classe entre 0 e 14 anos<sup>30</sup> (Gráfico 2).

#### População Residente Segundo Grupos Etários

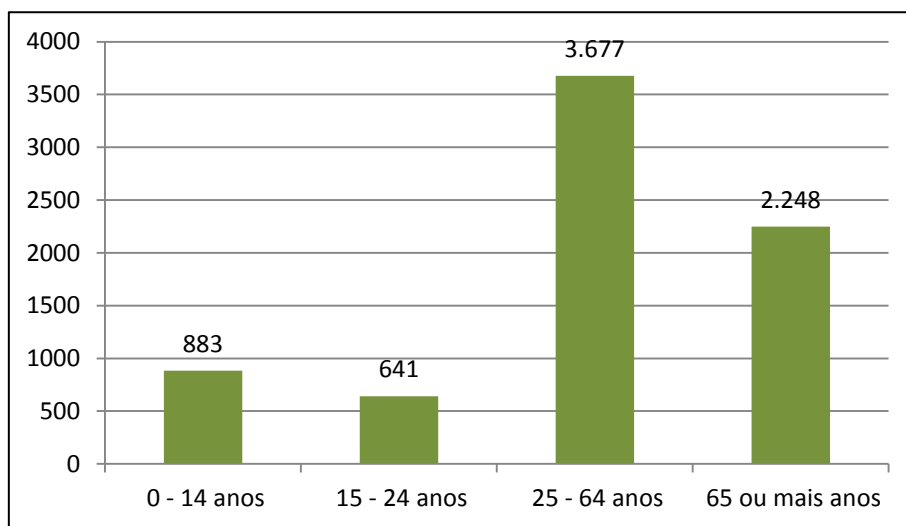


Gráfico 2 - População residente por grupos etários em 2011 no concelho de Almodôvar (Adaptado de Cf. CENSOS 2011 - *Resultados Provisórios*).

A nível de instrução, 19% da população residente tem o 9º ano e apenas 10% adquiriram o 12º ano. Infelizmente, 29% da população não possui qualquer tipo de instrução<sup>31</sup> (Gráfico 3).

<sup>30</sup> Cf. CENSOS 2011 - *Resultados Provisórios*.

<sup>31</sup> Cf. *Ibidem*.



### População Residente Segundo Nível de Instrução

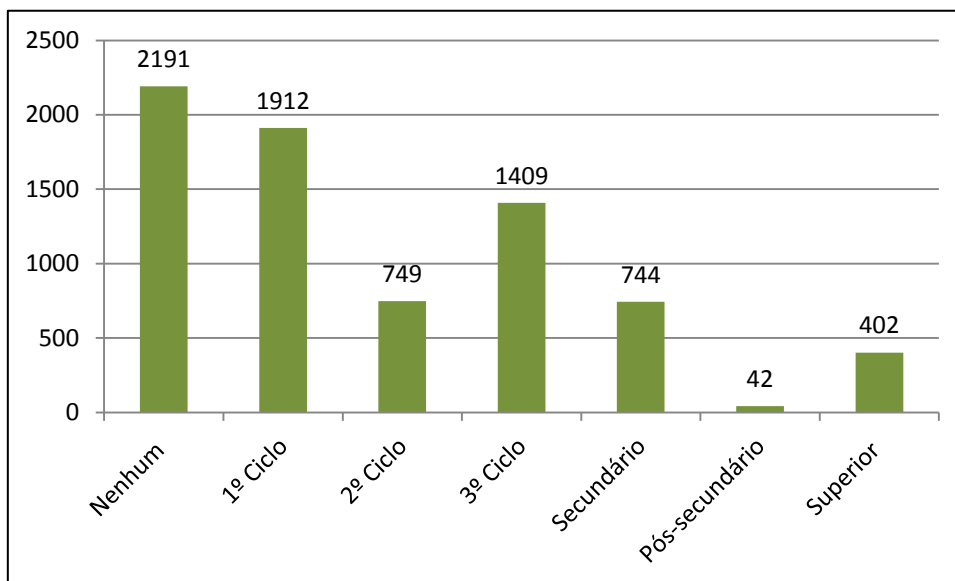


Gráfico 3 - População residente em 2011 segundo nível de instrução mais elevado completo, no concelho de Almodôvar (Adaptado de Cf. CENSOS 2011 - Resultados Provisórios).

A vila de Almodôvar tem um centro de saúde e todas as freguesias estão cobertas por uma extensão de saúde. No entanto, o número de médicos por 1000hab é muito baixo (0,4)<sup>32</sup> verificando-se a sua diminuição, acompanhando a tendência de decréscimo da população<sup>33</sup>.

No que concerne aos equipamentos culturais verifica-se uma tendência positiva, tendo-se assistido à criação do museu Severo Portela (1988), do cine-teatro municipal (1993)<sup>34</sup> cuja remodelação será feita em 2012, da galeria de arte (2002), da biblioteca municipal (2004) e do museu de Escrita do Sudoeste (2007). A criação destes equipamentos permitem o aumento do número de agentes culturais a intervir no concelho<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> Anuário Estatístico da Região Alentejo 2010. Lisboa: INE, 2011.p.163.

<sup>33</sup> Agenda 21- Pré-Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho de Almodôvar. <http://www.cm-almodovar.pt/> 10-02-12 16.03.

<sup>34</sup> CMA, 2011.

<sup>35</sup> Cf. Agenda 21- Pré-Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho de Almodôvar.

### 3.4. Contexto Económico

Entre 2002 e 2009 aumentou a população empregada no sector terciário no concelho de Almodôvar. No entanto diminuiu o número de empregados no sector primário e secundário, embora a redução no primeiro não seja significativa (Quadro 3). Em 2009, a população empregada segundo o sector de actividade principal, corresponde no sector primário a 5%, e a 23% e 72% nos sectores secundário e terciário, respectivamente <sup>36</sup>.

	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Total (Nº)</b>	729	777	889	874	870	850	827
Primário	67	53	62	64	51	45	45
Secundário	286	262	288	273	226	214	190
Terciário	376	462	539	537	593	591	592

Quadro 3 - População empregada segundo o sector de actividade principal, no concelho de Almodôvar (Adaptado de Cf. *Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2002 a 2009*).

A população desempregada, na região do Alentejo, tende a aumentar apresentado, em 2009, 38,8 milhares de pessoas <sup>37</sup> (Gráfico 4).

População Desempregada no Alentejo (em Milhares)

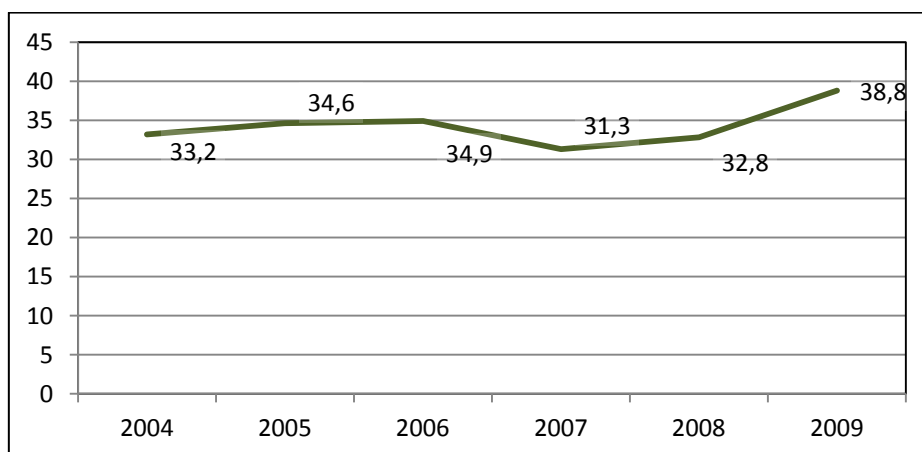


Gráfico 4 - População desempregada, no Alentejo (NUTSII) (Adaptado de Cf. *Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2004 a 2009*).

<sup>36</sup> Cf. *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2002 a 2009*.

<sup>37</sup> Cf. *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2009*.

A taxa de trabalhadores por conta de outrem (TCO), no município, tende a diminuir ligeiramente, quer em empresas pequenas quer de média dimensão. Contudo o ganho médio mensal aumentou consideravelmente, sendo em 2009, 745,6€. Em 2009, a taxa de TCO é de 47,3% em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores e de 17,3% em estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores<sup>38</sup> (Quadro 4).

	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de TCO em estabelecimentos c/ < 10 trabalhadores (%)	58,4	50,1	46	51,3	51,3	48,2	47,3
Taxa de TCO em estabelecimentos c/ >250 trabalhadores (%)	7,3	16,3	14,4	18,3	18,3	18	17,3
Ganho médio mensal (€)	611	620	639,5	658,5	674,5	717,6	745,6

Quadro 4 - Indicadores de mercado de trabalho, no concelho de Almodôvar (Adaptado de Cf. *Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2002 a 2009*).

A densidade de empresas manteve-se desde 2006 até 2009 nos 0,8<sup>39</sup> (Gráfico 5).

#### Densidade de Empresas (Nº/Km<sup>2</sup>)

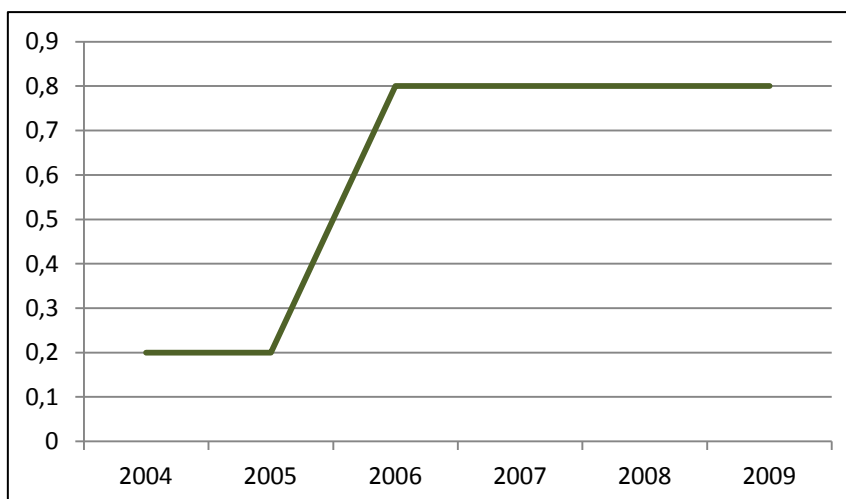


Gráfico 5 - Densidade de empresas, no concelho de Almodôvar (Adaptado de Cf. *Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2004 a 2009*).

<sup>38</sup> Cf. *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2002 a 2009*.

<sup>39</sup> Cf. *Ibidem*.

Relativamente aos estabelecimentos hoteleiros, o concelho de Almodôvar tem actualmente duas residenciais, um estabelecimento de apartamentos, três alojamentos de turismo rural e quatro alojamentos locais, perfazendo um total de 99 camas, que correspondem a uma lotação máxima de 166 pessoas<sup>40</sup> (Figura 6, Quadro 5). O número de camas previsto nos próximos dez a vinte anos, ronda os 7.600, em três empreendimentos turísticos, sendo que um já se encontra em fase de construção<sup>41</sup>. O concelho de Almodôvar tem um único posto de turismo, localizado na sede do concelho, vila de Almodôvar, tendo sido inaugurado em 2004<sup>42</sup>.

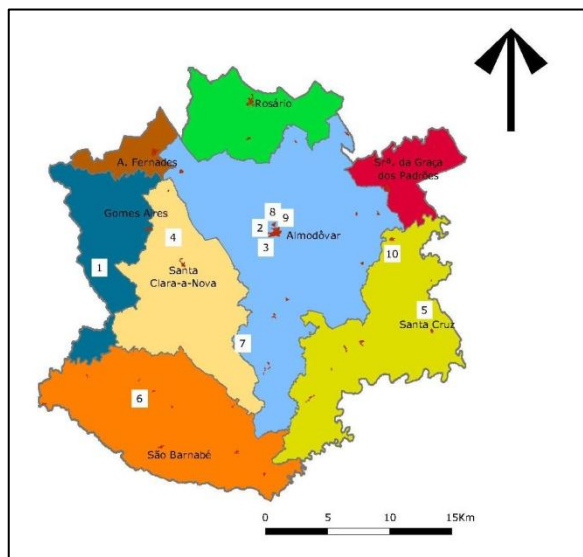


Figura 6 - Estabelecimentos hoteleiros no concelho de Almodôvar (Adaptado de CMA).

Designação	Freguesia	Nº de Camas
1. Alcária Alta	Gomes Aires	3
2. Apartamentos Turísticos Camões	Almodôvar	14
3. Casarão	Almodôvar	6
4. Casinhas no Monte	Santa Clara-a-Nova	9
5. Cerca do Moinho	Santa Cruz	3
6. Monte Abaixo da Serra	S. Barnabé	12
7. Monte Gois Country House & Spa	Almodôvar	6
8. Pensão Residencial Primavera	Almodôvar	13
9. Pensão Residencial Serafim	Almodôvar	25
10. Quinta do Cerro do Seixo	Santa Cruz	8
<b>Total</b>	-	<b>99</b>

Quadro 5 - Estabelecimentos hoteleiros no concelho de Almodôvar. (Adaptado de CMA)

<sup>40</sup> CMA, 2012

<sup>41</sup> Cf. *Relatório de Avaliação do PDMA em vigor*. p.17.

<sup>42</sup> Cf. Agenda 21- Pré-Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho de Almodôvar.

## 4. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM

### 4.1. Área de Análise

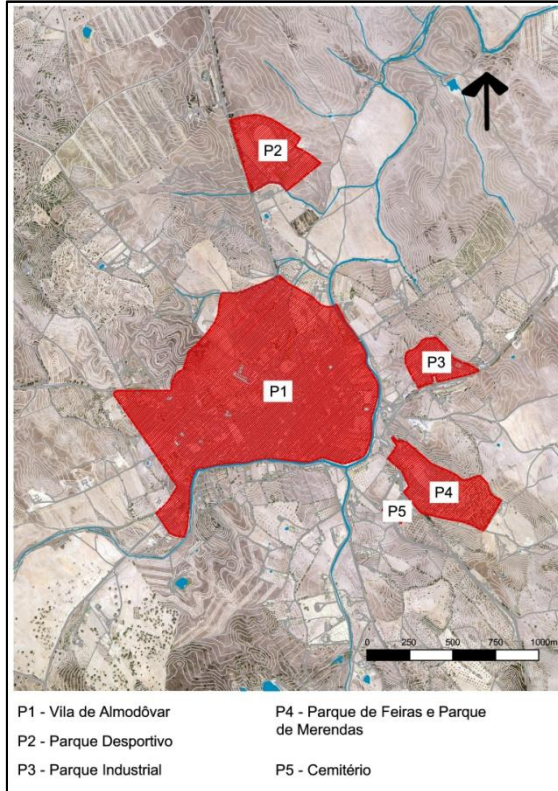


Figura 7 - Área de análise da paisagem, escala 1.25000 - Anexo I (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

Parque de Merendas. E, por último, no P5 localiza-se o Cemitério.

A área considerada na análise abrange a vila e a sua envolvente. A vila de Almodôvar é constituída por cinco perímetros urbanos, com diferentes funções e relativamente próximos entre si (Figura 7).

A vila (P1) é o perímetro urbano principal surgindo à sua volta, outros que a complementam. No Parque Desportivo (P2) concentram-se serviços de carácter desportivo como as piscinas municipais, o campo de futebol e os campos de ténis. O Parque Industrial (P3) foi loteado e infra-estruturado para a instalação das indústrias. O perímetro P4 abrange dois espaços distintos: o Parque de Feiras e o Parque de Merendas. E, por último, no P5 localiza-se o Cemitério.

A área abrangida pela análise que se segue corresponde às bases cartográficas digitais mais actualizadas fornecidas pela CMA. O mais correcto seria considerar um limite em termos paisagísticos, mas tal não foi possível devido às bases disponíveis.

## 4.2. Morfologia da Paisagem

Os elementos que foram considerados para o estudo da morfologia da paisagem foram a hipsometria, a fisiografia, a hidrografia e os declives e as exposições de encostas.

Todas estas análises foram elaboradas com base nos elementos cartográficos em formato digital, fornecidas pela CMA, datados do ano de 2004 e à escala 1/2000.

Relativamente ao software, a carta hipsométrica, a carta de declives e as orientações de encostas foram trabalhadas a partir do Modelo Digital de Terreno (MDT) através do software ArcGIS 9. As restantes peças foram elaboradas a partir do programa informático AutoCAD2007.

### 4.2.1. HIPSOMETRIA

Na carta hipsométrica (Figura 8) a informação altimétrica (Figura 9) foi hierarquizada em oito classes entre 240 e 360 metros, com intervalos de 10m.

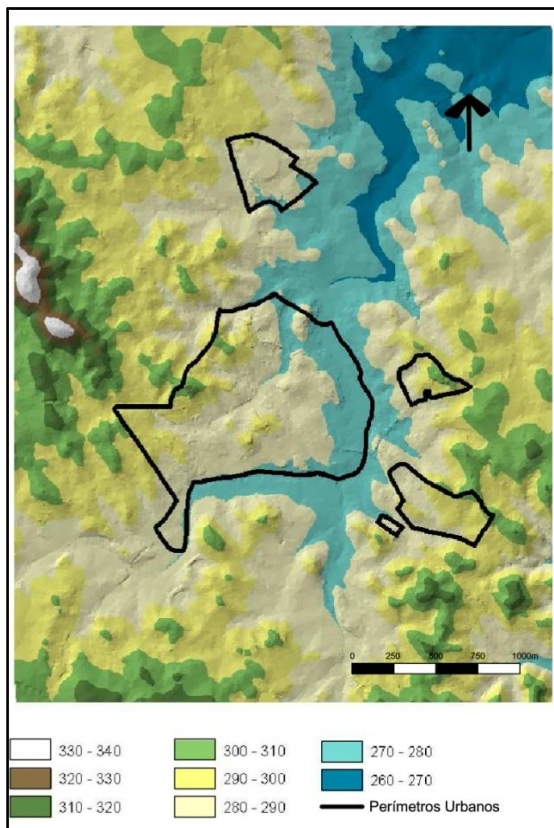


Figura 8 - Hipsometria, escala 1.25000 - Anexo III (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

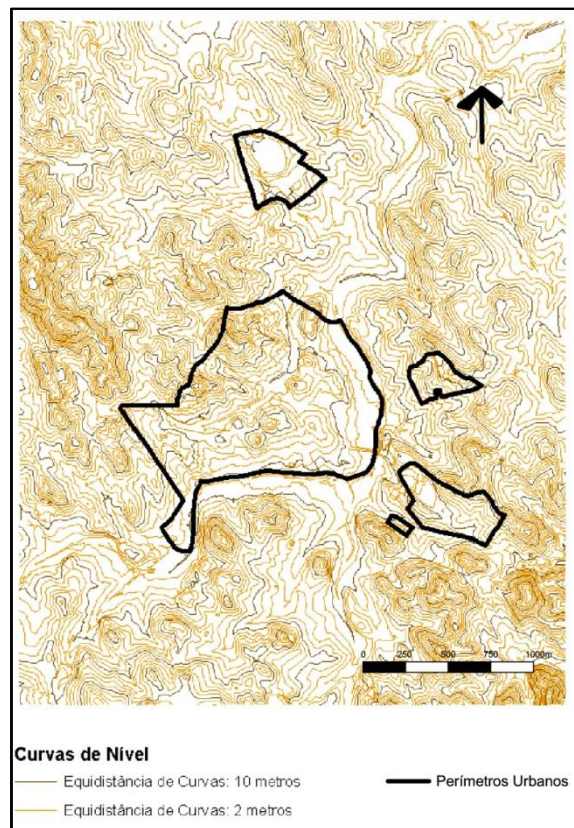


Figura 9 - Altimetria, escala 1.25000 - Anexo II (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

A partir da interpretação da hipsometria, verifica-se uma diversidade altimétrica correspondente a três situações.

A primeira situação altimétrica agrupa as cotas mais baixas da área envolvente aos perímetros urbanos da vila de Almodôvar correspondendo ao vale principal da Ribeira de Cobres.

A Noroeste verifica-se o segundo conjunto altimétrico que corresponde a uma situação mais elevada, acima dos 330 metros. Neste ponto alto encontra-se um miradouro e a capela de Santo Amaro.

A Sul/Sudeste constata-se a terceira situação, de moderada altimetria, que corresponderá ao início da Serra do Caldeirão.

#### 4.2.2. FIOGRAFIA

A carta fisiográfica elaborada apresenta as linhas fundamentais do relevo - festos e talvegues - da envolvente dos perímetros urbanos da vila de Almodôvar (Figura 10).

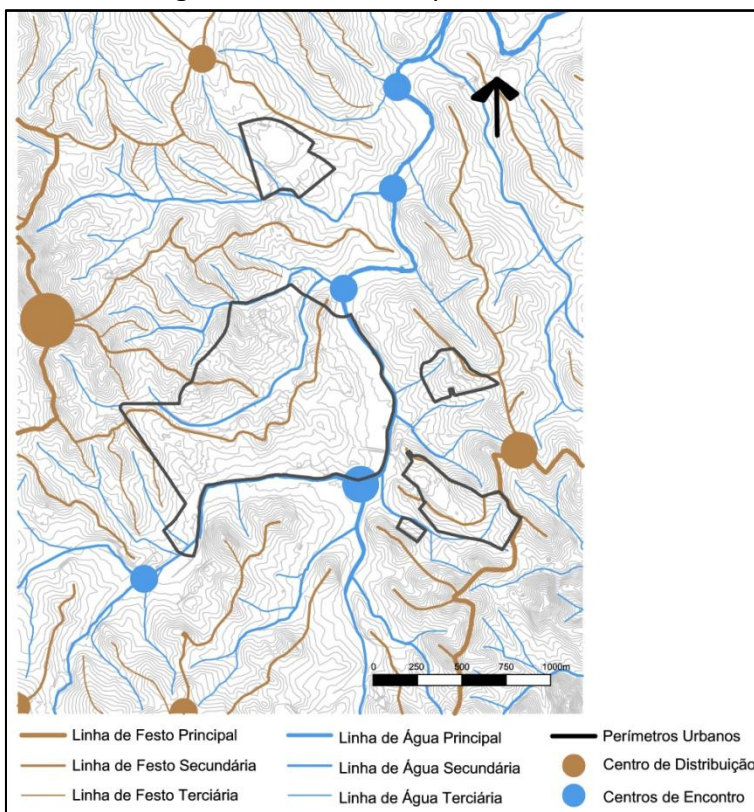


Figura 10 - Fisiografia, escala 1.25000 - Anexo IV (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

intercepção de linhas de cumeada e à convergência de linhas de água, respectivamente.

Os festos e os talvegues foram definidos em três níveis hierárquicos, de acordo com a sua importância relativa. Para permitir uma melhor leitura do território consideram-se centros de distribuição e de encontro.

Estes pontos correspondem a pontos de

correspondem a pontos de

A Oeste e a Este a topografia é dominada por linhas de cumedeada bem marcantes. Sendo a cumedeada a Oeste a mais alta.

#### 4.2.3. HIDROGRAFIA

O talvegue principal representado na carta fisiográfica (Figura 11) é a Ribeira de Cobres. Esta linha de água, de carácter torrencial, pertence à bacia do Rio Guadiana e sub-bacia do Rio Cobres, que corre de Sul para Norte.

A linha de água secundária que passa no perímetro urbano da vila designa-se por Ribeira do Poço de Ourique. Esta linha de água tem a particularidade de ter sido canalizada ao longo da variante que atravessa a vila.

O município de Almodôvar faz parte de três bacias hidrográficas: Rio Mira a Oeste, Ribeira de Odelouca a Sul, e o Rio Guadiana a Norte e a Oeste (Figura 12).

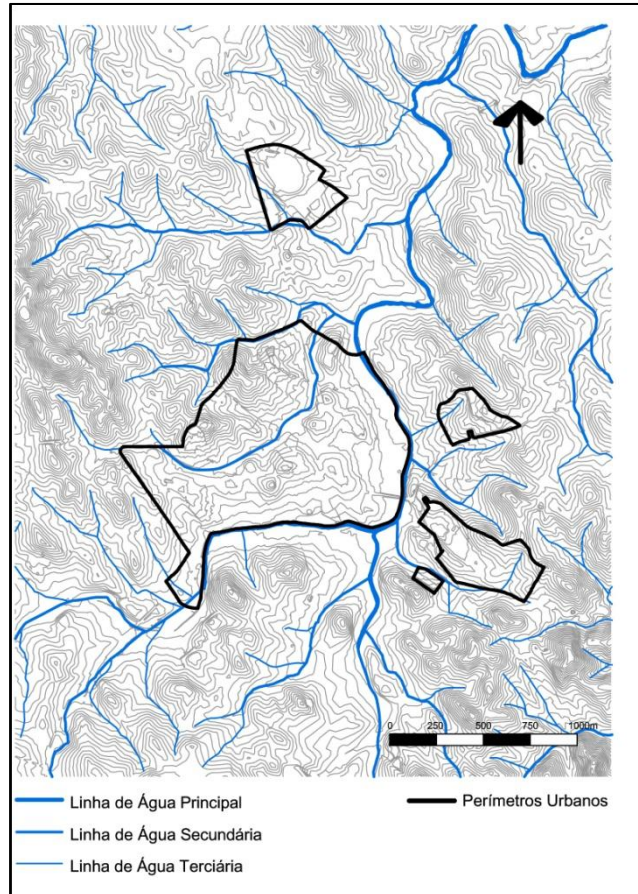


Figura 11 - Hidrografia, escala 1.25000 - Anexo V (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

A bacia hidrográfica mais representativa no município é a bacia hidrográfica do Rio Guadiana (57%), a seguir a bacia do Rio Mira (23%) e com uma área menos representativa a bacia da Ribeira de Odelouca (20%)<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana - *Análise e Diagnóstico da Situação Actual*. Volume II. 1999.p.21.<http://www.inag.pt/.11-01-12 20:01>.



A bacia hidrográfica do Rio Guadiana ocupa uma área de 442,4 km<sup>2</sup> correspondendo a 56,6% da área do município. As freguesias de Rosário, Santa Cruz e Senhora da Graça de Padrões estão abrangidas na sua totalidade pela bacia hidrográfica do Guadiana, enquanto que na freguesia de Almodôvar a área abrangida por tal bacia é de 91,9%<sup>44</sup>.

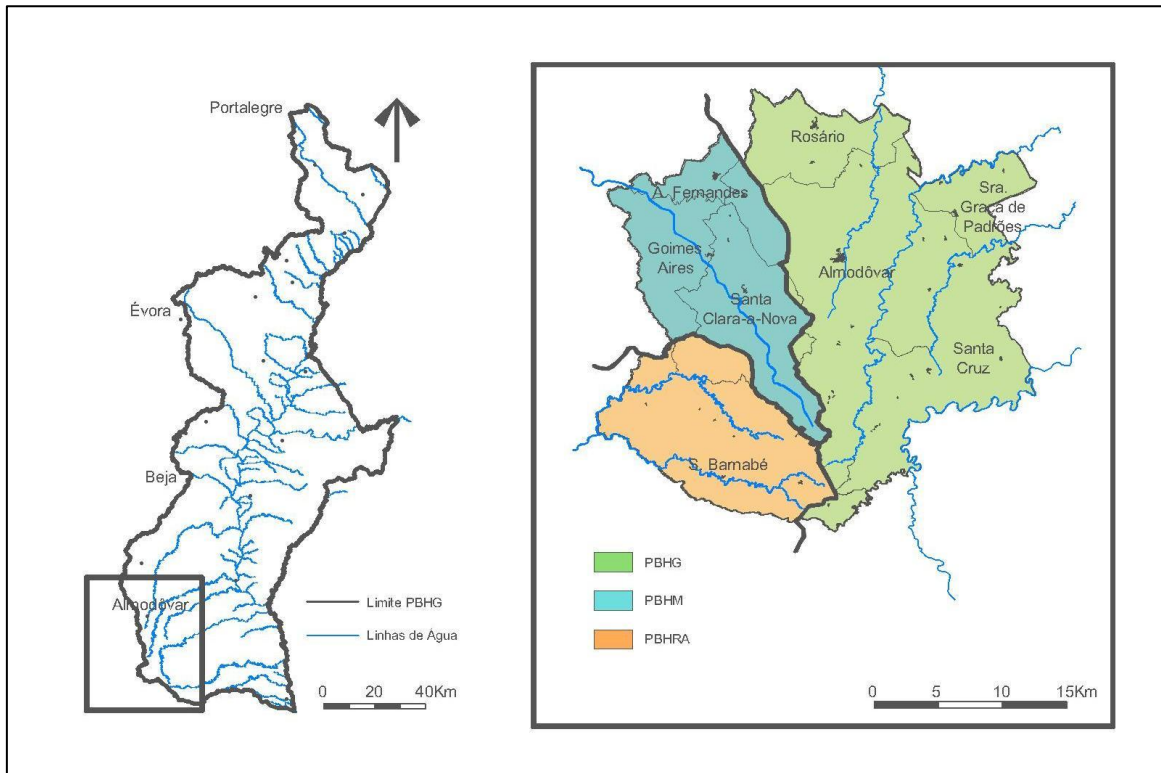


Figura 12 - Enquadramento hidrográfico da Ribeira de Cobres e Planos das Bacias Hidrográficas (PBH) do concelho de Almodôvar (Adaptado de PBH Guadiana<sup>45</sup>, PBH Mira<sup>46</sup>, PBH Ribeiras do Algarve<sup>47</sup> e de bases cartográficas CMA).

<sup>44</sup> Decreto Regulamentar nº16/2001 de 5 de Dezembro.

<sup>45</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>46</sup> Decreto Regulamentar nº5/2002 de 8 de Fevereiro.

<sup>47</sup> Decreto Regulamentar nº12/2002 de 9 de Março.

#### 4.2.4. DECLIVES E ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS

Na carta de declives foram consideradas cinco classes: 0-3%, 3-6%, 6-15%, 15-25% e declives superiores a 25%.

Através da carta de declives (Figura 13) pode-se constatar que os declives dominantes são declives moderados, compreendidos entre 6-15%.

As áreas com maiores declives, entre os 15-25 e declives superiores a 25%, localizam-se a Noroeste e a Sudeste. Estas áreas acompanham as linhas de festos mais significativas que delimitam esta sub-bacia.

Os perímetros urbanos representados estão quase totalmente implantados em declives suaves a moderados. Os declives mais suaves coincidem com as zonas de vale.

Esta análise de declives permite uma interpretação de possíveis aptidões para um variado conjunto de usos, desde espaços edificados, agrícolas, florestais e de conservação<sup>48</sup>.

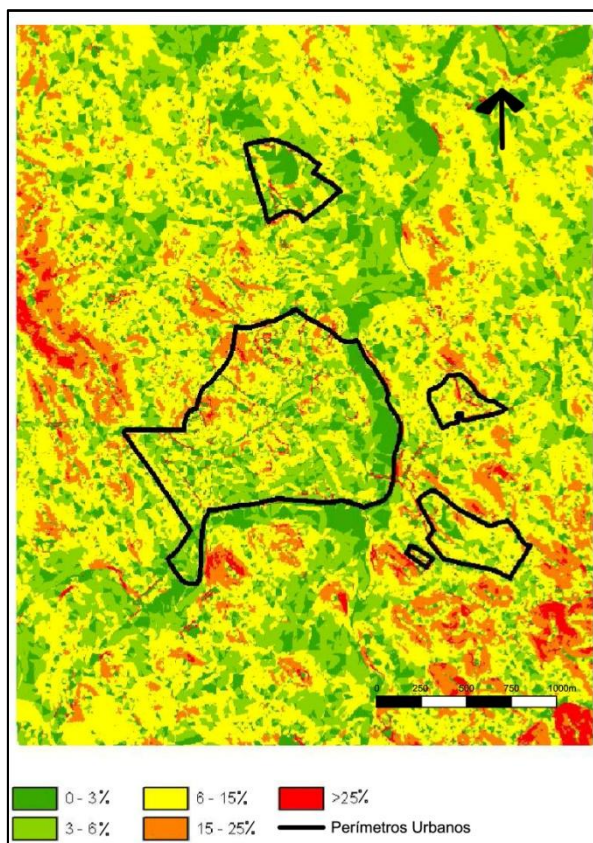


Figura 13 - Declives, escala 1.25000 - Anexo VI (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

Quanto à orientação das encostas consideram-se cinco classes: Norte, Sul, Este, Oeste e, ainda, zonas planas ou levemente inclinadas, sem orientação específica.

A partir da observação da Figura 14 constata-se que as orientações mais comuns são a Este e a Oeste.

<sup>48</sup> MAGALHÃES, Manuela Raposo - Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal. 1ª ed. Lisboa: ISApress, 2007.p.128.

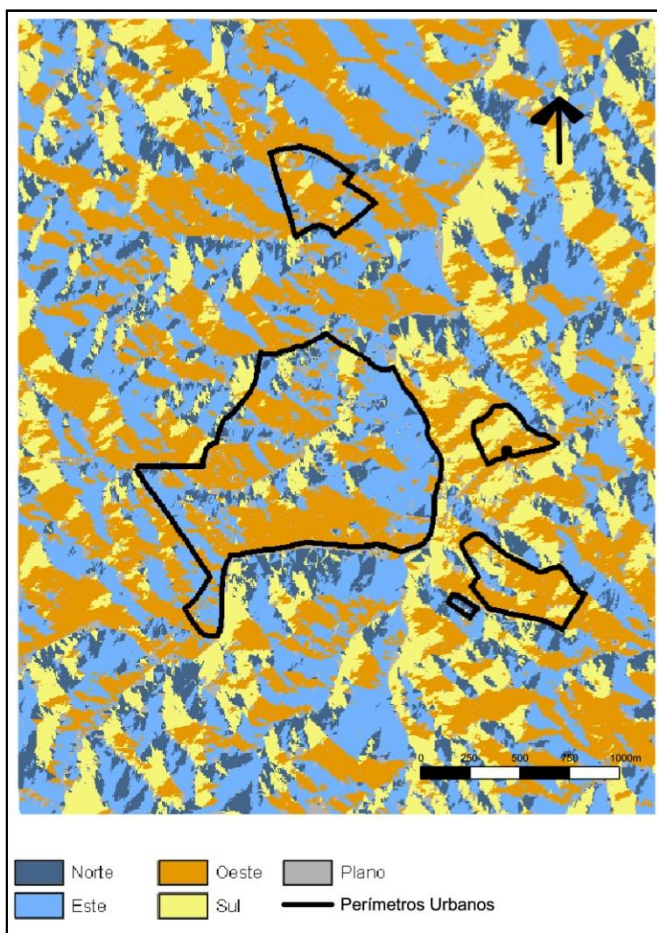


Figura 14 - Orientação solar das encostas, escala 1.25000 - Anexo VII (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

As cartas de declives e orientação de encostas são importantes na medida em que as diferentes exposições solares geram microclimas distintos, determinantes no conforto climático e na natureza da vegetação espontânea ou das culturas instaladas, contribuindo para a determinação da melhor localização relativamente a várias actividades humanas.

A nível de conforto climático, as encostas expostas a Sul e a Sudeste são as mais favoráveis em termo de usos urbanos pois recebem quantidades significativas de radiação. A orientação a Norte, sobretudo com declives superiores a 8%, corresponde a situações de desconforto climático em boa parte do ano uma vez que é menor a radiação recebida.

As encostas orientadas a Oeste e a Sudoeste são demasiado quentes no Verão devido à radiação recebida a partir do meio dia, quando as superfícies e o ar já se encontram aquecidas.

### 4.3. Síntese Fisiográfica

Para a realização da síntese fisiográfica (Figura 15) sobrepôs-se a altimetria, as linhas de festo e de talvegue, os declives e as orientações das encostas, de modo a permitir uma boa leitura da morfologia da paisagem.

Assim, esta carta permite definir susceptibilidades e identificar as áreas mais aptas ou inaptas para determinados usos.

Nesta carta pode-se constatar que a partir dos principais festos as encostas estão predominantemente voltadas a Oeste, com declives acentuados (entre 15 a 25%, apresentado pontualmente declives superiores a 25%), apresentando por isso maiores riscos de erosão.

A vila de Almodôvar surge junto às zonas de vale, com declives suaves a moderados (0 a 15%).

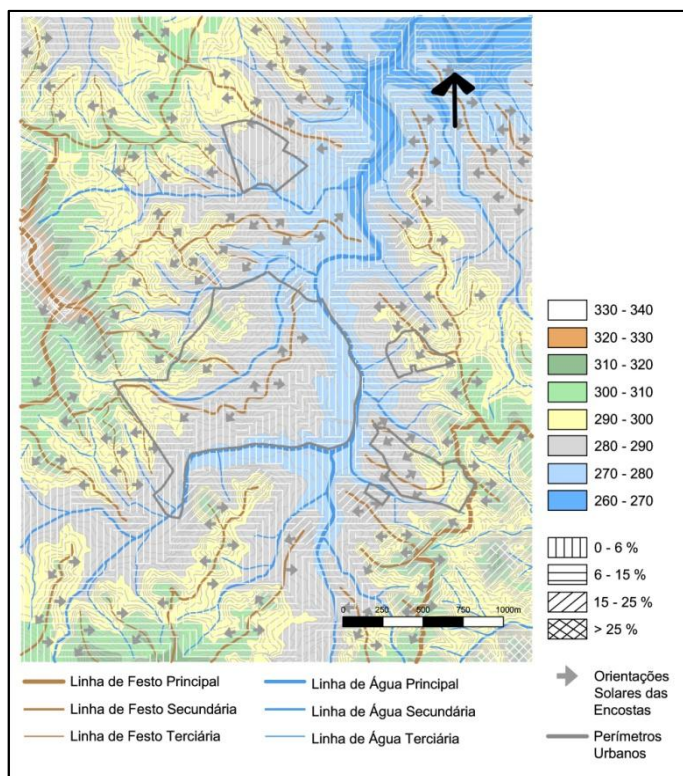


Figura 15 - Síntese fisiográfica, escala 1.25000 - Anexo VIII (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

#### 4.4. Solo

##### 4.4.1. CARTA DE SOLOS

##### 4.4.1.1. As Unidades-pedológicas

Na área em análise estão representadas cinco unidades da Carta dos Solos de Portugal (Figura 16), editada em 1962, à escala 1/50000 pelo outrora Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário<sup>49</sup>.

As unidades-pedológicas representadas integram nas seguintes famílias de solos:

- Litossolos (Solos Esqueléticos) de Xistos ou Grauvaques - Ex;
- Aluviosolos Modernos de Textura Mediana - A;
- Aluviosolos Hidromórficos de Textura Mediana - Ca;
- Solos Mediterrâneos Pardos Não Calcários de Xistos ou Grauvaques - Px;
- Solos Mediterrâneos Pardos Não Calcários de Xistos ou Grauvaques (Fase Delgada) - Pxd.

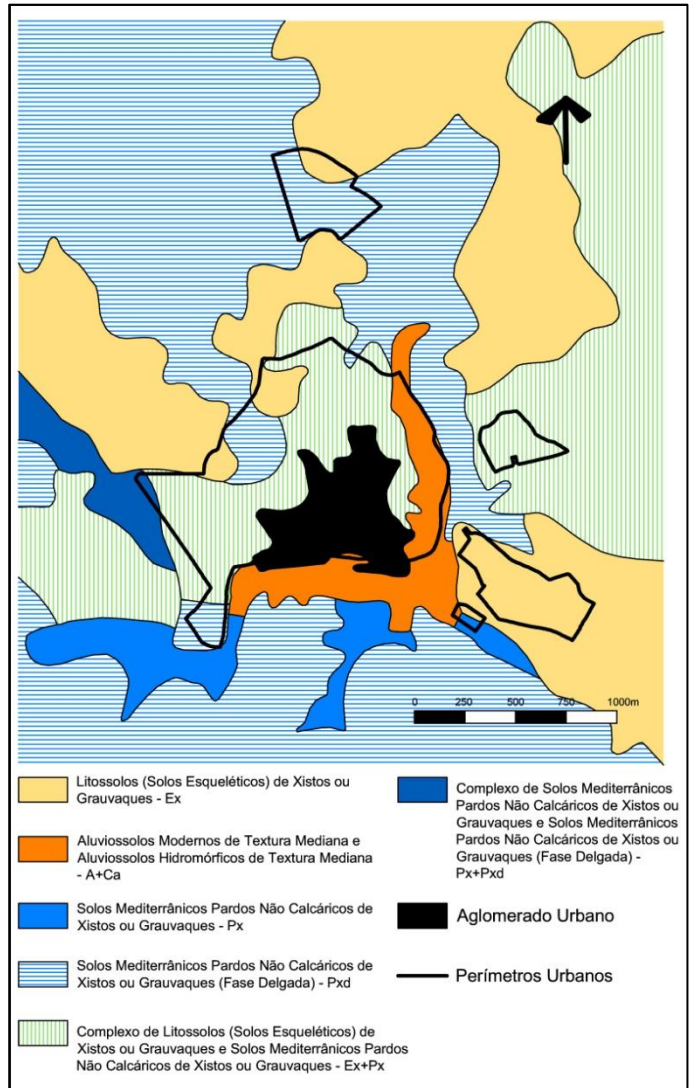


Figura 16 - Extracto da Carta de Solos de Portugal, escala 1.25000 - Anexo IX (Planta elaborada pelo autor. Adaptado da Carta de Solos de Portugal n<sup>o</sup>546-C e 50-A e bases cartográficas CMA).

<sup>49</sup> PDMA - Relatório de *Caracterização Física* - CMA: Almodôvar, 1998.p.22.

#### 4.4.1.2. As Associações de Solos

As unidades-pedológicas representadas correspondem a famílias de solos com características físicas e morfológicas particulares, nomeadamente permeabilidade, circulação e capacidade de retenção de água.

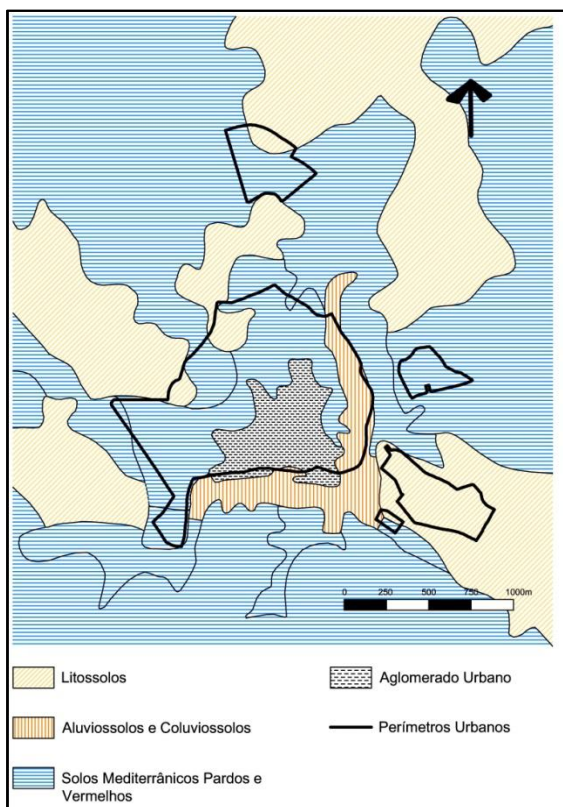


Figura 17 - Carta de Associação de Solos, escala 1.25000 - Anexo X (Planta elabora pelo autor. Adaptado da Carta de Solos de Portugal n<sup>os</sup> 46-C e 50-A e bases cartográficas CMA).

Os solos dominantes são os solos mediterrâneos pardos e vermelhos que correspondem a cerca de 59% da área em análise; com cerca de 34% seguem-se os litossolos ou solos esqueléticos. Os solos menos representados, com 4% da área, são os aluviosolos e coluviosolos. A percentagem em falta (3%) corresponde ao aglomerado urbano (Figura 17).

Os solos mediterrâneos pardos e vermelhos, possuem baixos valores de capacidade de retenção e armazenamento de água, sendo a sua permeabilidade média a baixa. A sua capacidade produtiva é mediana. As principais limitações relacionam-se sobretudo com a reduzida espessura,

uma vez que predominam as fases delgadas<sup>50</sup>.

Os litossolos de xistos e rochas afins caracterizam-se pela reduzida espessura do solo, inferior à dos solos mediterrâneos pardos e vermelhos e, portanto, pela ocorrência do substrato rochoso duro muito próximo da superfície (<10 cm).

Os aluviosolos e coluviosolos correspondem a terra baixas ao longo dos principais cursos de água ou base das encostas. Estes solos são, no geral, bastante férteis e de

<sup>50</sup> Cf. PDMA - Relatório de *Caracterização Física*.p.26.

elevada capacidade produtiva. Quanto às limitações, quando existirem, relacionam-se com deficientes condições de drenagem e/ou com a ocorrência cheias.

As principais características das 3 associações (Quadro 6) consideradas são as seguintes:

Associações de Solos	Unidades Pedológicas	Substrato Litológico	Morfologia	Principais Limitações	Ocupação do Solo Mais Frequente
1 - Litossolos (Solos Esqueléticos)	Ex	Xistos ou Grauvaques	Ondulado forte ou expressivo	▪ Reduzida capacidade de armazenamento para a água e baixa permeabilidade.	▪ Matos de estevas com elementos arbóreos dispersos ou constituindo montado dominando o sobreiro.
2 - Aluviosolos e Coluviosolos	A, Ca	Depósitos aluviais recentes	Baixas das ribeiras principais	▪ Toalha freática próxima da superfície; riscos de inundação ou encharcamento temporário.	▪ Domínio da cobertura herbácea constituindo prados naturais integrados em áreas de pastoreio, tratos de cultivo intensivo num local ou noutra.
3 - Solos Mediterrâneos Pardos e Vermelhos	Px	Xistos ou Grauvaques	Terreno ondulado suave ou ondulado expressivo	▪ Mediana/baixa capacidade de armazenamento para água; mediana/baixa permeabilidade.	▪ Tradicional rotação de culturas cerealíferas e de pastagem, envolvendo áreas arborizadas (azinheiras em geral) ou não.

Quadro 6 - Quadro-síntese das associações de solos (Adaptado de PDMA).

#### 4.5. Geologia

Recorrendo à folha nº 8 da Carta Geológica de Portugal, à escala 1/200000, editada pelos Serviços Geológicos de Portugal, verifica-se que a área em análise é geologicamente constituída pela "Formação de Mértola" (Carbónico Inferior, Viséano Superior).

A "Formação de Mértola" engloba-se no grupo do flysch do Baixo Alentejo. Este grupo corresponde "essencialmente a um complexo de sedimentar heterogéneo, em que alternam leitos ou bancos de rochas argilo-pelíticas, areníticas e conglomerados"<sup>51</sup>.

Esta formação geológica "é constituída por uma sucessão de sedimentos turbidísticos, ou seja, rochas características de fácies flysch, que incluem grauvaques, siltitos e pelitos, com intercalações de conglomerados. Os turbiditos são finamente estratificados, fácies que é mais característico nos siltitos e pelitos"<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Cf. PDMA - Relatório de *Caracterização Física*.p.10.

<sup>52</sup> Cf. *Ibidem*.



#### 4.6. Carta de Ocupação do Solo

A Carta de Ocupação do Solo (COS) (Figura 18) é um excerto da Carta de Ocupação do Solo do Concelho de Almodôvar, e reporta aos níveis 3 e 4 de informação, em que é possível saber, no caso das áreas agrícolas, as espécies existentes.

A Carta de Ocupação do Solo do Concelho de Almodôvar foi adaptada a partir COS 2005, realizada pelo Instituto Geográfico Português, tendo metodologia e nomenclatura semelhantes.

A mancha dominante na carta de ocupação do solo corresponde às culturas anuais de sequeiro. Outras manchas que se destacam, mas com menor representatividade, são os espaços florestais degradados, cortes e novas plantações que correspondem, neste caso, a novas plantações de *Quercus suber* e *Pinus pinea*, resultantes de investimentos subsidiados por fundos comunitários.

O tecido urbano contínuo é marcante e existem significativas áreas de sistemas culturais e parcelares complexos na sua envolvência. Na sua maioria, estes sistemas (ferragiais, hortas, pequenos pomares e olivais) encontram-se adjacentes às linhas de água.

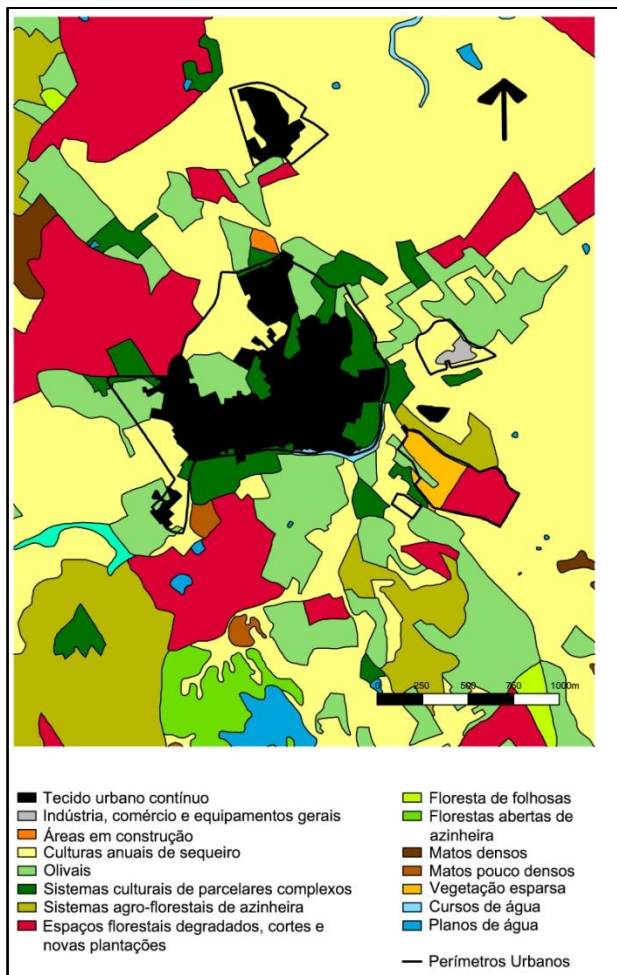


Figura 18 - Extracto da Carta de Ocupação do Solo, escala 1.25000 - Anexo XI (Adaptado da COS e de bases Cartográficas CMA).

#### 4.7. Caracterização Climática

Em traços muito gerais, até porque é escassa a informação climática disponível referente a Almodôvar, pode dizer-se que aqui se verificam Verões quentes e secos e invernos frios e pouco chuvosos, bem característicos do clima mediterrânico. A precipitação média anual ronda os 600mm, concentrando-se cerca de 80% desta precipitação nos meses chuvosos de Outubro a Março. Considerando a precipitação correspondente aos meses de transição (Abril e Maio, com cerca de 40mm em cada mês), a chuva caída nos restantes cinco meses, extremamente secos, representa menos que 6% (34,2mm) da média anual<sup>53</sup> (Gráfico 6).

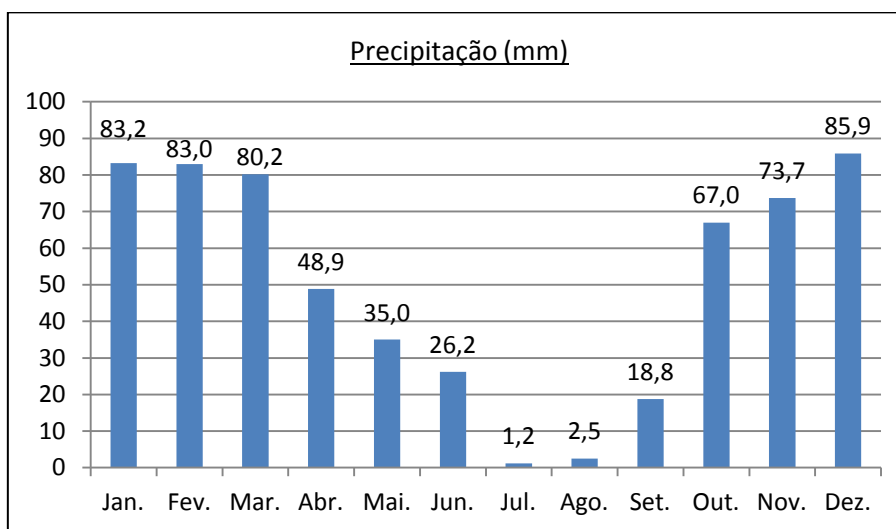


Gráfico 6 - Valores médios de precipitação (Estação Udométrica de Almodôvar, 1951-1980).

A temperatura média anual em Almodôvar é de cerca de 16°C, variando entre um mínimo em Janeiro de 9,5°C e um máximo em Agosto de cerca de 23,8°C. As amplitudes térmicas anuais e diárias são acentuadas (amplitude média da variação diurna entre os 11 e os 12°C), evidenciando assim uma clara influência continental. A média anual de dias com temperatura superior a 25°C é de 130 dias, enquanto são cerca de 60 dias os que apresentam temperaturas inferiores a 5°C. A insolação média anual é da ordem das 290 horas<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica - *O Clima de Portugal. Normais Climatológicas da Região de "Alentejo e Algarve"* correspondentes a 1951-1980. Fascículo XLIX. INMG, Lisboa 1991.

<sup>54</sup> Serviço Meteorológico Nacional - *Atlas Climatológico de Portugal Continental*. Edição preliminar. SMN, Lisboa, 1974.

#### 4.8. Ocupação Humana

A partir deste ponto a análise foi desenvolvida com maior pormenor, utilizando-se cartografia à escala 1/5000.

##### 4.8.1. EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO

Esta análise (Figura 19) foi elaborada com base em pesquisas bibliográficas no que se refere ao núcleo antigo da vila. Usaram-se depois dados da Carta de Cadastro de 1947 do antigo Instituto Geográfico e Cadastral, secção I e T (Anexo XII), das Cartas do Arquivo da CMA, décadas de 60 a 70 (Anexo XIII), e os levantamentos dos loteamentos urbanos das décadas mais recentes (Anexo XXIII).

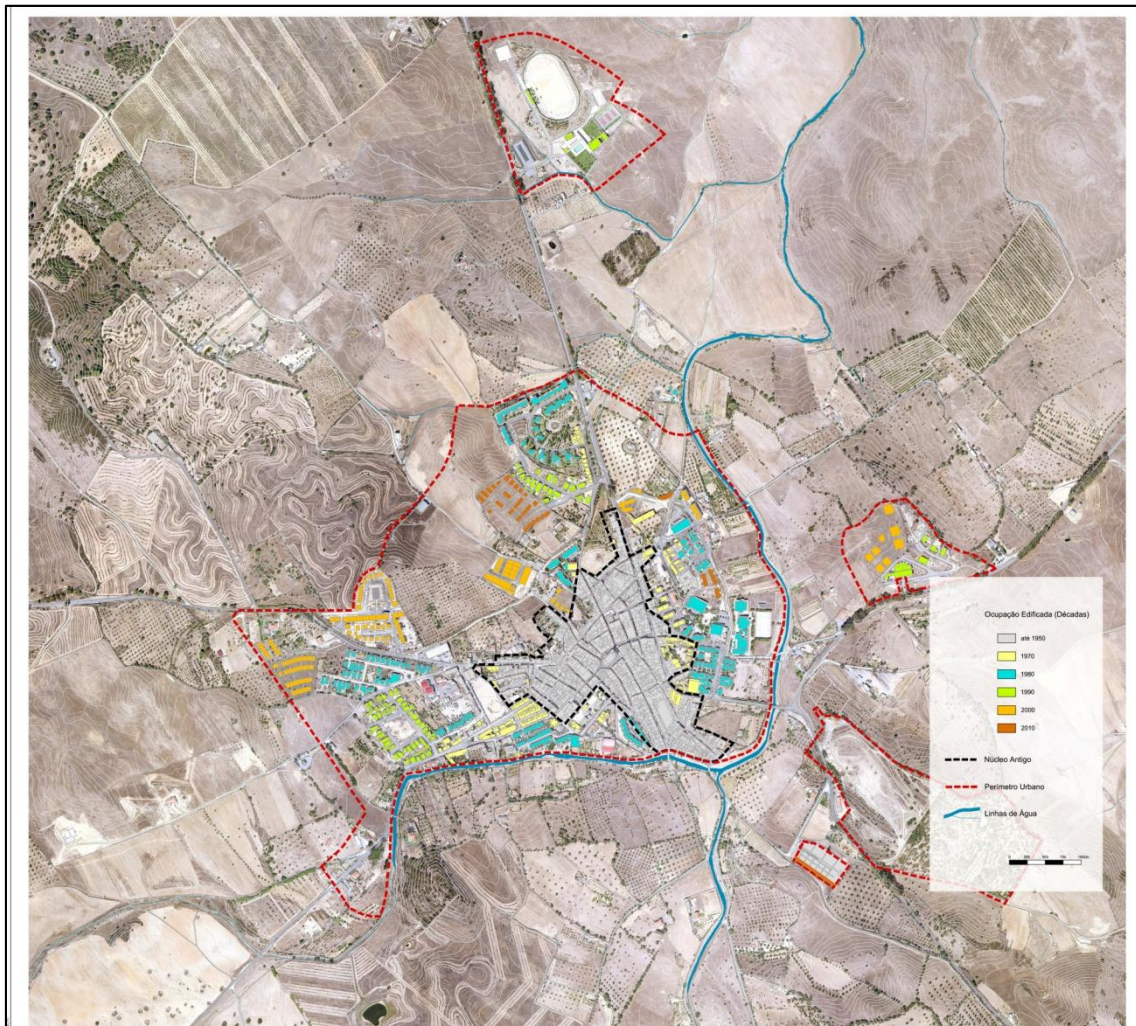
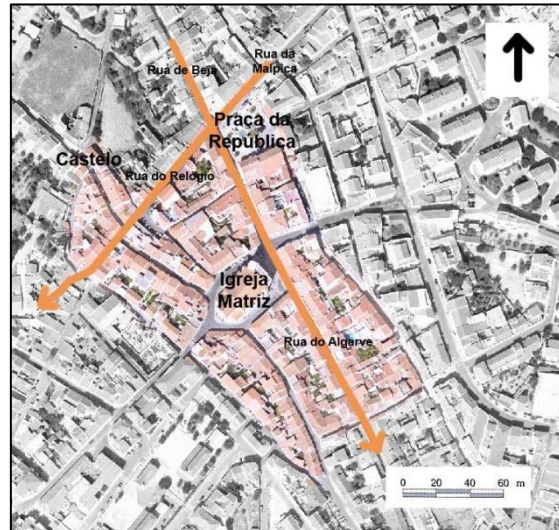


Figura 19 - Evolução do crescimento da vila de Almodôvar, escala 1.5000 - Anexo XIV (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

O traçado original da malha urbana, da então designada Póvoa de Almodôvar, remonta ao século XIII quando o Rei D. Dinis consentiu o foral da referida povoação a 17 de Abril de 1285<sup>55</sup>. A malha urbana original está organizada segundo um eixo principal que ligava Beja ao Algarve, designado por Rua de Beja e Rua do Algarve (Figura 20). Este



eixo liga também duas importantes áreas da vila, a Praça da República, onde se situavam os Paços do Concelho e Pelourinho, e o Adro da Igreja Matriz.

Figura 20 - Traçado original e principais eixos de Almodôvar (Adaptado de Cf. PAIO, Alexandre, et al - *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*.p.254).

Outro eixo não menos importante é o que ligou, em tempos, o antigo castelo à actual Praça da República, denominada então por Rua Direita, actual Rua do Relógio. A praça é então um elemento fulcral na malha urbana, onde confluem importantes vias quer Norte/Sul (Rua de Beja e Rua do Algarve), quer Este/Oeste (Rua da Malpica e Rua do Relógio) que serviam o povoado<sup>56</sup>. Consta que o Castelo localizava-se na periferia, a Oeste da povoação, onde nos dias de hoje se situa o depósito de água, não desempenhado directamente um papel na estrutura da malha urbana, apenas de segurança e protecção<sup>57</sup>.

A partir do traçado inicial, a povoação cresceu respeitando as características morfológicas e mantendo a geometria da malha urbana até à década de 50 do século XX. O núcleo consolidado não sofre alterações significativas entre os anos 50 a 60.

Porém, na década de 70 constata-se o princípio da fragmentação do núcleo urbano com o início dos loteamentos, o que agrava nas décadas seguintes até aos dias de hoje.

<sup>55</sup> PAIO, Alexandre, et al - *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*. Coimbra: Instituto de Estudos e Urbanos da Universidade de Coimbra.2007.p.252.

<sup>56</sup> Cf. *Ibidem*.p.253.

<sup>57</sup> Cf. *Ibidem*.

Estes loteamentos surgem sobretudo ao longo das principais rodovias (EN2 e CM1198).

A década em que se verificou um maior crescimento urbano foi, efectivamente, a de 80. O período pós 25 de Abril e a instalação da SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A. no concelho vizinho de Castro Verde em 1977<sup>58</sup> terão despoletado o crescimento da vila nos anos 70 e 80. É nesta altura que surgem os equipamentos e infra-estruturas de carácter público como: escola secundária, pavilhão gimnodesportivo, pavilhão dos bombeiros, parque de feiras e parque de merendas.

Dos anos 90 até ao presente, o tecido urbano apresenta-se de forma desconexa em relação à malha urbana resistente, sendo mais evidentes o parque desportivo e o parque industrial. Dos novos loteamentos alguns estão implantados em declives superiores ao que seria desejável, entre os 6 a 15% sendo por vezes superior a 15%. Estes declives tornam a questão da acessibilidade um ponto sensível.

De acordo com o Quadro 7 estão disponíveis na vila de Almodôvar 37 lotes inseridos em loteamentos em construção e 110 lotes de loteamentos apenas infraestruturados, sem edifícios construídos.

---

<sup>58</sup> Cf. COELHO, José Maria Afonso - *Foral de Almodôvar*.p.13.

Loteamentos	Áreas, Lotes e Fogos Não Construídos											
	Moradias Unifamiliares Isoladas			Moradias Unifamiliares em Banda			Edifícios Multifamiliares em Banda			Total		
	Área (m <sup>2</sup> )	Lotes (Unid.)	Fogos (Unid.)	Área (m <sup>2</sup> )	Lotes (Unid.)	Fogos (Unid.)	Área (m <sup>2</sup> )	Lotes (Unid.)	Fogos (Unid.)	Área (m <sup>2</sup> )	Lotes (Unid.)	Fogos (Unid.)
2 - <b>Maldonado I</b> Alvará 1/86	2520	7	7	-	-	-	-	-	-	2520	7	7
3 - <b>Cova da Burra</b> Alvará 1/86	889	3	3	-	-	-	-	-	-	889	3	3
5 - <b>Cerca do Convento I</b> Alvará 6/89	372	1	1	-	-	-	-	-	-	372	1	1
7 - <b>Cerca da Presença I</b> Alvará 1/95	5725	3	3	-	-	-	-	-	-	5725	3	3
8 - <b>Maldonado II</b> Alvará 2/95	992	1	1	-	-	-	-	-	-	992	1	1
9 - <b>Quinta do Monte Rei</b> Alvará 2/2002	2640	7	7	150	1	1	3508	11	62	6298	19	70
10 - <b>Santo António</b> Alvará 1/2003	480	2	2	-	-	-	188	1	4	667	3	6
<b>Total</b> (loteamentos com construção)	13618	24	24	150	1	1	3696	12	66	17463	37	91
12 - <b>Maldonado III</b> Alvará 1/2009	961	2	2	10208	46	46	-	-	-	11169	48	48
13 - <b>Espírito Santo</b> Alvará 2/2009	1901	5	5	-	-	-	-	-	-	1901	5	5
14 - <b>Cerca do Convento</b> (lotemaneto municipal)	-	-	-	2648	14	14	-	-	-	2648	14	14
15 - <b>Cerca da Presença II</b> Alvará 1/2010	5150	17	17	6352	26	26	-	-	-	11502	43	43
<b>Total</b> (loteamentos só infraestruturados - sem edifícios)	8011	24	24	19208	86	86	-	-	-	27219	110	110

Quadro 7 - Áreas, lotes e fogos não construídos.

Com esta situação, e tendo em conta tanto as áreas de expansão previstas, apesar de algumas não serem as melhores para urbanizar (nomeadamente na zona a Noroeste da vila), como a conjuntura que actualmente se vive no interior do país, não parece ser necessário qualquer acerto a nível de perímetros urbanos.

#### 4.8.2. ÁREAS CONSOLIDADAS, ÁREAS A CONSOLIDAR E ÁREAS DE EXPANSÃO

A partir do conhecimento da evolução do crescimento urbano e por foteinterpretação assinalaram-se: Áreas Consolidadas, Áreas a consolidar e Áreas de Expansão<sup>59</sup> (Figura 21).

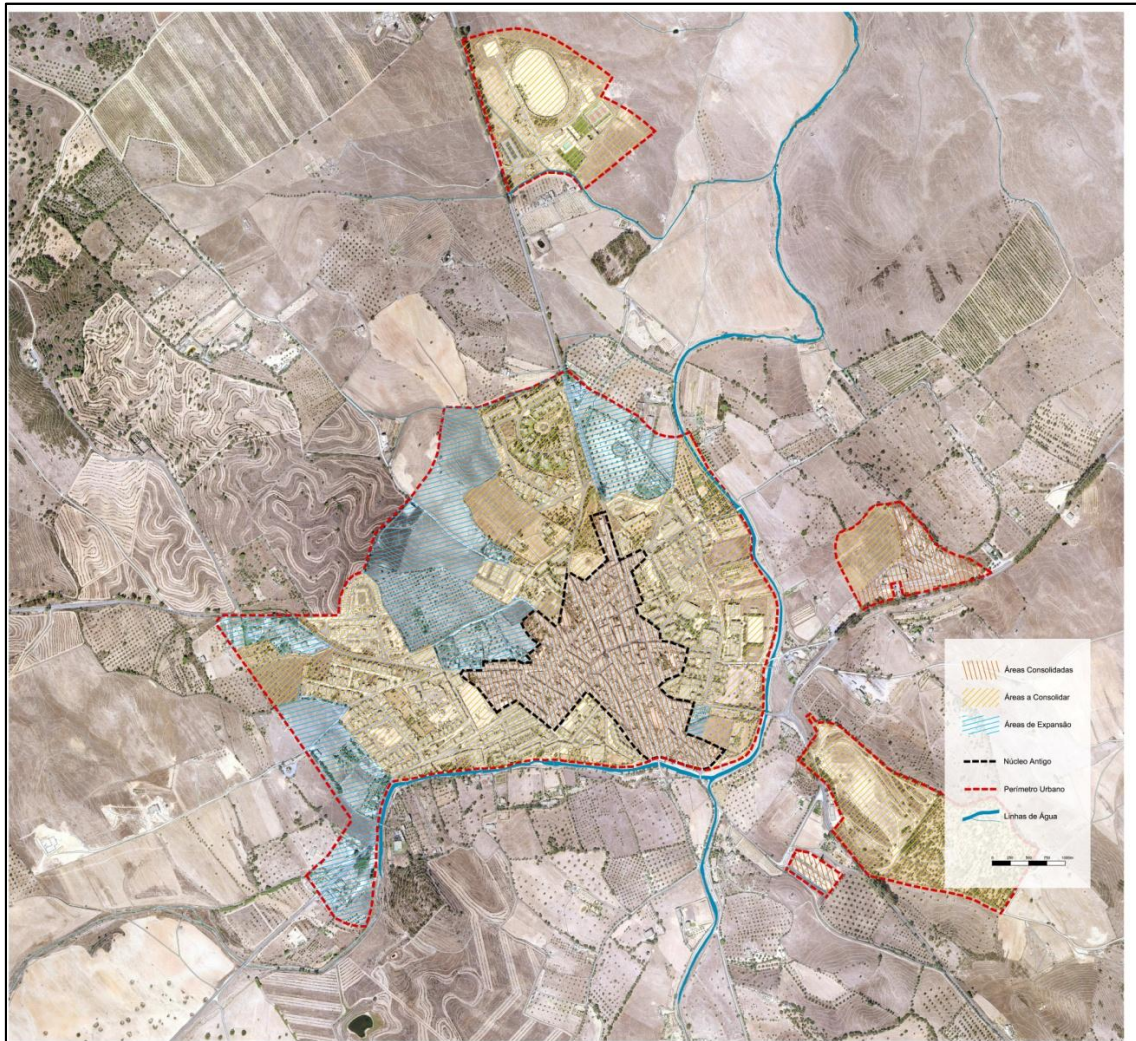


Figura 21 - Áreas consolidadas, áreas a consolidar e áreas de expansão, escala 1:5000 (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

<sup>59</sup> PDM Almodôvar - *Relatório Final*. CMA: Almodôvar, 1995.p.91.

As áreas consolidadas caracterizam-se na estabilidade de linhas que definem o tecido urbano e atribuem uma identidade espacial e urbana. Deste modo as áreas consolidadas correspondem ao centro da vila - núcleo antigo - cuja malha ortogonal define quarteirões regulares e diversos espaços públicos, desde ruas, largos e praças, que fazem parte da identidade urbana da vila como: a Praça da República e a Igreja Matriz (Figura 22).



Figura 22 - Praça da República (Julho 2011).

As áreas a consolidar, de uma maneira geral, são áreas abrangidas sobretudo por loteamentos aprovados, com falhas tipológicas em relação às áreas consolidadas. Essas falhas traduzem-se essencialmente à indefinição e ausência de espaços públicos que é necessário

solucionar.

Por último, as áreas de expansão do aglomerado correspondem aos espaços urbanizáveis previstos.

Esta sistematização da consistência do tecido urbano, Áreas Consolidadas e Áreas a Consolidar, permite averiguar o grau de evolução e identidade do tecido urbano. Esta análise é importante na definição do âmbito das intervenções que poderão ser feitas a nível da proposta preliminar da EEU.



#### 4.8.3. VALORES CULTURAIS

Como parte da identidade cultural de Almodôvar são de salientar os muros de pedra seca que delimitam propriedades próximas da vila e as azinhagas que as servem (Figura 23).



Figura 23 - Exemplo de muros de pedra seca/azinhaga (Julho 2012).



Figura 24 - Exemplo de moinhos (Julho 2012).



Figura 25 - Lavadouro do Poço de Ourique (Julho 2012).

Os furos, poços e tanques remanescem de técnicas agrícolas outrora utilizadas, associadas a quintas agora menos cuidadas ou até mesmo abandonadas, geralmente na periferia da vila, junto à ribeira, onde o solo é mais fértil (Sistemas culturais e parcelares complexos - Anexo XI).

Os moinhos de vento e os lavadouros (Figuras 24 e 25), remontam a antigas práticas que estão bem marcadas na paisagem, especialmente no caso dos moinhos.

##### 4.8.3.1. Património Classificado

###### *Capela de Santo António*

A ermida de Santo António (Figura 26) classificada de imóvel de interesse público pelo Decreto nº251/70 de 3 de Junho, localiza-se a Norte da vila, na Rua da Antiga Estrada de Ourique, fora do aglomerado urbano e rodeada por terrenos agrícolas. A capela, do século XVII, é de planta longitudinal adossada a um alpendre, também rectangular. A fachada principal está virada a



Figura 26 - Capela de Santo António (Julho 2012).

Sudoeste, marcada pelo alpendre de empena triangular. Nas fachadas laterais do alpendre rasgam-se dois arcos idênticos. O seu interior é um espaço único; de pavimento inclinado, com degrau a diferenciar o espaço da nave e capela-mor. Existem restos de frescos nas paredes e vãos dos arcos laterais e da porta travessa,

representando anjos músicos, símbolos eucarísticos, motivos geométricos. Actualmente a ermida de Santo António está num avançado estado de degradação<sup>60</sup>.

#### *Ponte Antiga sobre a Ribeira de Cobres*

Ponte (Figura 27) localizada a Este da vila, em zona periurbana, na transição para a zona agrícola. O tabuleiro da ponte é rampante de três planos, assente em três arcos redondos de vão igual, com cerca de 2,50m cada um, protegido por guardas de cantaria. Embora seja conhecida por "Ponte Romana", trata-se de uma construção posterior, do período medieval, século XII, XIII<sup>61</sup>. A Ponte Antiga sobre a Ribeira de Cobres foi classificada como imóvel de interesse público pelo Decreto nº28/82 de 26 de Fevereiro.



Figura 27 - Ponte antiga sobre a Ribeira de Cobres (Julho 2012).

#### *Convento e Capela de Nossa Senhora da Conceição*

O convento (Figura 28) pertenceu à Ordem Terceira de S. Francisco e foi fundado em 1680. Edifício de grande sobriedade arquitectónica<sup>62</sup>, organiza-se em torno do claustro. A capela ostenta no seu interior altares de talha dourada com colunas torsas de finais do século XVII, princípio do século XVIII, sendo o altar-mor dedicado a Nossa Senhora da Conceição.

A designação "*Convento e Capela de S. Francisco*" que consta no Decreto nº45/93 de 30 de Novembro, e que classifica este imóvel de interesse público, não é a



Figura 28 - Entrada da capela de Nossa Senhora da Conceição (Maio 2011).

mais rigorosa. Um vez que a santa padroeira é a Nossa Senhora da Conceição<sup>63</sup> era esse o nome que deveria prevalecer e não o nome da ordem do convento.

<sup>60</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Default.aspx](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx) 5-7-11 16:27.

<sup>61</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>62</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>63</sup> Cf. COELHO, José Maria Afonso - *Foral de Almodôvar*.p.11.

#### 4.8.3.2. Património

"O valor do património edificado de Almodôvar reside, fundamentalmente, na permanência de uma determinada cultura originária num concelho marginal aos grandes desenvolvimentos históricos e de recursos económicos reduzidos"<sup>64</sup>

O seguinte conjunto de edifícios não possui qualquer tipo de classificação oficial mas poderá vir a integrar o património de interesse municipal<sup>65</sup>. Numa tentativa de completar a lista destes imóveis, referidos no Plano Director Municipal de Almodôvar (PDMA), inseriram-se alguns que constam no inventário do Sistema de Informação e da Reabilitação Urbana (SIPA)<sup>66</sup>, gerido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Porém, nem todos os imóveis do inventário foram ponderados, tendo sido considerados os imóveis até ao terceiro grau segundo a sua importância.

##### *Antigos Paços do Concelho e Cadeia*

Arquitectura político administrativa e judicial barroca. Edifício funcional com influências da arquitectura religiosa barroca, visíveis no campanário e nos pináculos piramidais<sup>67</sup> (Figura 29).



Figura 29 - Actual Museu Severo Portela (Julho 2012).

##### *Casa Passanha*

Arquitectura residencial barroca. O edifício de planta em "H", apresenta, na fachada principal, um pátio de entrada central enquadrado por dois volumes laterais. O seu interior, dividido em dois pisos, possui no piso térreo abóbadas. Esta organização reflecte características das grandes casas, onde o primeiro andar se destinava a habitação e o piso térreo a



Figura 30 - Casa Passanha (Julho 2012).

<sup>64</sup> Cf. PDMA - *Relatório Final*. p.86.

<sup>65</sup> Cf. *Ibidem*. p.37.

<sup>66</sup> Cf. <http://www.monumentos.pt/>.

<sup>67</sup> Cf. *Ibidem*.

armazéns, cocheiras, cavalariças e adegas<sup>68</sup>. Este é um dos edifícios onde a Câmara Municipal de Almodôvar está instalada (Figura 30).

#### *Casa na Rua Fria nº8*

Arquitectura residencial barroca. Edifício de dois pisos destinados a habitação. Na fachada principal cor-de-rosa as molduras dos vãos com pequenas orelhas e aventais são ao gosto tardo-barroco do reinado de D. Maria I. A organização do edifício privilegia os espaços voltados para a rua enquanto que as divisões menos importantes estão voltadas para o quintal. Apesar da importância arquitectónica que possui trata-se de um edifício bastante deteriorado.

#### *Capela de Santo Amaro*

Arquitectura religiosa barroca e vernácula. Ermida periurbana (Figura 31) implantada num ponto alto com grande domínio visual, onde se pode avistar a vila. A capela composta por nave rectangular e capela-mor quadrada. O interior é totalmente despojado de decoração, sobressaindo o arco triunfal e a sua moldura de argamassa assente em



Figura 31 - Capela de Santo Amaro (Setembro 2011).

pilastras, coroado por cornija e nicho. A fachada principal é constituída por elementos barrocos como portal de verga curva, com moldura encimada por cornija acompanhando a curvatura da verga assim como nos pináculos piramidais<sup>69</sup>.

#### *Edifício com Janela Manuelina na Praça da República, Nº4*

Edifício cuja fachada principal ostenta uma janela exuberante de arquitectura manuelina (Figura 32). O estilo está presente em várias componentes como torsos, na densa decoração vegetalista manifestada no capitel<sup>70</sup>.



Figura 32 - Janela manuelina, Praça da República (Julho 2012).

<sup>68</sup> Cf. <http://www.monumentos.pt/>.

<sup>69</sup> Cf. *Ibidem*.

### *Edifício na Rua de Santo Ildefonso nº17*

Arquitectura residencial barroca. Edifício de planta rectangular, de dois pisos. As janelas de sacada da fachada principal possuem moldura em canteria com um ornato floral ao centro do lintel, encimadas não moldura de perfil côncavo e frontão curvo características de linguagem barroca.

### *Igreja Matriz de Santo Ildefonso de Almodôvar*

Exemplo de arquitectura religiosa com variantes maneirista, barroca e neoclássica. Igreja dedicada a S. Ildefonso, doada por D. Dinis, em 1297, à Ordem de Santiago. A planta, a composição dos alçados, as colunas, o púlpito induzem à arquitectura maneirista. Com características barrocas existem elementos como retábulos laterais, e colaterais, portal e torre sineira, sendo o retábulo do altar-mor neoclássico<sup>71</sup>. A igreja (Figura 33) está actualmente em vias de classificação.



Figura 33 - Igreja Matriz de Santo Ildefonso (Julho 2012).

### *Igreja da Misericórdia*

Arquitectura religiosa, maneirista, barroca e neoclássica. Os portais, particularmente o lateral de desenho classicisante de origem Maneirista; o barroco afirma-se no retábulo de talha, no arco de volta perfeita, ainda de uma fase inicial, com moldura saliente assente em pilastra. O neoclassicismo está presente nas pinturas murais e estuques, recorrendo a



Figura 34 - Lateral da Igreja da Misericórdia (Julho 2012).

molduras marmoreadas e elementos de tradição clássica, como os grutescos, as urnas e as grinaldas<sup>72</sup>. Na lateral da Igreja (Figura 34), voltada para a Praça da República, está a capela dedicada ao Senhor do Calvário, de grande e antigas tradições<sup>73</sup>.

<sup>70</sup> Cf. <http://www.monumentos.pt/>.

<sup>71</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>72</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>73</sup> Cf. PDMA - *Relatório Final*.p.88.

### *Mercado Municipal*

Arquitectura comercial de art deco construída em 1936 de acordo com um "sistema de circulação interna funcional e racional"<sup>74</sup>. Em cada uma das entradas, sendo três no total, possui painéis de azulejos que retratam importantes trabalhos locais como a extracção de cortiça, a ceifa e o pastoreio (Figura 35).



Figura 35 - Mercado Municipal (Cf. FERNANDES, Paulo Almeida - *História e Histórias*.p.47).

### *Quinta do Monte Rei*

Arquitectura agrícola, vernácula e barroca. As características da arquitectura vernácula da região estão presentes no princípio de funcionalidade e solidez de construção. Os pormenores decorativos como cornijas, empenas curvas e nichos conferem características barrocas. Relativamente à quinta propriamente dita, destaca-se a nora. A nora com uma estrutura de quatro arcos que formam um rectângulo sobre o poço, cujo topo apoiava o eixo horizontal, é acessível por meio de uma rampa, por onde descia água até ao tanque<sup>75</sup>.



Figura 36 - Torre do Relógio (Julho 2012).

### *Torre do Relógio*

Arquitectura barroca e vernácula. Estrutura de grande solidez e formalidade características da arquitectura vernácula regional. O coruchéu octogonal e uma platibanda vazada no coroamento são elementos maneiristas<sup>76</sup> (Figura 36).

Na Figura 37 consta o levantamento realizado do património arquitectónico e de valores culturais.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Paulo Almeida - *História e Histórias*.p.48

<sup>75</sup> Cf. <http://www.monumentos.pt/>.

<sup>76</sup> Cf. *Ibidem*.

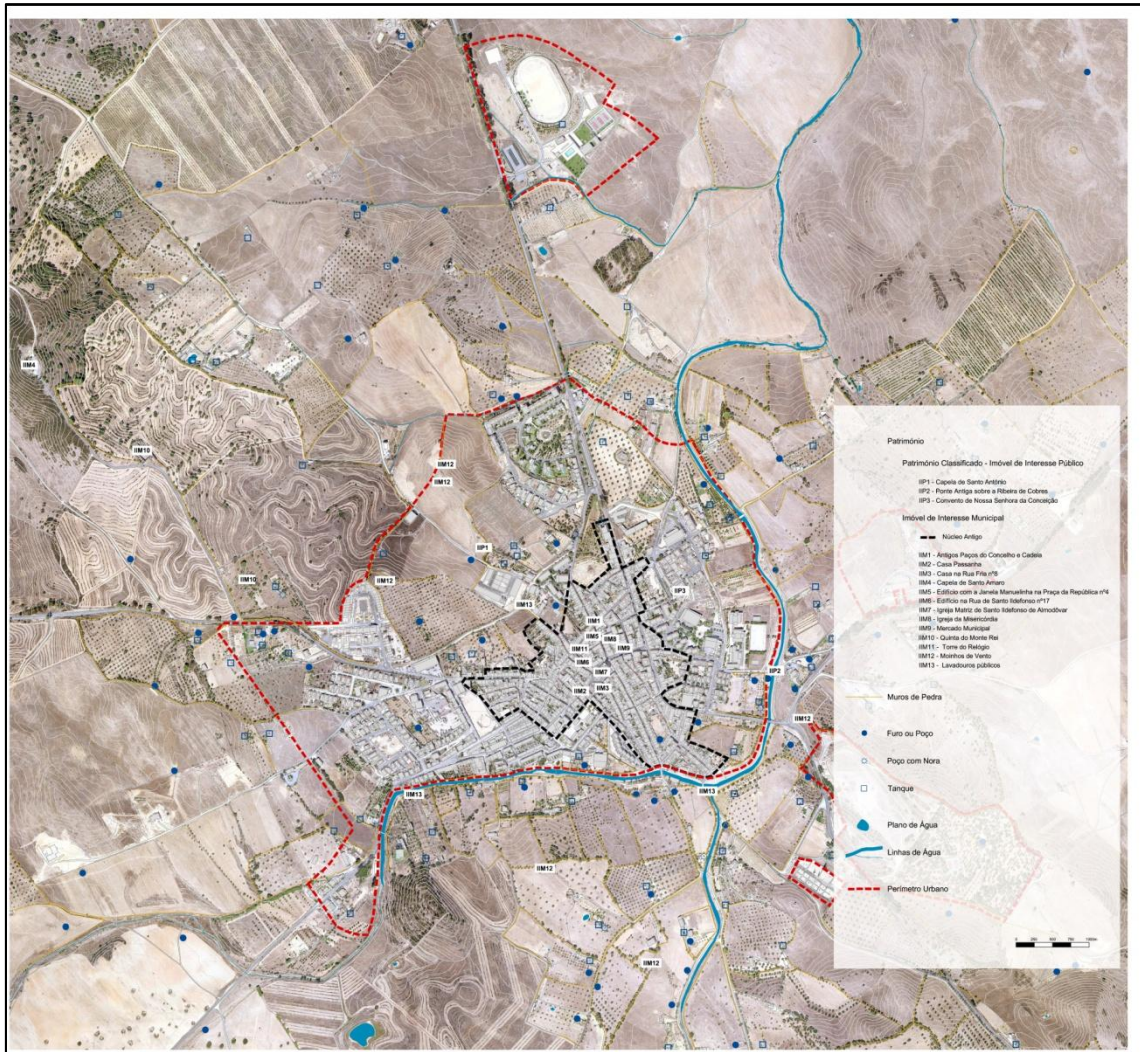


Figura 37 - Levantamento do património e valores culturais, escala 1.5000 - Anexo XV (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

## 4.9. Servidões e Condicionantes

### 4.9.1. PLANTA DE CONDICIONANTES

A planta de condicionantes (Figura 38) corresponde à ampliação para a escala 1/5000 dos condicionantes do PDMA, originalmente à escala 1/25000 (no Anexo XVI consta o regulamento deste PDM - Resolução do Conselho e Ministros 13/98 de 27 de Janeiro).

Para esta escala de trabalho, não se considerou significativa a marcação das servidões do domínio público hídrico e das rodovias, por não terem expressão gráfica visível. Porém, estas servidões foram referidas para serem tidas em conta na proposta preliminar da EEU.

#### *Domínio Hídrico*

Segundo o Decreto-Lei nº468/71 *"a margem das águas não navegáveis nem flutuáveis, nomeadamente torrentes, barracos e córregos de caudal descontínuo, tem a largura de 10m"<sup>77</sup>*, medida a partir da linha limite do leito. Relativamente à condição jurídica dos leitos e margens *"consideram-se objecto de propriedade privada, sujeitos a servidões administrativas, os leitos e margens das águas não navegáveis, nem flutuáveis que atravessem terrenos particulares"<sup>78</sup>*.

#### *Reserva Ecológica Nacional*

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra várias áreas de protecção especial quer pelo seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais.

*"A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as acções compatíveis com os objectivos desse regime nos vários tipos de áreas"<sup>79</sup>*.

---

<sup>77</sup> Decreto-Lei nº468/71 de 5 de Novembro, artigo 3º, parágrafo 4.

<sup>78</sup> Cf. *Ibidem*. Artigo 5º, parágrafo 2.

<sup>79</sup> Decreto-Lei nº166/2008 de 22 de Julho, artigo 2º, parágrafo 2.



As áreas que integram a REN são: "as áreas de protecção do litoral", "as áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre" e "as áreas de prevenção de riscos naturais"<sup>80</sup>. Cada uma destas áreas integra várias tipologias, com diferentes funções, sendo de seguida referidas as tipologias que ocorrem na área em estudo.

As tipologias de espaços da REN representadas na carta de condicionantes são "os cursos de água e respectivos leitos e margens"<sup>81</sup>, "as áreas estratégicas de produção e recarga de aquíferos", "as zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos" e as "áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo". Esta nomenclatura já está de acordo com o regime jurídico da REN, Decreto-Lei nº166/2008 de 22 de Agosto, que estabelece a correspondência das áreas definidas no Decreto-Lei nº93/90 de 19 de Março, utilizada pelo PDM de Almodôvar<sup>82</sup>.

Das áreas integradas na REN são, por um lado, interditos usos e acções de natureza pública ou privada e, por outro lado, admitem-se outros usos que são compatíveis<sup>83</sup>.

#### *Reserva Agrícola Nacional*

Segundo o artigo 7º da Resolução do Conselho e Ministros 13/98 de 27 de Janeiro "consideram-se integradas na Reserva Agrícola Nacional todas as áreas designadas como tal na planta de condicionantes, incluindo nestas os espaços beneficiados pelo aproveitamento hidroagrícola da Boavista e Monte Clérigo"<sup>84</sup>.

O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN), Decreto-Lei n.º73/2009 de 31 de Março, integra solos de elevada ou moderada aptidão agrícola. Neste caso, de acordo com artigo 8º, os solos incluídos na RAN são os solos classificados como baixas aluvionares e coluviais.

---

<sup>80</sup> Cf. *Decreto-Lei nº166/2008* de 22 de Julho, artigo 4º, parágrafo 1.

<sup>81</sup> Cf. *Ibidem*, artigo 4º, parágrafos 2, 3 e 4.

<sup>82</sup> Cf. *Ibidem*, Anexo IV.

<sup>83</sup> Cf. *Ibidem*, artigo 20º, parágrafo 1.

<sup>84</sup> Resolução do Conselho de Ministros 13/98 de 27 de Janeiro, artigo 7º. parágrafo único.

Conforme o primeiro parágrafo do artigo 20º do referido regime jurídico "As áreas da RAN devem ser afectas à actividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa óptica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural"<sup>85</sup>, pelo que são expressamente proibidas acções de diminuição ou destruição das suas potencialidades.

#### *Servidões das redes de infra-estruturas e equipamentos*

De acordo com o segundo parágrafo do artigo 8º da Resolução do Conselho de Ministros de 13/98 foi constituída uma faixa de protecção à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) onde é proibida construção. As instalações da ETAR devem conter ainda "uma faixa arborizada com um mínimo de 5m de largura"<sup>86</sup>.

#### *Servidões Rodoviárias*

As zonas de restrições rodoviárias constam no artigo 10º da Resolução do Conselho de Ministros 13/98.

A rede nacional complementar é constituída pela EN2, troço entre Almodôvar e o IP2 (Castro Verde - Beja). Alguns troços da rede nacional complementar foram desclassificados<sup>87</sup> (antigas EN) dando origem às actuais estradas regionais: ER267 (Almodôvar - Mértola) e ER 393 (Almodôvar - Gomes Aires)<sup>88</sup>. A área em estudo abrange apenas uma rodovia que pertence à rede municipal, mais concretamente aos caminhos municipais, CM1198.

Assim, as zonas de servidão para as EN são faixas com 20m para cada lado do eixo da estrada; nas estradas não classificadas prevêem-se zonas de protecção constituídas pelos terrenos limítrofes cujas proibições e permissões estão descritas nos artigos 8º e 9º do Decreto -Lei 13/71 de 23 e Janeiro.

Para "a rede municipal fica protegida pela faixa non aedificandi de 10 m de largura para habitação e 20 m de largura para outros fins"<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> Decreto-Lei nº73/2009 de 31 de Março, artigo 8º, parágrafo 1.

<sup>86</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros 13/98 de 27 de Janeiro, artigo 8º, parágrafo 2, alínea b.

<sup>87</sup> Cf. *Ibidem*. Artigo 10º, parágrafo 2.

<sup>88</sup> Decreto-Lei nº 222/98 de 17 de Julho, Lista V.

<sup>89</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros 13/98 de 27 de Janeiro, parágrafo 6.

### *Património Classificado*

A capela de Santo António (Decreto nº251/70, de 3 de Junho), a Ponte antiga sobre a Ribeira de Cobres (Decreto nº28/82, de 26 de Fevereiro) e o Convento e Capela de São Francisco (Decreto nº 45/93, de 30 de Novembro) constam no património classificado como imóveis de interesse público, cada qual com uma *"zona geral de protecção de 50m contados dos limites externos do bem imóvel e vigora a partir da data da decisão de abertura do procedimento de classificação"*<sup>90</sup>.

Os imóveis em vias de classificação, caso da Igreja Matriz de Santo Ildefonso de Almodôvar, também possuem uma zona geral de protecção.

Segundo o quarto e quinto parágrafos do artigo 43º da Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural visam: *"as zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente"*<sup>91</sup>. Excluindo *"as obras de mera alteração no interior de imóveis"*<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> Lei nº107/2001 de 8 de Setembro, artigo 43º, parágrafo 1.

<sup>91</sup> Cf. *Ibidem*. Parágrafo 4.

<sup>92</sup> Cf. *Ibidem*. Parágrafo 5.

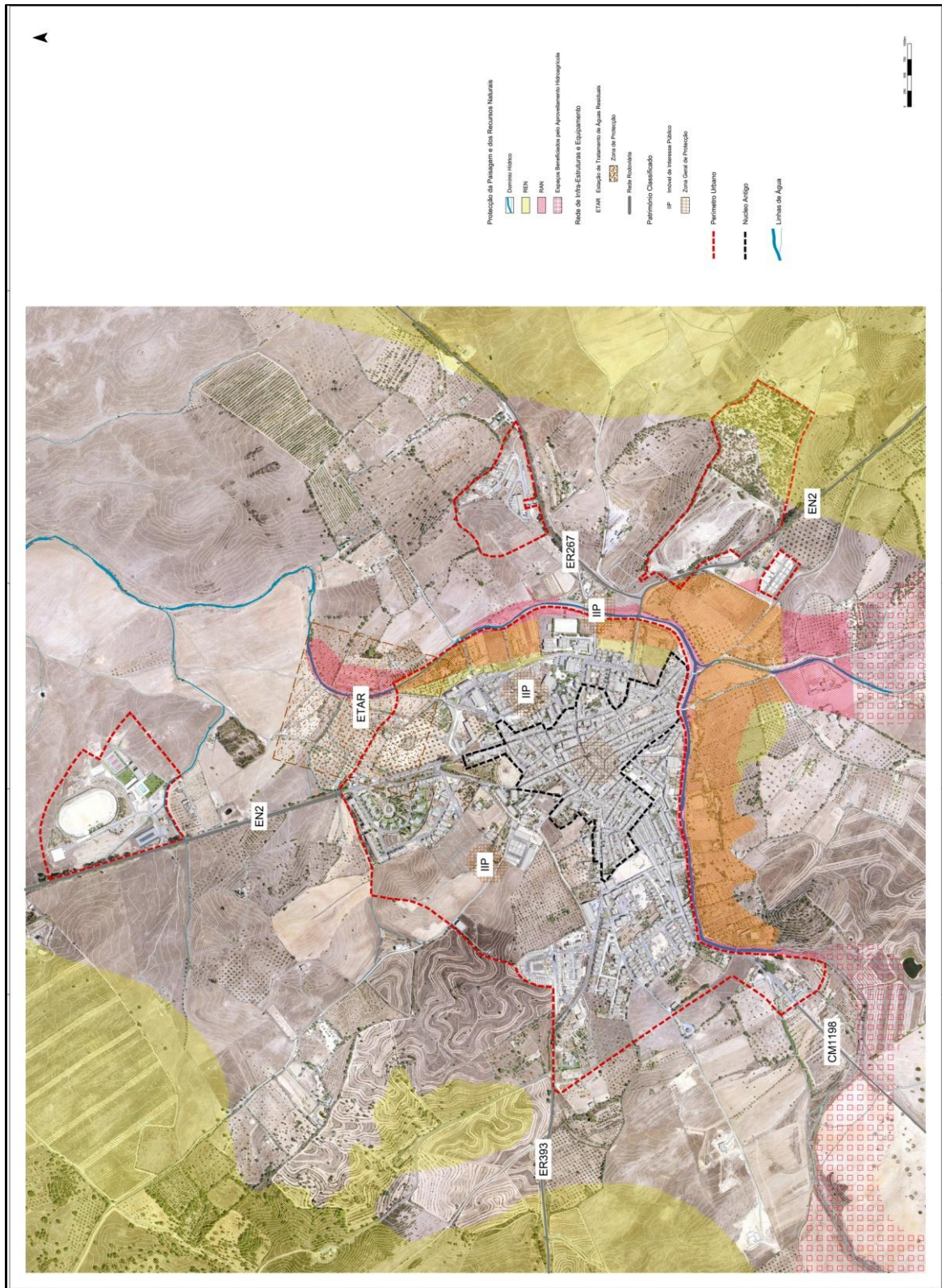


Figura 38 - Extracto da planta de condicionantes, escala 1.5000 - Anexo XVII (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográfica CMA).

#### 4.9.2. PLANTA DE ORDENAMENTO

A planta de ordenamento apresentada (Figura 39), transcreve a planta de ordenamento do PDMA à escala 1/5000. O regime do uso do solo estabelecido no regulamento do PDMA é o seguinte:

Espaços Urbanos - espaços caracterizados pela elevada concentração de edificações e infra-estruturas, onde o solo se destina predominantemente à construção. As áreas de habitação social estão integrados nestes espaços embora com condicionantes especiais.

Espaços Urbanizáveis - áreas de expansão, caracterizadas pela baixa densidade de ocupação urbana e que podem transformar-se em espaços urbanos desde que a sua infra-estruturação seja planeada.

Áreas Verdes - áreas verdes consistem em dois tipo de espaços, área verde de uso colectivo, destinadas a recreio e lazer ao livre, e área verde de protecção. As áreas verdes de protecção coincidem geralmente com outras servidões como a REN e a área de protecção da ETAR.

Espaços Industriais e de Serviços - espaços industriais e de serviços, existentes ou propostos para a implantação de estabelecimentos industriais e de serviços complementares.

Espaços Culturais - espaços que constituem os valores de natureza patrimonial, arqueológica e urbanística e respectivas zonas de protecção.

Espaços de Equipamentos - Os equipamentos a instalar previstos no artigo 41º do regulamento do PDMA constam no levantamento de serviços e equipamentos (Anexo XIX).

Espaços Agrícolas - espaços da RAN e outras áreas agrícolas (estas predominantemente ocupadas por culturas de sequeiro).

Espaços Florestais - espaços que correspondem a áreas agro-silvo-pastoris e silvo-pastoris. As primeiras destinam-se essencialmente à exploração de sistemas arvenses, arbóreos, arbustivos ou a usos silvo-pastoris que integram sobretudo montados de sobro e azinho. As segundas correspondem a áreas de utilização florestal que contribui para a preservação dos equilíbrios fundamentais, como os recursos hídricos, do solo, da flora e da fauna.

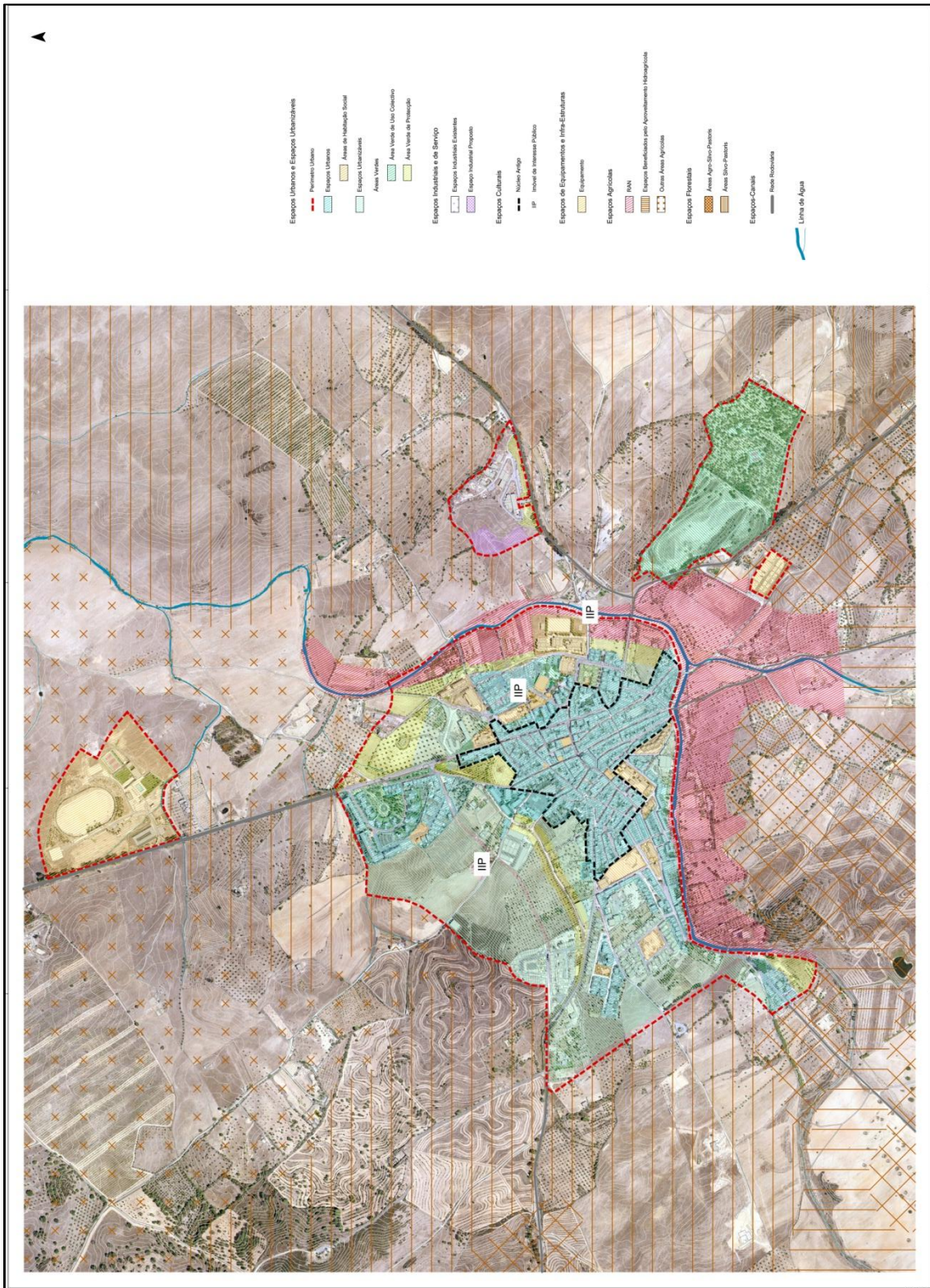


Figura 39 - Extracto da planta de ordenamento, escala 1.5000 - Anexo XVIII (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

#### 4.10. Outros Levantamentos

Os levantamentos que se seguem foram imprescindíveis para entender a dinâmica da vila. As informações obtidas constituem uma importante base para a proposta preliminar da EEU.

##### ▪ 4.10.1. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Segundo o decreto regulamentar nº9/2009 de 29 de Maio, equipamentos de utilização colectiva são as edificações e os espaços não edificados "*destinados à satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos*"<sup>93</sup> nomeadamente desde saúde, educação, cultura, desporto, justiça segurança social entre outros.

Procedeu-se ao levantamento dos diversos serviços e equipamentos segundo a sua natureza (Figura 40), constatando-se que há uma tendência na concentração de serviços e equipamento na parte Este e Oeste, fora do núcleo antigo da vila. Os serviços localizados no centro não requerem grande áreas para as suas instalações.

---

<sup>93</sup> Decreto Regulamentar nº9/2009 de 29 de Maio. Ficha nº25.



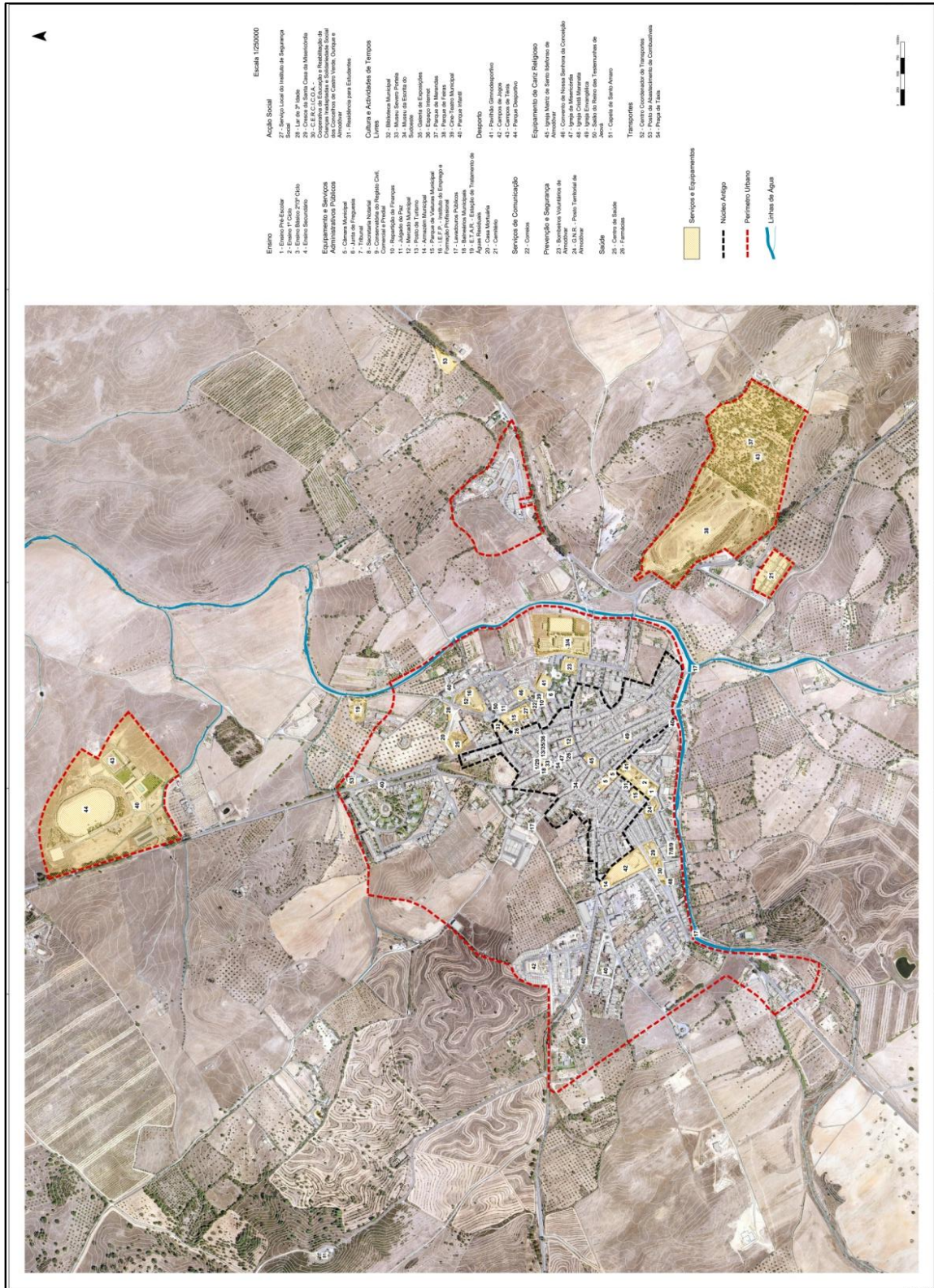


Figura 40 - Levantamento de serviços e equipamentos, escala 1.5000 - Anexo XIX (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

#### 4.10.2. ESPAÇOS ABERTOS

A designação de "espaços abertos" refere-se a espaços com identidade própria geralmente associados a áreas de recreio e de equipamentos<sup>94</sup>. Estes espaços podem ser verdes ou pavimentados, públicos ou privados. Os espaços verdes correspondem às áreas revestidas com vegetação. As áreas pavimentadas podem ser permeáveis ou impermeáveis, dependendo dos materiais utilizados.



Número:	
Designação:	
Ano:	
Área Total:	
Área Permeável:	
Escala 1/50000	
Tipologia:	
Equipamento:	
Função:	
Utilização Efectiva:	
Estado de Conservação:	
Escala 1/5000	
Vegetação:	
Observações:	
 Câmara Municipal de Almodôvar 	
Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística	
Ficha de Caracterização	
<b>Espaços Abertos Públicos</b>	
<small>UNIVERSIDADE DE ÉVORA</small> <small>Fonte: Levantamento "in situ"</small>	
<small>Universidade de Évora</small> <small>Maiço de 2011</small>	
<small>Rita Messias</small>	
Escala: 1/50000 1/5000	

Figura 41 - Ficha de caracterização utilizada no inventário de espaços abertos públicos (Ficha elaborada pelo autor).

outras, são indispensáveis para o equilíbrio e complementaridade entre os espaços construídos e os abertos na malha urbana.

A nível de nomenclatura, utiliza-se o termo "espaços abertos" uma vez que, alguns dos espaços inventariados e classificados, predominam áreas permeáveis e não áreas plantadas.

Para a caracterização dos espaços abertos existentes em Almodôvar procedeu-se a um inventário através de uma ficha concebida para o efeito (Figura 41). O inventário realizado abrange apenas os espaços abertos públicos, dado o limite de tempo do estágio.

Dos espaços abertos existentes, somente os espaços permeáveis, em especial os espaços verdes, é que têm de facto importância ecológica para serem integrados na EEU.

Não se coloca em causa a importância dos espaços abertos, quer sejam permeáveis ou impermeáveis, na malha urbana. Os espaços abertos e as suas tipologias desde a rua, o largo, a praça e o jardim entre

<sup>94</sup> Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Plano Verde de Lisboa*.p.197.

#### 4.10.2.1. Espaços Abertos Públicos

Do inventário realizado aos espaços abertos públicos existentes em Almodôvar resultaram 57 fichas.

O inventário não pretendeu ser exaustivo, mas apenas fornecer informações necessárias à formulação da proposta da EEU. Os parâmetros considerados na ficha de caracterização foram os seguintes:

- Número - Número da ficha que corresponde ao número da sua localização em planta (Figura 42).
- Designação - Indicação do nome do espaço ou nome da rua.
- Ano - Data de construção ou requalificação.
- Tipologia - Segundo as características formais e funcionais de cada espaço. As tipologias consideradas foram: rua, praça, largo, praceta, enquadramento, jardim e mata.
- Área Total - Área total do espaço em m<sup>2</sup>.
- Área Permeável - Área permeável, plantada ou não, do espaço em m<sup>2</sup>.
- Equipamentos - Indicação do mobiliário urbano existente.
- Função - Função para o qual o espaço foi projectado.
- Utilização Efectiva - Função dada pelos utilizadores do espaço. Relação dos utilizadores com o espaço.
- Estado de Conservação - Parâmetro qualitativo. Apreciação global do espaço, considerando desde o estado da vegetação até à conservação do local. Este parâmetro da ficha é o menos rigoroso pois a avaliação depende da sensibilidade do observador.
- Vegetação - Registos dos estratos vegetais herbáceo, arbustivo e arbóreo presentes, e espécies mais relevantes e/ou em maior número.
- Observações - Registo relevantes a considerar sobre o espaço, informações complementares ou algumas sugestões dadas.

As fichas são acompanhadas por plantas de localização e fotografias de identificação. No Anexo XX constam alguns exemplares das fichas de caracterização. Não se achou necessário incluir todas as fichas de caracterização em anexo, uma vez que as informações do inventário estão resumidas nos quadros-síntese que se seguem.

A divisão dos espaços abertos públicos em dois quadros deve-se sobretudo às diferentes tipologias de espaços que implicaram alguns campos da ficha por preencher.

Assim no Quadro 8 resumiram-se as informações obtidas relativas às tipologias de rua e praça e largo que correspondem a alinhamentos arbóreos. Enquanto que no Quadro 9 estão representadas as tipologias de praça, enquadramento, jardim e mata. Relativamente ao parâmetro da vegetação optou-se por descrever apenas os estratos vegetais observados, de modo a não ser demasiado exaustivo.

A maioria dos espaços abertos existentes, em especial os espaços verdes, estão associados a equipamentos de diversas naturezas, como podemos verificar a partir do levantamentos de serviços e equipamentos (Figura 40), e surgem geralmente como espaços excedentes, resultando em inúmeros espaços de enquadramento.

A partir do inventário realizado percebe-se a pouca importância dada aos espaços abertos, em particular os espaços verdes. Para além da pouca expressão na malha urbana são desarticulados entre si. Também a sua manutenção não é a ideal, pois só assim se justifica o estado de conservação da vegetação.

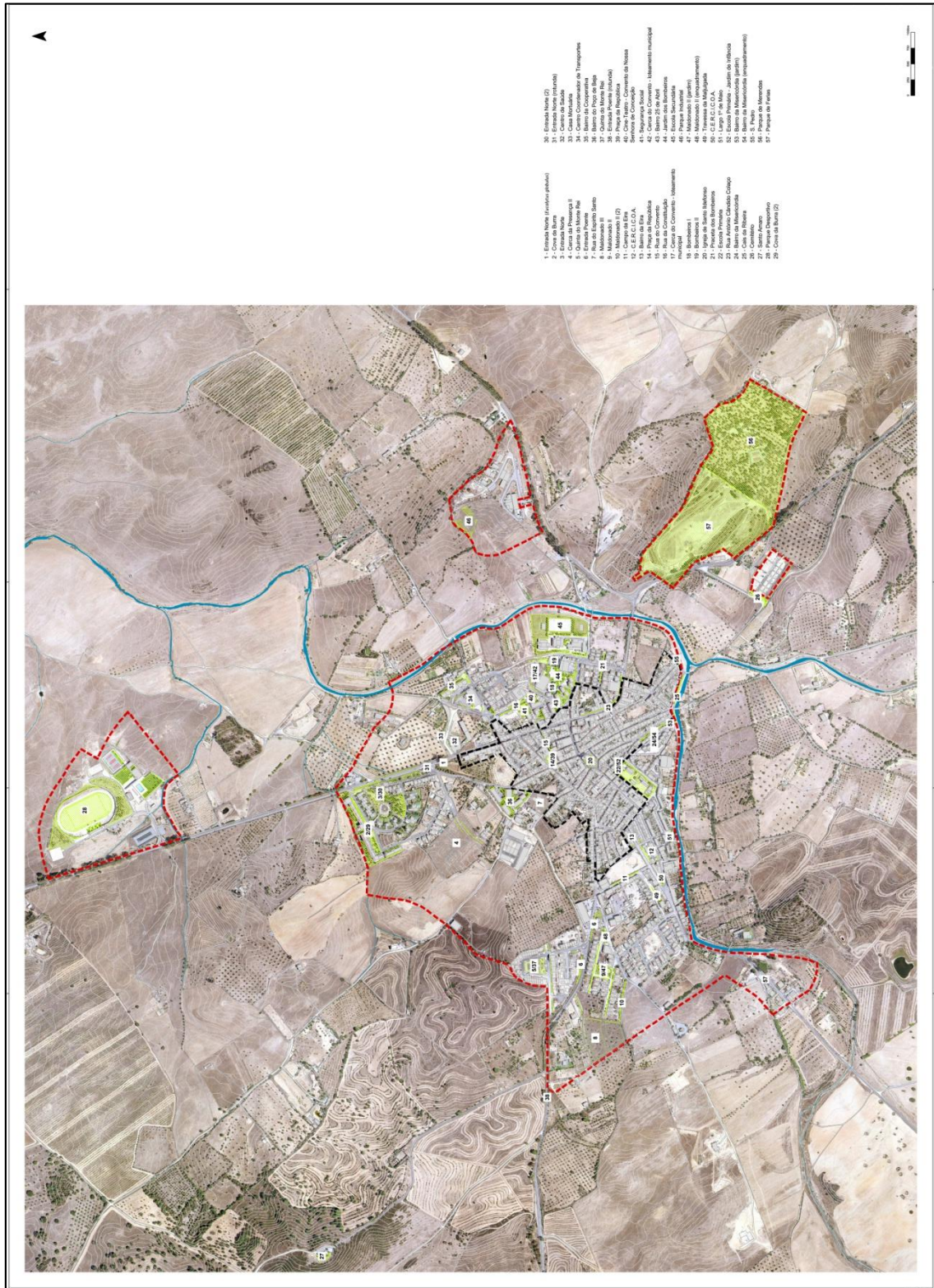


Figura 42 - Inventário realizado aos espaços abertos públicos existentes, escala 1.5000 - Anexo XXI (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

Designação	Ano	Tipologia	Vegetação	Estado de Conservação
<b>1 - Entrada Norte</b> ( <i>Eucalytus globulus</i> )	-	Rua	<i>Eucalytus globulus</i>	Bom
<b>2 - Cova da Burra</b>	Década de 80	Rua	<i>Populus alba</i> , <i>Melia azedarach</i> e <i>Celtis australis</i>	Bom
<b>3 - Entrada Norte</b>	2006	Rua	<i>Populus nigra</i>	Bom
<b>4 - Cerca da Presença II</b>	2010	Rua	<i>Prunus cerasifera pissardii</i>	Razoável
<b>5 - Quinta do Monte Rei</b>	2002	Rua	<i>Platanus hybrida</i> e <i>Prunus cerasifera pissardii</i>	Bom
<b>6 - Entrada Poente</b>	-	Rua	<i>Olea europaea</i>	Bom
<b>7 - Rua do Espírito Santo</b>	2010	Rua	<i>Prunus cerasifera pissardii</i>	Bom
<b>8 - Maldonado III</b>	2011	Rua	<i>Acer negundo</i> e <i>Melia azedarach</i>	Razoável
<b>9 - Maldonado II</b>	Década de 80	Rua	<i>Tipuana tipu</i> e <i>Albizia julibrissin</i>	Mau
<b>10 - Maldonado II (2)</b>	-	Rua	<i>Quercus suber</i>	Bom
<b>11 - Campo da Eira</b>	-	Rua	<i>Jacarananda mimosifolia</i>	Razoável
<b>12 - C.E.R.C.I.C.O.A.</b>	-	Rua	<i>Melia azedarach</i>	Bom
<b>13 - Bairro da Eira</b>	-	Rua	<i>Melia azedarach</i>	Bom
<b>14 - Praça da República</b>	Requalificada em 2001	Praça	<i>Melia azedarach</i>	Bom
<b>15 - Rua do Convento</b>	2009	Rua	<i>Laurus nobilis</i>	Bom
<b>16 - Rua da Constituição</b>	-	Rua	<i>Morus albus</i>	Razoável
<b>17 - Cerca do Convento</b> loteamento municipal	2010	Rua	<i>Jacaranda mimosifolia</i>	Razoável
<b>18 - Bombeiros I</b>	Década de 90	Praceta	<i>Melia azedarach</i>	Bom
<b>19 - Bombeiros II</b>	Década de 90	Praceta	<i>Platanus hybrida</i> e <i>Melia azedarach</i>	Bom
<b>20 - Igreja de Santo Ildefonso</b>	-	Largo	<i>Citrus sinensis</i>	Bom
<b>21 - Praceta dos Bombeiros</b>	Década de 80 (requalificada em 2009)	Praceta	<i>Melia azedarach</i>	Bom
<b>22 - Escola Primária</b>	2009	Rua	<i>Cercis siliquastrum</i>	Bom
<b>23 - Rua António Cândido Colaço</b>	-	Rua	<i>Acer negundo</i> , <i>Tipuana tipu</i> e <i>Citrus sinensis</i>	Bom
<b>24 - Bairro da Misericórdia</b>	Década de 80	Rua	<i>Nerium oleander</i> e <i>Acer pseudoplatanus</i>	Razoável
<b>25 - Cais da Ribeira</b>	-	Rua	<i>Tilia platyphyllos</i>	Razoável
<b>26 - Cemitério</b>	Requalificado em 2008	Rua	<i>Cumpressus sempervirens</i> e <i>Melia azedarach</i>	Bom

Quadro 8 - Quadro - síntese das fichas de caracterização das tipologias de rua, praceta e largo - alinhamentos arbóreos.

Designação	Ano	Tipologia	Vegetação (por estratos)	Áreas			Equipamento	Função	Função Efectiva	Estado de Conservação
				Área Total (m <sup>2</sup> )	Área Permeável (m <sup>2</sup> )	Área Permeável (%)				
<b>27 - Santo Amaro</b>	Requalificado em 1996	Enquadramento	Arbóreo.	968	486	50	Bancos e mesas	Associada a um equipamento	Enquadramento de um equipamento religioso	Razoável
<b>28 - Parque Desportivo</b>	Década de 90	Jardim	Arbóreo e Arbustivo.	45925	29108	63	Campo de futebol (relva), piscinas e campo de ténis	Associada a um equipamento, Recreio	Recreativa	Bom
<b>29 - Cova da Burra</b>	Década de 80	Jardim	Herbáceo, Arbóreo e Arbustivo.	5071	4465	88	Não tem	Recreio	Recreativa	Bom
<b>30 - Entrada Norte (2)</b>	2006	Jardim	Arbóreo e Arbustivo.	11386	8237	72	Bancos, mesas, parque infantil e elemento de água	Recreio e protecção	Recreativa e de protecção	Bom
<b>31 - Entrada Norte (rotunda)</b>	2006	Enquadramento	Herbáceo e Arbóreo.	227	227	100	Não tem	Associada a uma infra-estrutura	Enquadramento	Bom
<b>32 - Centro de Saúde</b>	2008	Enquadramento	Arbóreo.	695	286	41	Bancos	Associada a um equipamento	Enquadramento	Bom
<b>33 - Casa Mortuária</b>	2010	Enquadramento	Arbóreo e Arbustivo.	535	170	32	Bancos	Associada a um equipamento	Enquadramento	Bom
<b>34 - Centro Coordenador de Transportes</b>	Década de 80	Enquadramento	Arbóreo.	775	775	100	Não tem	Associada a um equipamento	Enquadramento	Mau
<b>35 - Bairro da Cooperativa</b>	2010	Jardim	Arbóreo e Arbustivo.	1758	646	37	Bancos e parque infantil	Recreativa	Recreio	Razoável
<b>36 - Bairro do Poço de Beja</b>	Década de 80	Enquadramento	Arbóreo e Arbustivo.	3394	1477	44	Bancos	Recreativa	Recreio e enquadramento	Bom

Designação	Ano	Tipologia	Vegetação (por estratos)	Áreas			Equipamento	Função	Função Efectiva	Estado de Conservação
				Área Total (m <sup>2</sup> )	Área Permeável (m <sup>2</sup> )	Área Permeável (%)				
<b>37 - Quinta do Monte Rei</b>	2002	Jardim	Herbáceo, Arbóreo e Arbustivo.	3746	1776	47	Bancos e campo de jogos	Recreativa	Recreio	Bom
<b>38 - Entrada Poente (rotunda)</b>	2010	Enquadramento	Arbóreo.	454	454	100	Não tem	Associada a uma infra-estrutura	Enquadramento	Bom
<b>39 - Praça da República</b>	Requalificada em 2001	Praça	Arbóreo.	755	16	2	Bancos, elemento de água	Recreativa	Recreio e estadia	Bom
<b>40 - Cine-Teatro - Convento da Nossa Senhora de Conceição</b>	Década de 80	Enquadramento	Arbóreo e Arbustivo.	615	450	73	Não tem	Recreativa	Enquadramento	Mau
<b>41 - Segurança Social</b>	-	Jardim	Arbóreo.	615	450	73	Não tem	Associada a um equipamento	Enquadramento	Mau
<b>42 - Cerca do Convento loteamento municipal</b>	2010	Praça	Arbustivo.	1074	215	20	Bancos	Recreativa	Recreio e estadia	Bom
<b>43 - Bairro 25 de Abril</b>	Década de 80	Enquadramento	Arbóreo e Arbustivo.	1811	1221	67	Não tem	Recreativa	Enquadramento	Mau
<b>44 - Jardim dos Bombeiros</b>	1993	Jardim	Herbáceo, Arbóreo e Arbustivo.	3790	1792	47	Bancos, anfiteatro, elemento de água	Recreativa	Recreio e estadia	Bom
<b>45 - Escola Secundária</b>	Década de 80	Jardim	Arbóreo e Arbustivo.	21097	13379	63	Bancos e mesas	Recreativa	Recreio	Razoável
<b>46 - Parque Industrial</b>	2010	Enquadramento	Arbóreo e Arbustivo.	2090	2090	100	Bancos	Associada a um equipamento	Enquadramento	Razoável
<b>47 - Maldonado II (jardim)</b>	2003	Jardim	Arbóreo e Arbustivo.	1361	1060	78	Bancos e parque infantil	Recreativa	Recreio e estadia	Razoável



Designação	Ano	Tipologia	Vegetação (por estratos)	Áreas			Equipamento	Função	Função Efectiva	Estado de Conservação
				Área Total (m <sup>2</sup> )	Área Permeável (m <sup>2</sup> )	Área Permeável (%)				
<b>48 - Maldonado II</b> (enquadramento)	2003	Enquadramento	Arbóreo.	196	196	100	Não tem	Recreativa	Enquadramento	Mau
<b>49 - Travessa da Maljulgada</b>	Década de 70	Enquadramento	Arbóreo e Arbustivo.	273	273	100	Não tem	Recreativa	Enquadramento	Razoável
<b>50 - C.E.R.C.I.C.O.A.</b>	Década de 80	Jardim	Arbóreo.	119	119	100	Não tem	Recreativa	Enquadramento e recreio	Razoável
<b>51 - Largo 1º de Maio</b>	Década de 80 (requalificado em 2008)	Enquadramento	Arbóreo e Arbustivo.	315	135	43	Bancos	Associada a um equipamento	Enquadramento e estadia	Razoável
<b>52 - Escola Primária - Jardim de Infância</b>	Década de 50 (requalificações recentes)	Jardim	Herbáceo e Arbóreo.	6307	5555	88	Parque infantil, campo de jogos	Recreativa	Recreio	Bom
<b>53 - Bairro da Misericórdia</b> (jardim)	Década de 80	Jardim	Arbóreo e Arbustivo.	271	133	49	Bancos e parque infantil	Recreativa	Recreio	Razoável
<b>54 - Bairro da Misericórdia</b> (enquadramento)	Década de 80	Enquadramento	Herbáceo e Arbustivo.	753	753	100	Não tem	Enquadramento	Enquadramento	Razoável
<b>55 - S. Pedro</b>	Década de 90	Enquadramento	Herbáceo e Arbóreo.	299	299	100	Bancos	Recreativa	Enquadramento	Razoável
<b>56 - Parque de Merendas</b>	Década de 80	Mata	Arbóreo.	83150	83150	100	Bancos, mesas, campos de ténis e elemento de água	Recreativa	Recreio	Razoável
<b>57 - Parque de Feiras</b>	Década de 80	Parque de Feiras	Local sem vegetação significativa.	76079	76079	100	Não tem	Recreativa	Recreio	Mau
<b>Total (Áreas)</b>	-	-	-	288898	235992	-	-	-	-	-

Quadro 9 - Quadro - síntese das fichas de caracterização dos espaços abertos públicos existentes.

#### 4.10.2.2. Espaços Abertos Privados

Os espaços abertos privados, apesar de não terem sido inventariados, foram marcados em planta (Figura 43) e agrupados pelas suas tipologias: logradouros, jardim e quintas.

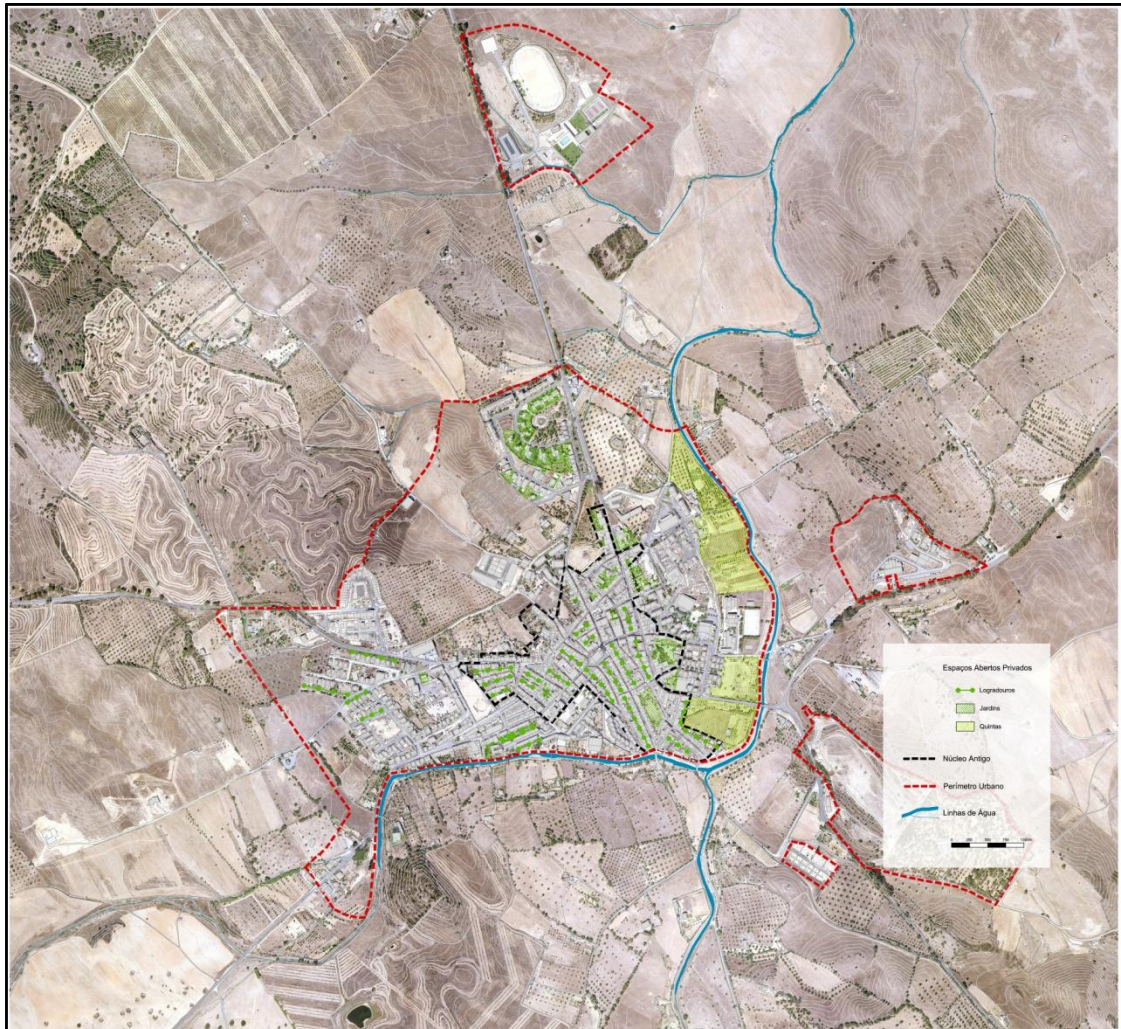


Figura 43 - Levantamento dos espaços abertos privados existentes, escala 1.5000 - Anexo XXII (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

Os logradouros, apesar de alguns não o serem, são dos poucos espaços permeáveis da área consolidada da vila. Estes espaços permeáveis são muito importantes na malha urbana pois são eles que permitem a aplicação do *Continuum naturale* até ao núcleo antigo da vila de Almodôvar

As áreas plantadas de maiores dimensões ocorrem especialmente na malha urbana a consolidar. Estas áreas surgem de loteamentos, com lotes de grandes dimensões, principalmente a Norte da vila.

As quintas correspondem a espaços agrícolas, algumas em exploração e outras abandonadas. Tendo sido consideradas neste levantamento, pelo seu elevado valor ecológico (áreas pertencentes à REN) e principalmente pela sua dimensão, continuidade e localização. Estes espaços de considerável dimensão, são contíguos permitindo uma continuidade ao longo da Ribeira de Cobres. E localizam-se numa zona de transição entre o espaço rural e o urbano, cujo limite é, de grosso modo, a ribeira.

#### 4.10.2.3 Loteamentos e suas áreas de cedência

"Os projectos de loteamentos devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos"<sup>95</sup>. O dimensionamento das referidas áreas é realizado de acordo com parâmetros definidos em PDM<sup>96</sup>.

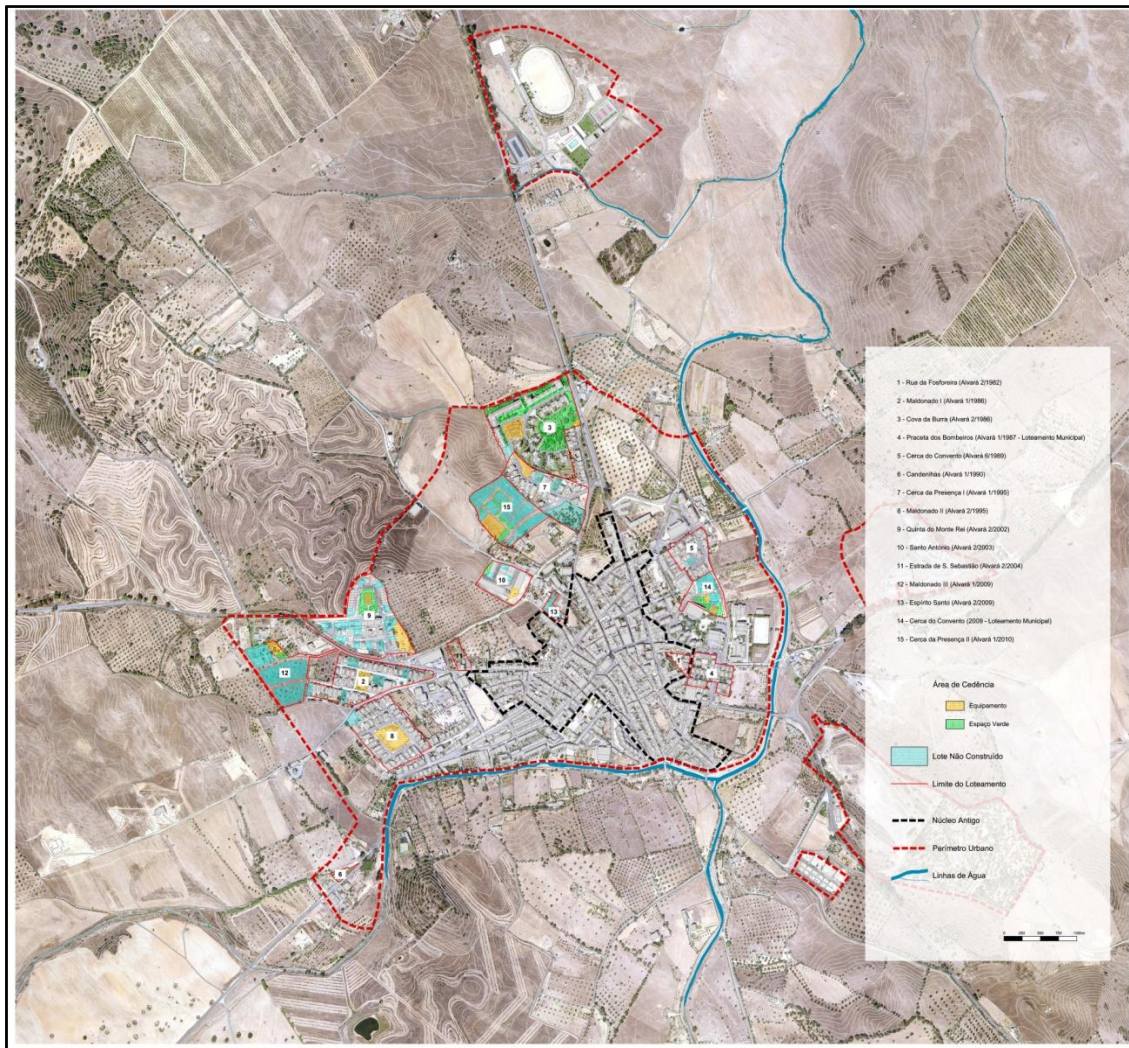


Figura 44 - Levantamento de loteamentos e suas áreas de cedência, escala 1.5000 - Anexo XXIII (Planta elabora pelo autor. Bases cartográficas CMA).

<sup>95</sup> Decreto-Lei nº26/2010 de 30 de Março. Anexo - Republicação do Decreto-Lei nº555/99 de 16 de Dezembro, artigo 43º, parágrafo 1.

<sup>96</sup> Cf. *Ibidem*. Parágrafo 2.

As parcelas das ditas áreas são cedidas ao município gratuitamente ou então por "não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio [...]"<sup>97</sup>, o proprietário não cede qualquer áreas embora tenha de haver uma compensação ao município, em numerário ou espécies, conforme o regulamento municipal.

Numa primeira parte do levantamento dos loteamentos procedeu-se à identificação e marcação em planta dos mesmos (Figura 44). Na segunda parte foram marcadas as áreas de cedências de *espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva*. No Quadro 10 está sintetizada a informação relativa às áreas de cedência.

Loteamentos	Áreas de Cedências (m <sup>2</sup> )		
	Espaços Verdes	Equipamento	Área Total
2 - Maldonado I Alvará 1/86	-	1344	1344
3 - Cova da Burra Alvará 1/86	8461	2022	10483
7 - Cerca da Presença I Alvará 1/95	-	859	859
8 - Maldonado II Alvará 2/95	-	3850	3850
9 - Quinta do Monte Rei Alvará 2/2002	2110	3536	5646
10 - Santo António Alvará 1/2003	234	477	711
<b>Total</b> (loteamentos com construção)	10805	12087	22892
12 - Maldonado III Alvará 1/2009	1423	1545	2967
13 - Espírito Santo Alvará 2/2009	54	-	54
14 - Cerca do Convento (lotemaneto municipal)	1909	877	2786
15 - Cerca da Presença II Alvará 1/2010	1249	2762	4011
<b>Total</b> (loteamentos só infraestruturados - sem edifícios)	4635	4307	9818

Quadro 10 - Áreas de cedências de espaços verdes e equipamentos dos loteamentos da vila.

<sup>97</sup> Cf. Decreto-Lei nº26/2010 de 30 de Março. Anexo - Republicação do Decreto-Lei nº555/99 de 16 de Dezembro, artigo 44º, parágrafo 4.

▪ 4.10.3. ESPAÇOS A CONSIDERAR NA EEU

Este levantamento (Figura 45) é uma síntese de espaços não edificados, condicionados por razões ecológicas ou outras, que devem ser ponderados na proposta da EEU.

Os espaços considerados integram, para além dos "*espaços abertos públicos*" inventariados e dos "*espaços abertos privados*", também áreas de grande importância ecológica como áreas pertencentes à REN, áreas de domínio público hídrico, áreas designadas na Planta de Ordenamento como "*áreas verdes de protecção*" e "*áreas de cedência*" do levantamento dos loteamentos.

As "*áreas verdes de protecção*" estão associadas a situações distintas tais como: protecção da Ribeira de Cobres; protecção da variante, outrora Ribeira do Poço do Ourique, linha de água actualmente canalizada; e protecção da ETAR.

Relativamente às "*áreas de cedência*" apesar de serem espaços definidos funcionalmente, como equipamentos ou espaços verdes, não são formalizados através de projecto e construção.

Os alinhamentos arbóreos estão associados às principais rodovias, tendo sido marcados no sentido de estabelecer uma continuidade entre os diferentes sistemas que constituem a EEU. Estes sistemas são referidos mais adiante neste trabalho.

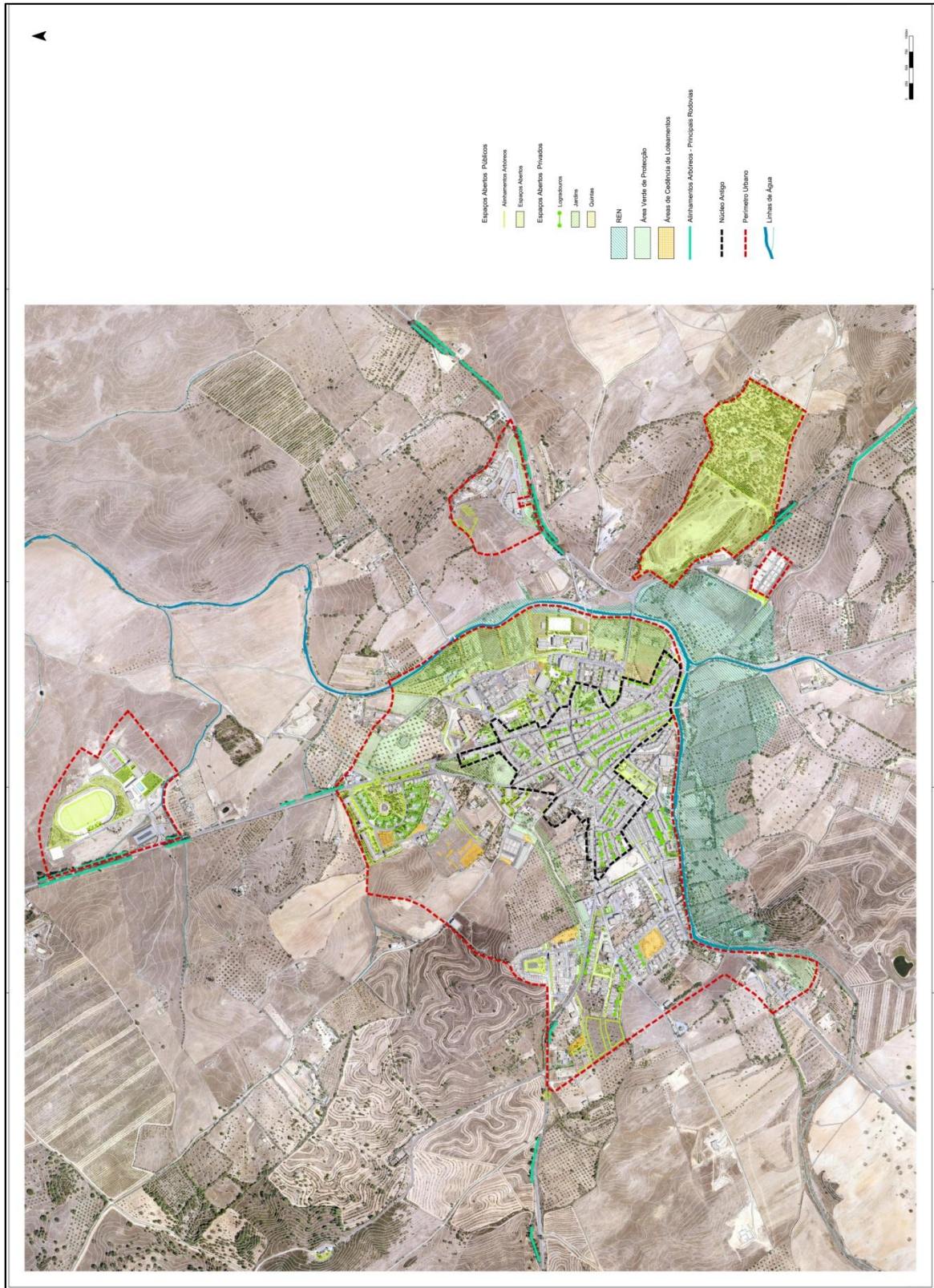


Figura 45 - Espaços a considerar na EEU, escala 1.5000 - Anexo XXIV (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

▪ 4.10.4. SISTEMAS DE VISTAS

As vistas panorâmicas sobre a vila, sobre a paisagem envolvente e os elementos marcantes no perfil da vila foram consideradas no que se designou por sistema de vistas (Figura 46).

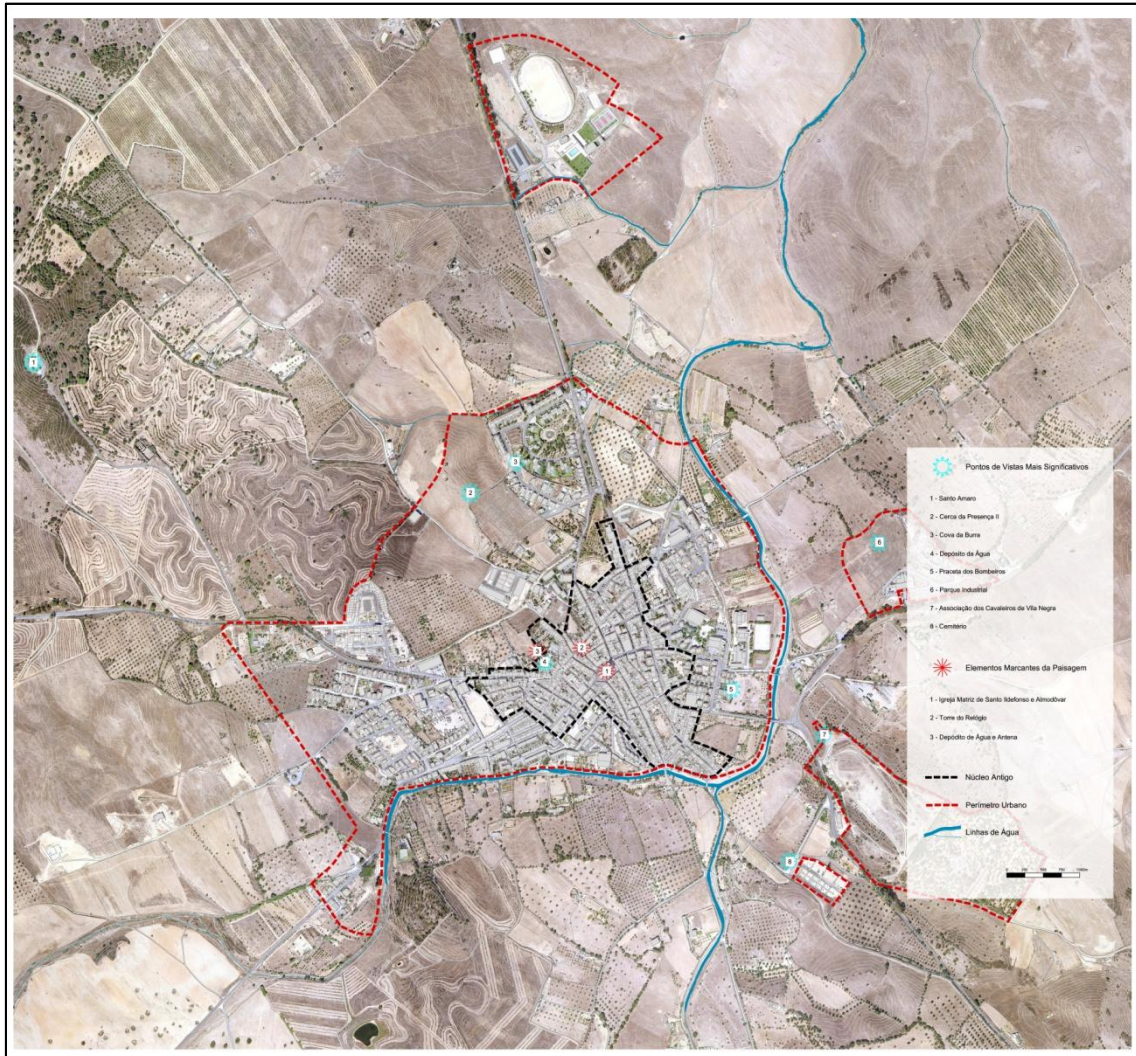


Figura 46 - Sistemas de vistas, escala 1.5000 - Anexo XXV (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).



Pontos dominantes e panoramas considerados:

1 - Santo Amaro (Figuras 47 e 48)



Figura 47 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar (Julho 2011).

O ponto dominante de Santo Amaro tem vistas num ângulo de 360°, a Este para a vila (Figura 47) e a Oeste (Figura 48) para a paisagem envolvente. Quando as condições atmosféricas o permitem é possível ver as Serras do Caldeirão e de Monchique.



Figura 48 - Panorâmica sobre a paisagem envolvente da vila (Julho 2011).

2 - Cerca da Presença II (Figura 49)



Figura 49 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar (Julho 2011).

### 3 - Cova da Burra (Figura 50)



Figura 50 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar (Julho 2011).

### 4 - Depósito de Água (Figura 51)



Figura 51 - Panorâmica sobre a paisagem envolvente da vila (Julho 2011).

### 5 - Praceta dos Bombeiros (Figura 52)



Figura 52 - Panorâmica sobre a paisagem envolvente da vila (Junho 2011).

### 6 - Parque Industrial (Figura 53)



Figura 53 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar (Julho 2011).

## 7 - Associação dos Cavaleiros de Vila Negra (Figura 54)



Figura 54 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar (Julho 2011).

## 8 - Cemitério (Figura 55)



Figura 55 - Panorâmica sobre a vila de Almodôvar (Junho 2011).

Em quase todas as fotografias apresentadas são visíveis elementos marcantes no perfil da vila (Figura 53) tais como a torre sineira da igreja matriz , o depósito de água e a antena (menos forte a torre do relógio).

Este sistema de vistas é também determinado pelo relevo, pelo que a expansão da vila e os novos edifícios devem tê-lo em atenção para que, com o seu volume, não comprometam a leitura deste sistema.

O sistema de vistas entre a vila e a paisagem envolvente deverá ser considerado na proposta de EEU de modo a ser valorizado e salvaguardado.

---

## 5. ESTRUTURA ECOLÓGICA DA PAISAGEM

---

### 5.1. Conceitos

#### 5.1.1. CONTINUUM NATURALE

Em 1929, Walter Cannon formulou o princípio de *Homeostasis*<sup>98</sup>. Este princípio consiste, segundo Odum, "*na tendência que os sistemas biológicos têm para resistir à alteração e permanecer em estado de equilíbrio*"<sup>99</sup>, ou seja, não se trata de "*uma situação fixa e imóvel, uma estagnação. Quer significar uma condição - condição que pode variar, mas que é relativamente constante*"<sup>100</sup>. Este princípio de *Homeostasis*, quando aplicado à Paisagem fundamenta um dos principais conceitos da Arquitectura Paisagista, o *Continuum naturale*.

O *Continuum naturale* é um conceito difundido na década de 40 pelo prof. Francisco Caldeira Cabral e aplica-se tanto à paisagem urbana como à paisagem rural. A Lei de Bases do Ambiente defini-o como "*sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território*"<sup>101</sup>, em que as ocorrências naturais podem ser criadas sempre que necessário<sup>102</sup>. Este conceito é geralmente concretizado por corredores verdes ou, mais correctamente designados, corredores ecológicos, que quando associados a percursos pedonais ou cicláveis designam-se por *greenways*. Os corredores ecológicos têm grande importância na conservação biológica nomeadamente da avifauna.

---

<sup>98</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal*. p.32.

<sup>99</sup> ODUM, Eugene P. - *Fundamentos de Ecologia*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.p.51.

<sup>100</sup> CABRAL, Francisco Caldeira - *O "Continuum Naturale" e a Conservação da Natureza*. Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente, 1980.p.38.

<sup>101</sup> *Lei nº11/87* de 7 de Abril de 1987, artigo 5º, parágrafo 2, alínea d).

<sup>102</sup> TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Plano Verde de Lisboa*. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 1997.p.20.

### 5.1.2. PAISAGEM GLOBAL

Antes do século XIX, grande parte das cidades eram situações pontuais, em que se podia considerar "a paisagem como um todo territorial envolvente da urbe"<sup>103</sup>. Após a Revolução Industrial desenvolvem-se grandes concentrações urbanas. Nas grandes cidades, essa contínua ocupação edificada dá lugar às áreas metropolitanas, o que veio destruir a unidade cidade-campo. A paisagem rural tende a regredir e a degradar-se, enquanto que a paisagem urbana e periurbana aumenta a um ritmo acelerado, conduzindo a uma perda da identidade cultural<sup>104</sup>.

Esta dualidade cidade-campo agravou-se, de certo modo, devido a políticas erradas<sup>105</sup> que não se regeram por uma perspectiva global e a longo prazo mas, em medidas sectoriais, a pensar no que é fácil e imediato, passando por cima de leis físicas, biológicas e temporais. O que contribuiu, de certo modo, para a precariedade e degradação das periferias urbanas e do espaço rural envolvente.

A paisagem deverá ser vista como uma unidade, tanto em espaço urbano como rural, complementando-se entre si, sem perder as suas características e seu funcionamento. Somente assim é garantida a qualidade do espaço urbano-rural. Segundo prof. Gonçalo Ribeiro Telles, grande defensor deste conceito de paisagem global<sup>106</sup>, a ligação, entre estes espaços, é realizada através do *Continuum naturale* fazendo desvanecer a dicotomia, outrora criada entre a cidade e o campo.

---

<sup>103</sup> TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Paisagem: Paisagem Global*. Lisboa: DGOTDU, 1997.p.31.

<sup>104</sup> Cf. *Ibidem*, p.39

<sup>105</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal*.p.25.

<sup>106</sup> MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.p.53.

## 5.2. Estrutura Ecológica Urbana

As dimensões das cidades nem sempre exigiram a preservação da Estrutura Ecológica. Sobretudo a partir do século XIX, o crescimento populacional e a sua concentração em centros urbanos altera drasticamente a situação - as cidades crescem em extensão e surgem áreas metropolitanas que incluem centros e periferias urbanas muito complexas<sup>107</sup>.

Em Portugal, a partir da década de 60 do século passado, a ocupação do solo não foi eficazmente controlado. As edificações surgem de forma caótica, sem terem em conta as estruturas fundamentais da Paisagem.<sup>108</sup> Este crescimento desenfreado conduziu a paisagens fragmentadas, não articuladas por estruturas de mobilidade que estabelecem relações equilibradas com as envolventes.

A EEU deve garantir um *Continuum naturale* num meio fortemente artificializado como a paisagem urbana, assegurando "um sistema constituído por diferentes biótopos e por corredores que os interliguem, representados, quer por ocorrências naturais, quer por espaços existentes ou criados para o efeito, que sirvam de suporte à vida silvestre."<sup>109</sup>

Os espaços abertos, não edificados, são espaços que por condicionantes, ecológicas, patrimoniais ou outras, não devem estar disponíveis para edificação, mas integram na EEU assumindo funções ecológicas fundamentais.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.405.

<sup>108</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal*.p.448

<sup>109</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.408.

<sup>110</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal*.p.44.

Kunik concebeu uma estrutura de sistemas de biótopos ideal constituída por elementos radiocêntricos e concêntricos (Figura 56), que ligam a paisagem rural envolvente ao centro da cidade. Estes elementos devem incluir importantes áreas do ponto de vista biológico, como é o caso das linhas de água.<sup>111</sup>

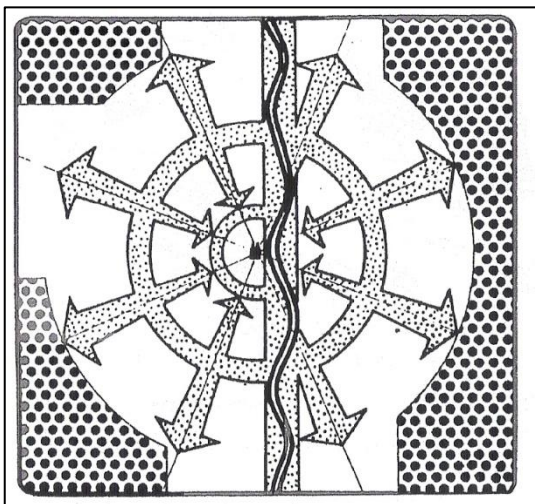


Figura 56 - Esquema de uma estrutura de sistemas de biótopos ideal, Kunik. (Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade. p.405).

A diversidade e equilíbrio que se quer com a EEU tem como principais fundamentos, a conservação das funções dos sistemas biológicos e a informação bioquímica (Quadro 11).

<u>Argumentos</u>	<u>Função</u>
<b>Conservação das Funções dos Sistemas Biológicos</b>	▪ Controlo biológico das doenças.
	▪ Acção filtrante e descontaminante da atmosfera.
	▪ Criação de bioindicadores relativamente à qualidade do ar.
<b>Informação Bioquímica</b>	▪ Conservação do potencial de adaptação da espécies ao meio urbano.
	▪ Desenvolvimento de novas variedades mais resistentes ao seu artificialismo.

Quadro 11 - Principais argumentos para a realização de uma EEU (Adaptado do texto de Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade. p.409).

<sup>111</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade. p.405.

Para além destes argumentos, há outros como o papel desempenhado pela vegetação em meio urbano (Quadro 12).

<u>Papel da vegetação</u>	<u>Contribuição</u>
<b>Equilíbrio Ecológico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlo dos escoamentos hídricos e atmosféricos.</li> </ul>
<b>Conforto Bioclimático</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controla as temperaturas do ar, reduzindo a sua amplitude.</li> <li>▪ Aumenta a humidade relativa, fixa e adsorve as poeiras, principais responsáveis pela insalubridade da atmosfera urbana.</li> <li>▪ Consome dióxido de carbono e produz oxigénio, durante o dia, quando a produção de dióxido de carbono é mais elevada.</li> <li>▪ Acelera as brisas de convecção e as brisas de vale e de encosta, contribuindo para uma melhor drenagem atmosférica.</li> </ul>
<b>Qualidade do Espaço Urbano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elemento fundamental na composição urbana, oferecendo um material de cor, textura, movimento e perfume, contrastantes com os materiais inertes.</li> </ul>
<b>Recreio e Lazer da População Urbana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espaços que facultam o contacto com os fenómenos naturais, contribuindo assim para o equilíbrio psicofisiológico dos cidadãos.</li> </ul>

Quadro 12 - Quadro - síntese das funções da vegetação em meio urbano (Adaptado do texto de Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.410).

Quer Gonçalo Ribeiro Telles<sup>112</sup> como Manuela Raposo Magalhães defendem que a EEU constitui um sub-conjunto da Estrutura Verde Urbana "em que assegura uma maior riqueza biológica e salvaguardar os sistemas fundamentais para o equilíbrio ecológico da cidade."<sup>113</sup>, integrando áreas mais sensíveis e representativas dos ecossistemas.

<sup>112</sup> Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Plano Verde de Lisboa*.p.127.

<sup>113</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.408.



### 5.2.1. EEU NO TECIDO URBANO

A formalização da EEU deve consistir num sistema contínuo, permitindo o funcionamento dos ecossistemas de forma a garantir a biodiversidade, conservação do solo e circulação da água, contribuindo para a regulação de brisas e para o conforto bioclimático, ou seja, para permitir a estabilidade ecológica do território.<sup>114</sup> Contudo, num meio artificializado como o urbano, a configuração da EEU depende do tipo de tecido urbano.

Numa malha urbana em que a densidade de edificação é elevada e as zonas impermeáveis quase contínuas, os espaços abertos são pontuais e raros (Figura 57). Neste sentido é inculcido outro princípio da EEU, o princípio de raridade.

Assim, num espaço predominantemente edificado, os logradouros e quintais devem ser integrados na EEU de modo a garantir a sua permeabilidade<sup>115</sup>.

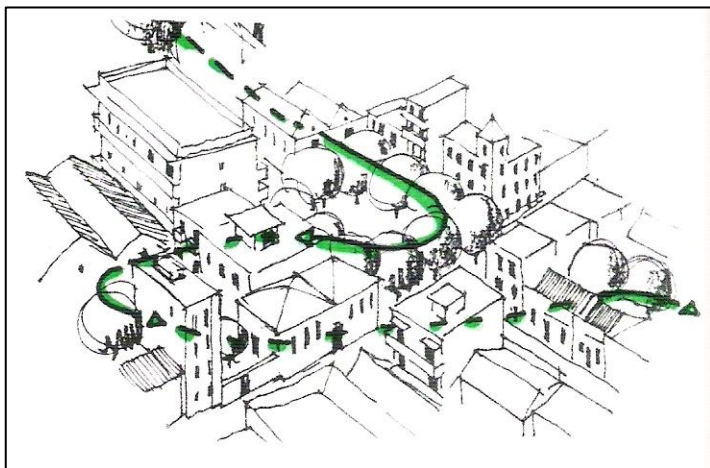


Figura 57 - Tecido urbano que não permite continuidade na EEU (Cf. SANTOS, Maria Amélia; BRITO, José Alberto - *Plano da Estrutura Verde de Faro*. Vila Real de Santo António, 1997).

No caso de não ser possível criar continuidade na EEU, devido à grande densidade de edificação e conseqüente impermeabilização das superfícies, essa continuidade deve ser substituída por manchas de vegetação descontínuas mas em que as suas dimensões e proximidade permitam ligações.<sup>116</sup>

Em áreas cuja edificação se localiza numa matriz predominantemente verde, a EEU não integra todos esses espaços verdes. Neste caso, integram apenas os espaços

<sup>114</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal*. p.33.

<sup>115</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.413.

<sup>116</sup> Cf. *Ibidem*.

verdes de maior número de características ecológicas representativas como: continuidade, diversidade e dimensão<sup>117</sup>.

#### 5.2.2. AS TIPOLOGIAS DA EEU

As tipologias a serem integradas na EEU são, a título de exemplo e por ordem decrescente de riqueza biológica: hortas urbanas e quintais permeáveis, associações paraclimáticas de sistemas húmidos, associações paraclimáticas de sistemas secos, áreas abandonadas e áreas declivosas.

Nas hortas urbanas e quintais permeáveis a humidade, profundidade do solo, mobilizações e adição de matéria orgânica no solo, aumentam o nível de vida microbiana, contribuindo para a manutenção das cadeias tróficas.

Nas associações paraclimáticas de sistemas húmidos a maior disponibilidade de água possibilita uma maior variedade de flora e fauna. Enquanto que nas associações paraclimáticas de sistemas secos, quanto maior a diversidade dos estratos maior é a sua riqueza faunística.

Em áreas pouco utilizadas ou abandonadas, poderão existir reservas genéticas, uma vez que nestas zonas a vegetação desenvolvida está adaptada às difíceis condições do meio urbano.

As grandes diferenças nos factores ecológicos que caracterizam as áreas declivosas podem constituir importantes nichos ecológicos.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.457.

<sup>118</sup> Cf. *Ibidem*. p.412.

### 5.2.3. SISTEMAS DA EEU

Regida por princípios e valores da REN<sup>119</sup>, a EEU é constituída por biótopos e elementos que os interligam - os corredores. Assim na EEU são aplicados vários sistemas como: o sistemas húmido, o sistema seco, o sistema de corredores e os sistemas pontuais.

No sistema húmido são integradas áreas de leitos e margens, áreas adjacentes a linhas de água, existentes a céu aberto; bacias de apanhamento das águas pluviais existentes a montante da bacia hidrográfica e, lagos e charcos<sup>120</sup>.

As áreas de declives superiores a 25%; saibreiras e pedreiras; elementos de compartimentação da paisagem; áreas de prados de sequeiro e maciços de vegetação representativos, determinam o sistema seco<sup>121</sup>.

Os sistemas de corredores abrangem faixas de protecção às vias e arruamentos arborizados que estabelecem a ligação entre sistemas, enquanto os sistemas pontuais integram os logradouros, jardins e maciços de vegetação que se considerem significantes<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.456.

<sup>120</sup> Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Plano Verde de Lisboa*.p.132.

<sup>121</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>122</sup> Cf. *Ibidem*. p.462.

### 5.3. Enquadramento Legal

A designação da Estrutura Ecológica (EE) surge pela primeira vez no quadro legal português<sup>123</sup> no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro.

De acordo com o segundo parágrafo do artigo 14º do referido Decreto - Lei, entende-se por EE como um instrumento de gestão territorial onde são identificadas "*as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos*"<sup>124</sup>. No caso do âmbito local, os planos municipais de ordenamento estabelecem "*os parâmetros de ocupação e de utilização do solo assegurando a compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações*"<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal*.p.33.

<sup>124</sup> *Decreto-Lei 46/2009* de 20 de Fevereiro, Anexo, artigo 14º, parágrafo 1

<sup>125</sup> Cf. *Ibidem*, parágrafo 2.

---

## 6. PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA

---

Esta proposta de EEU trata-se de uma proposta preliminar, que pretende servir de base de trabalho a uma equipa transdisciplinar. Essa equipa, constituída por vários técnicos de diferentes áreas, elaborará a EEU final, visto que este trabalho não foi inserido em nenhuma equipa, tendo apenas a visão do Arquitecto Paisagista.

Não existindo nenhuma EEU pré-existente, a elaboração da proposta preliminar partiu das informações recolhidas através dos levantamentos realizados, mais concretamente do levantamento dos "*espaços abertos potenciais*", onde estão representadas as áreas mais importantes a integrar na EEU.

Na proposta preliminar teve-se em consideração todos os elementos de caracterização de Almodôvar, bem como a abordagem de conceitos relativos à EEU.

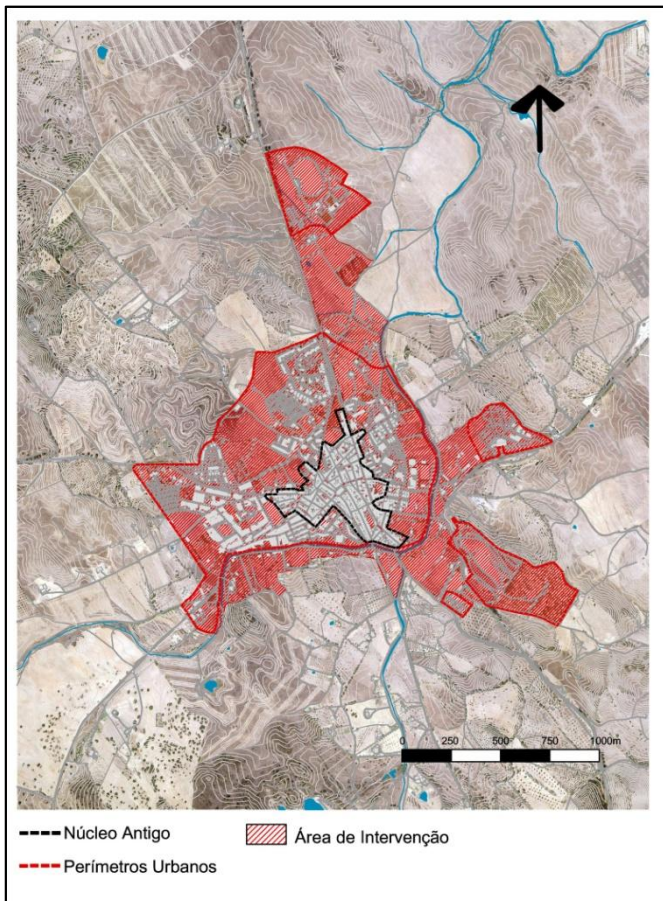
Do *Breve Enquadramento do Município de Almodôvar* resultou uma melhor compreensão da realidade da vila. Almodôvar é um concelho interior de carácter essencialmente rural, com uma população cada vez mais diminuta e envelhecida, embora a população residente da freguesia de Almodôvar tenha aumentado.

Da *Análise e Diagnóstico da Paisagem* identificaram-se limitações e potencialidades desde: perímetros urbanos, diversidade altimétrica, declives, orientação das encostas, solos, ocupação do solo, características da malha urbana e zonas de expansão urbana, património arquitectónico e valores culturais, servidões e condicionantes e ainda loteamentos e suas áreas de cedência, serviços e equipamentos, espaços abertos e sistemas de vistas.

Da *Estrutura Ecológica da Paisagem* foram aplicados, na proposta preliminar, os conceitos abordados, as tipologias e a própria sistematização da EEU nos diferentes tipos de tecido urbano.

## 6.1. Área de Intervenção

A área de intervenção da EEU abrange os cinco perímetros urbanos da vila de Almodôvar, bem como áreas periurbanas que se consideram necessárias para uma



intervenção integrada de planeamento<sup>126</sup> (Figura 58).

Apesar dos perímetros urbanos dispersos, pretende-se criar uma ligação entre eles, garantindo assim a continuidade e integridade da EEU de Almodôvar. A continuidade pretendida efectua-se através dos diferentes sistemas que constituem a EEU.

Figura 58 - Área de intervenção da EEU, escala 1.25000 - Anexo XXVI (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA).

<sup>126</sup> Cf. Decreto-Lei 46/2009 de 20 de Fevereiro, Anexo, artigo 87º, parágrafo 2, alínea a).

## 6.2. Objectivo e Principais Medidas

O principal objectivo da proposta preliminar da EEU é estabelecer um "*Continuum naturale*" num espaço urbano como a vila de Almodôvar, assegurando "*um sistema constituído por diferentes biótopos e por corredores que os interliguem, representados, quer por ocorrências naturais, quer por espaços existentes ou criados para o efeito, que sirvam de suporte à vida silvestre.*"<sup>127</sup>. Para isso, é fundamental:

- Proteger e valorizar a Ribeira de Cobres;
- Expandir os sistemas pontual e de corredores.

Embora a Ribeira de Cobres seja uma linha de água de regime torrencial (Figuras 59, 60 e 61) tem grande potencialidade, devendo ser protegida e valorizada através de medidas que contribuam para a sua permeabilidade e desenvolvimento de vegetação adequada à realidade ecológica.



Figura 59 - Ribeira Sul (Julho 2011).



Figura 60 - Ribeira Este (Julho 2011).



Figura 61 - Ribeira Norte (Julho 2011).

A expansão dos sistemas pontual e de corredores na malha urbana, permite uma melhor conectividade entre vários sistemas da EEU da vila. Na expansão do sistema de corredores estão inerentes os corredores que ligam os vários perímetros urbanos e os diferentes sistemas da EEU.

<sup>127</sup> Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. p.408.

### 6.3. Sistemas da EEU de Almodôvar

A proposta preliminar é no fundo a sistematização dos "*espaços abertos a considerar na EEU*" nos vários sistemas que constituem a EEU (Figura 62), exemplificando possíveis usos que não comprometam as funções ecológicas desses espaços.

A EEU de Almodôvar, de acordo com os sistemas que estabelecem uma EEU, segundo Gonçalo Ribeiro Telles e Manuela Raposo Magalhães, é constituída pelos sistemas: húmido, seco, pontual e de corredores.

Contudo, nem todas as áreas integradas nos referidos sistemas são concretizadas em projectos de espaços verdes. Algumas de carácter privado, devem manter as suas funções actuais de produção e protecção, sem por isso ser necessário proceder a qualquer tipo de intervenção.



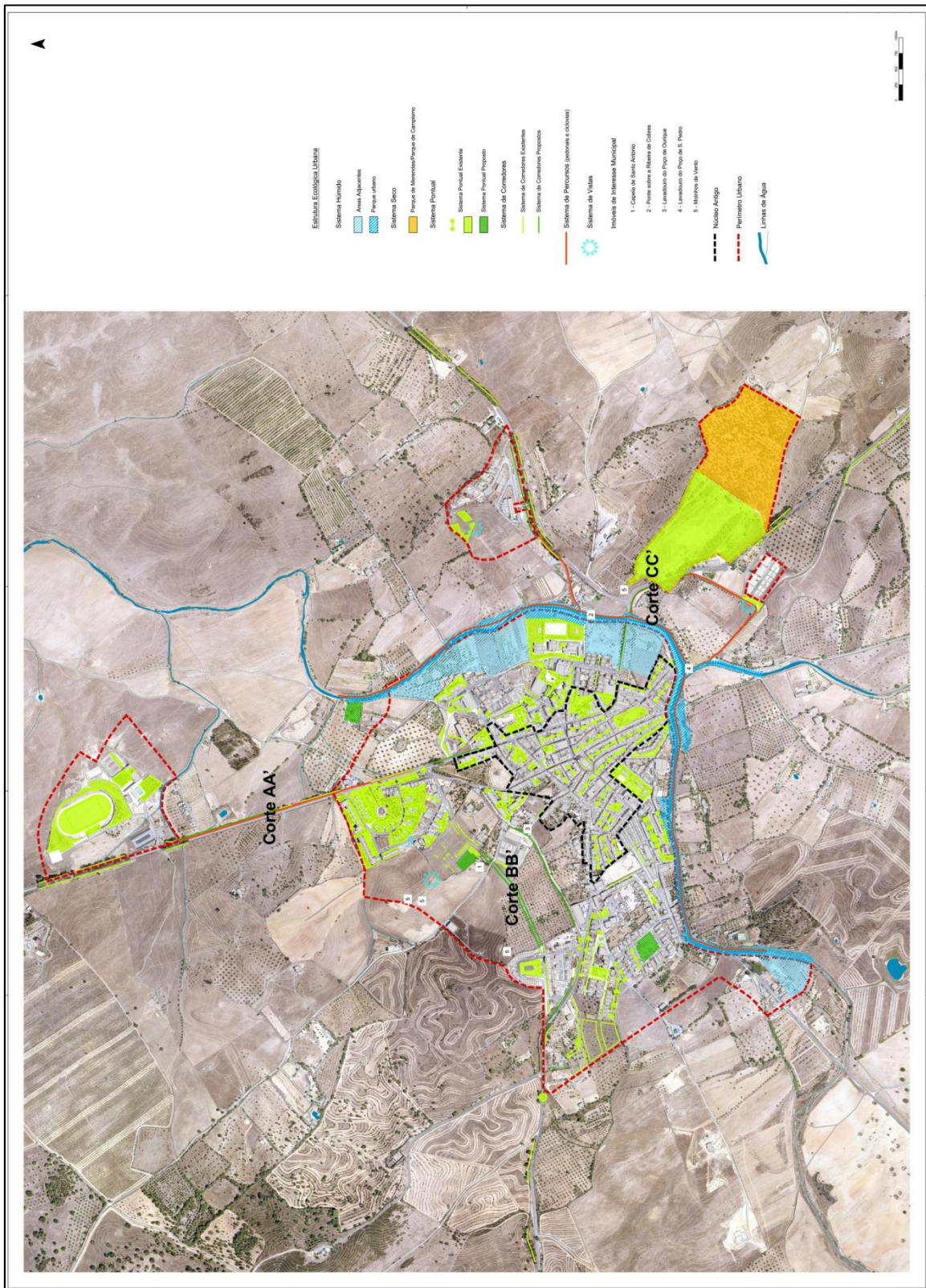


Figura 62 - Proposta preliminar da EEU de Almodôvar, escala 1.5000 - Anexo XXVII (Planta elaborada pelo autor. Bases cartográficas CMA)

### 6.3.1. SISTEMA HÚMIDO

O sistema húmido integra a Ribeira de Cobres, margens e áreas adjacentes.

Os referidos espaços, de declives suaves e zonas planas, são ocupados por sistemas culturais e parcelares complexos, maioritariamente hortas, por serem solos bastante férteis, de elevada capacidade produtiva mas com deficientes condições de drenagem. Relativamente ao património, a ponte sobre a Ribeira de Cobres é um imóvel de interesse público que deve ser valorizado. Os espaços integrados neste sistema são ainda REN, RAN e áreas verdes de protecção associadas ao elevado risco de cheias. A proximidade de serviços e equipamentos (Este), sobretudo de uma escola secundária, e a transição entre o espaço urbano e o espaço rural, também foram considerados nesta proposta preliminar.

A ribeira de carácter torrencial, não tem vegetação significativa existindo pontualmente alguns exemplares arbóreos do género *Populus*. A Ribeira de Cobres e suas margens são áreas de REN e de domínio público hídrico.

As margens são delimitadas por edificado e hortas, na margem esquerda, e por propriedades rurais, na margem direita. Alguns dos acessos às propriedades rurais e hortas são efectuados ao longo das margens (Figura 63).



Figura 63 - Conjunto de imagens que exemplificam os acessos a propriedades rurais (Julho 2011).

As áreas adjacentes são espaços privados que fazem parte do sistema cultural e parcelares complexos de solos de elevada capacidade produtiva, pertencentes à RAN e REN e são ainda constituídas "áreas verdes de protecção" em PDM, devido ao grande risco na ocorrência de cheias.

Este sistema - dada a dimensão, continuidade e localização das áreas que o constituem - é fundamental na integração da EEU com outros instrumentos, como a Estrutura Ecológica Municipal, bem como na transição entre o espaço urbano e o espaço rural.

O uso preferencial deste sistema é o espaço verde de grande utilização. Contudo, dada a dimensão e população residencial da vila, não se acha necessário incluir todas as áreas que constituem o sistema húmido num espaço verde de grande utilização.

Estes espaços também beneficiam da localização próxima de serviços e equipamentos, em especial da escola secundária, bem como de um imóvel de interesse público - a Ponte sobre a Ribeira de Cobres.

Para a formalização de um espaço verde de grande utilização como um parque urbano, a área da ribeira e suas margens (78120m<sup>2</sup>) são suficientes para uma vila com as características de Almodôvar. As áreas adjacentes devem manter as suas funções de produção e protecção e o acesso às propriedades rurais deve ser assegurado.

Relativamente à ocupação edificada, admite-se excepcionalmente equipamentos e infra-estruturas de uso colectivo e edifícios a eles associados. A vegetação a instalar deverá ser tanto quanto possível de associações paraclimáticas húmidas.

A proposta destes espaços em sistemas húmidos e a formalização de um parque urbano vão ao encontro com a protecção e valorização da Ribeira de Cobres que se pretende, assegurando a continuidade da EEU.

### 6.3.2. SISTEMA SECO

Como sistema seco foi determinada uma área de vegetação significativa (Figura 64).

Esta área apresenta uma altimetria e declive moderados e uma exposição a Oeste bastante quente promovendo algum desconforto climático. Área florestal estabelecida essencialmente por estrato arbóreo (*Quercus rotundifolia* e *Quercus suber*), numa encosta pouco pronunciada. Esta área é ainda de REN e determinada, segundo a planta de ordenamento do PDMA, "área verde de uso colectivo", tendo equipamentos desportivos disponíveis como campos de ténis e outros, característicos da sua actual tipologias de espaço, nomeadamente parque de merendas.

Para este sistema, o uso preferencial são espaços verdes de média a baixa utilização. Este uso não entra em conflito com a actual função do parque de merendas ou com um possível parque de campismo neste local (em projecto). A nível da ocupação edificada admite-se equipamentos e infra-estruturas e edifícios associados a equipamentos colectivos. Neste local a vegetação aconselhável a utilizar é de associações paraclimáticas secas.



Figura 64 - Conjunto de imagens do Parque das Merendas (Setembro 2011).

### 6.3.3. SISTEMA PONTUAL

No sistema pontual foram integrados os "*espaços abertos públicos*", os logradouros e jardins dos "*espaços abertos privados*" e ainda as "*áreas de cedência*".

Para estes espaços teve-se em consideração a malha urbana onde se inserem, o património arquitectónico e seus enquadramentos paisagísticos, servidões das redes de infra-estruturas e equipamentos (ETAR), áreas de cedência de loteamentos, serviços e equipamentos, espaços abertos existentes, privados ou públicos, e sistemas de vistas.

Dos **espaços abertos públicos** nem todos são espaços verdes, como o parque de feiras (Figura 65) ou algumas áreas de enquadramento (Figura 66). Para melhorar a qualidade dos referidos espaços é necessário requalificá-los. No caso do parque de feiras, já existe um projecto em fase de aprovação. Quanto aos espaços de enquadramento não plantados, é recomendado proceder à sua plantação. As espécies vegetais a utilizar devem ser pouco exigentes em água.



Figura 65 - Parque de Feiras (Julho 2011).



Figura 66 - Centro Coordenador de Transportes (Junho 2011).

O cemitério em si não foi considerado neste sistema, por ser uma área bastante impermeável e de não ter a possibilidade de se propor espaços verdes. O cemitério é ampliado pela terceira vez sendo a sua falta de espaço uma problemática constante.

Os **logradouros e jardins** foram considerados por serem essenciais para manter uma relativa permeabilidade e presença de vegetação na malha urbana do núcleo antigo da

vila e por estabelecerem a ligação dos espaços verdes deste núcleo aos espaços periféricos da vila.

As **áreas de cedência** abrangem os espaços de cedência dos loteamentos, quer de espaços verdes quer de equipamentos. Estes espaços são definidos funcionalmente embora, na sua maioria não sejam formalizados através de projecto e construção.



Figura 67 - Área de cedência de equipamento Maldonado II (Julho 2012).



Figura 68 - Área de cedência de equipamento Cerca da Presença II (Julho 2012).

Para este sistema foram integrados todos os espaços verdes cedidos. Ainda são propostos, como espaços verdes, dois espaços actualmente cedidos para equipamento (Figuras 67 e 68). A integração de espaços de equipamentos, no sistema pontual, deve-se à continuidade pretendida pela proximidade de espaços verdes de alguma dimensão. O facto de serem espaços de equipamento não invalida a sua proposta de espaço verdes. Grande parte dos "*espaços abertos públicos*" estão associados a equipamentos.

Para estas áreas, à semelhança das medidas propostas para os "*espaços abertos públicos*", devem ser adoptadas medidas que contribuam para a sua melhoria (projecto e plantação).

Os usos preferenciais associados ao sistema pontual, devem ser espaços verdes essencialmente de recreio, lazer ou enquadramento, onde se possa prever equipamentos desde que seja salvaguardada área revestida por vegetação.

Apesar de não constar nos levantamentos dos espaços abertos a considerar na EEU propõe-se a requalificação da envolvente da ETAR, pelo menos constituir uma faixa de arborização prevista em PDM pela sua proximidade do que pode ser o parque da vila, segundo esta proposta preliminar.

A continuidade neste sistema é promovida pelas manchas de vegetação descontínuas mas próximas entre si, de modo a promover a sua ligação.

O sistema pontual garante o *Continuum naturale* num espaço bastante artificializado como o urbano. A sua importância ecológica reside essencialmente na raridade da presença de vegetação no espaço urbano, beneficiando ainda de todas as suas vantagens inerentes à presença da vegetação, desde qualidade do ar, conforto bioclimático, controlo do escoamento hídrico entre outros.

#### 6.3.4. SISTEMA DE CORREDORES

No sistema de corredores foram integrados a faixa de protecção a rodovia (Parque Industrial), alinhamentos existentes (Figura 69) e propostos.

Neste sistema teve-se em consideração o conforto bioclimático, servidões rodoviárias, áreas verdes de protecção, serviços e equipamentos e os outros sistemas da EEU preliminar.

Este sistema é por vezes de difícil implantação, uma vez que os arruamentos não têm dimensão para a plantação de árvores sendo considerados somente onde a sua plantação é possível. As intervenções associadas às principais rodovias, fora dos perímetros urbanos, segundo as servidões rodoviárias, estão condicionadas pelo parecer da entidade que as regula.

Os alinhamentos existentes e os propostos contribuem para o conforto bioclimático nas ruas da vila e permitem a continuidade entre os vários sistemas da EEU.



Figura 69 - Conjunto de imagens referentes a alinhamentos existentes. (Julho 2011).



A Figura 70 representa cortes esquemáticos do que podem vir a ser alguns corredores propostos.

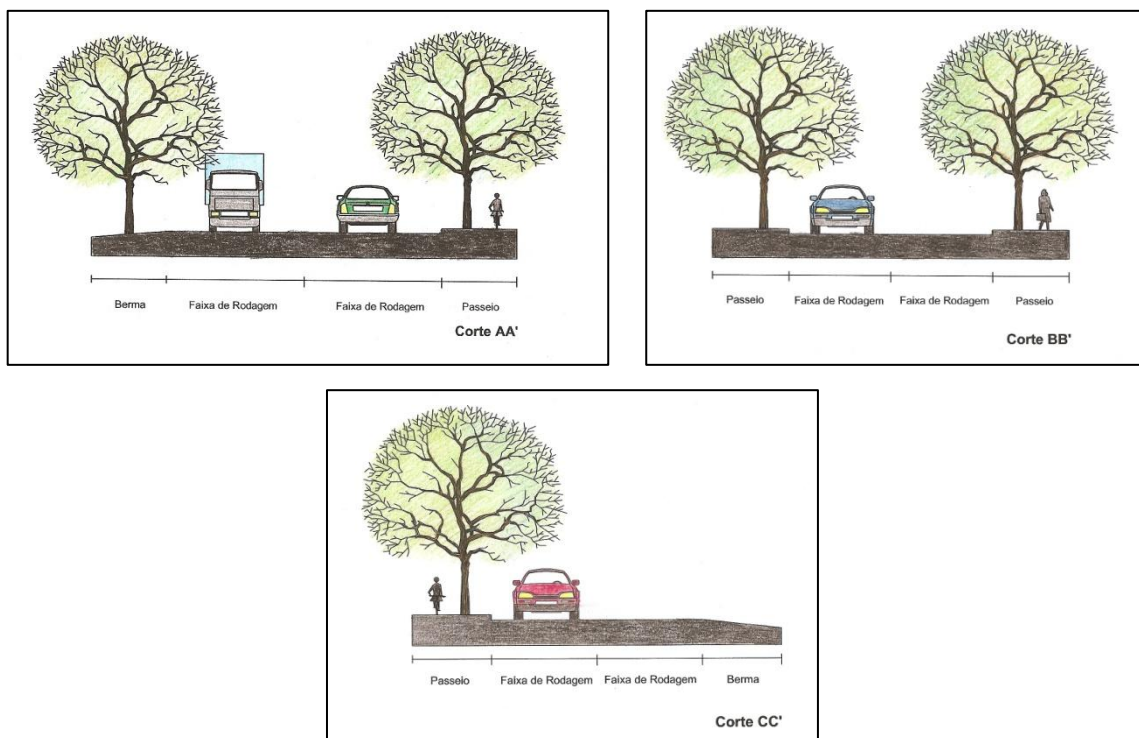


Figura 70 - Conjunto de cortes esquemáticos associados aos alinhamentos propostos, sem escala.

A área verde de protecção associada a Ribeira do Poço de Ourique e a área de protecção ligada à ETAR não foram consideradas nesta sistematização.

A primeira por se tratar de uma linha de água actualmente canalizada. As áreas de protecção das linhas de água só fazem sentido nas linhas de água a céu aberto. A segunda por não ser uma área de grande importância ecológica, sendo apenas condicionada pela faixa de protecção de 200m da ETAR.

Relativamente à sistematização da EEU de Almodôvar admite-se a hipótese de haver outras versões igualmente viáveis. Contudo segundo a interpretação da paisagem, esta versão representa as principais áreas que devem ser consideradas nos vários sistemas da EEU.

#### 6.4. Outras Propostas

Dada a informação recolhida na análise e diagnóstico da paisagem é importante salvaguardar as ocorrências relativas aos valores culturais e ao sistema de vistas que se sobreponham à EEU ou que estejam nas proximidades dos espaços que a constituem.

Deste modo foram marcadas em planta vistas e imóveis que possam incrementar valor à EEU, através de eixos e vistas. Até porque alguns dos "*espaços abertos públicos*" são áreas de enquadramento dos referidos imóveis.

Com a elaboração do levantamento do sistemas de vistas, outra preocupação em ter em conta é o perfil da vila. Assim, na proposta do Plano de Urbanização deverá ser salvaguardo, quando possível, o perfil da vila de Almodôvar.

A integração de percursos pedonais e/ou ciclovias no sistemas de corredores é uma mais valia, facilitando na segurança e mobilidade das pessoas, sem recorrer a veículos poluentes, como o carro ou motas, por exemplo.

Abordar a mobilidade e a segurança é importante, uma vez que actualmente não existem quaisquer percursos ou estruturas para peões entre perímetros urbanos. Inerente a esta ideia está a acessibilidade dos serviços e equipamentos que existem nos vários perímetros como o parque desportivo entre outros.

---

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Este trabalho foi bastante enriquecedor pelo contacto com os técnicos das diversas áreas, que com amabilidade me forneceram desde logo informações e bases digitais. E pelo estudo e pesquisa efectuados ao longo do trabalho.

A partir das informações e bases disponíveis tive a necessidade de ir mais além, procurando actualizar e inventariar informações importantes que não existiam até então, e que considero essenciais na elaboração quer da proposta preliminar da EEU quer na final.

No decorrer do estágio foram várias as sessões de acompanhamento com a coordenadora de divisão e com o co-orientador. A partir das sessões realizadas tive a oportunidade de procurar sensibilizar para a temática da EEU, tendo sido recebida com grande receptividade e interesse.

A grande dificuldade sentida durante o estágio consistiu em actualizar e reunir as informações para o esboço da proposta.

Esta dificuldade deveu-se em parte à desactualização do PDM em alguns pontos, na medida em que se encontra em vigor desde 1998, não tendo sido revisto desde então. E também por não contar com o auxílio de um plano de urbanização ou EEU pré-definida. Daí a necessidade de ter efectuar diversos levantamentos que exigiram trabalho de campo e pesquisas bibliográficas.

Outra dificuldade sentida foi pelo facto da EEU ser ainda um elemento pouco divulgado, tendo sido complicado a sua compreensão face a outros instrumentos como: Estrutura Verde Urbana e Plano Verde e a sua aplicabilidade e adaptabilidade à realidade de Almodôvar, por constituir um espaço urbano com forte carácter rural.

Contudo, e apesar deste trabalho não ter resultado de uma equipa transdisciplinar, pretende-se que seja uma boa base de trabalho sobre a qual a equipa técnica da CMA deverá desenvolver a EEU de Almodôvar.

---

## BIBLIOGRAFIA

---

AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves de - *Metodologia Científica: Contributos Prácticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos*. 9ª ed. Lisboa; Universidade Católica Editora, 2008.

CABRAL, Francisco Caldeira - *O "Continuum Naturale" e a Conservação da Natureza*. Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente, 1980.

CMA - *PDM Almodôvar: Relatório de Caracterização Física*. Almodôvar: CMA, 1998.

CMA - *PDM Almodôvar: Relatório Final*. Almodôvar: CMA, 1995.

CMA - *Relatório de Avaliação do PDMA em vigor*. Almodôvar: CMA, 2011.

COELHO, José Maria Afonso - *Foral de Almodôvar*. 5ª ed. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, 2004.

FERNANDES, Paulo Almeida - *História e Histórias - Almodôvar*. Câmara Municipal de Almodôvar.

FERREIRA, H. Amorim - *O Clima de Portugal: Baixo-Alentejo e Algarve*. Fascículo VII. Lisboa: Serviço Nacional de Meteorologia.1952.

FONSECA, André *et al.* - *Guia do Concelho de Almodôvar - Território da Antiga Escrita do Sudoeste*. Lisboa: Câmara Municipal de Almodôvar, 2011.

GONÇALVES, António J. - *Monografia de Almodôvar*. Almodôvar: Associação Cultural e Desportivo de Juventude Almodovarense.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA - *O Clima de Portugal. Normais Climatológicas da Região de "Alentejo e Algarve"* correspondentes a 1951-1980. Fascículo XLIX. INMG, Lisboa 1991.

MAGALHÃES, Manuela Raposo - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação* - Escalas Regional e Municipal. 1ª ed. Lisboa: ISApress, 2007.

ODUM, Eugene P. - *Fundamentos de Ecologia*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PAIO, Alexandre, *et al* - *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*. Coimbra: Instituto de Estudos e Urbanos da Universidade de Coimbra.2007.

SANTOS, Maria Amélia; BRITO, José Alberto - *Plano da Estrutura Verde de Faro*. Vila Real de Santo António, 1997.

SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL - *Atlas Climatológico de Portugal Continental*. Edição preliminar. SMN, Lisboa, 1974.

TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Plano Verde de Lisboa*. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

TELLES, Gonçalo Ribeiro *et al*. - *Paisagem: Paisagem Global*. Lisboa: DGOTDU, 1997.

### DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

PORTUGAL. Assembleia da República - Lei nº11 de 7 de Abril de 1987:D.R.:I Série, 87-04-07.

PORTUGAL. Assembleia da República - Lei nº107 de 8 de Setembro de 2001:D.R.:I Série - A, 11-09-23.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - *Decreto - Lei nº73* de 31 de Março de 2009: D.R.: I Série, 09-03-31.

PORTUGAL. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - *Decreto - Lei nº166* de 22 de Agosto de 2008: D.R.: I Série, 08-08-22.

PORTUGAL. Ministério do Ambiente, do Ordenamento e do Desenvolvimento Regional - *Decreto - Lei nº46* de 20 de Fevereiro de 2009: D.R.: I Série 09-02-20.

PORTUGAL. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - *Decreto Regulamentar nº9* de 29 de Maio de 2009: D. R.: I Série, Ficha nº25, 09-05-29.

PORTUGAL. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território - *Decreto Regulamentar nº5* de 8 de Fevereiro de 2002: D. R.: I Série - B, 02-02-08.

PORTUGAL. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território - *Decreto Regulamentar nº12* de 9 de Março de 2002: D. R.: I Série - B, 02-03-09.

PORTUGAL. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - *Decreto - Lei nº244* de 5 de Novembro de 2002: D.R.: I Série - A, 02-11-05.

PORTUGAL. Ministério da Cultura e Coordenação Científica. Instituto Português do Património Cultural - *Decreto nº28* de 26 de Fevereiro de 1982: D. R.: I Série, 82-02-26.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes - *Decreto nº251* de 3 de Junho de 1970: D. R.: I Série, 70-06-03.

PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Concelho de Ministros - *Decreto - Lei nº222* de 17 de Julho de 1998: D.R.: I Série - A, 11-01-11.

PORTUGAL. Ministério da Marinha e das Obras Públicas - *Decreto - Lei nº468* de 5 de Novembro de 1971: D.R.: I Série, 71-11-05.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros - *Decreto nº45* de 30 de Novembro de 1993: D. R.: I Série - B, 93-11-30.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros nº13/98: D.R.: I Série - B, 98-01-27.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros - *Decreto - Lei nº26* de 30 de Março de 2010: D.R.: I Série, 10-03-30.

## CARTAS

Carta de Cadastro, 1947, Instituto Geográfico e Cadastral, escala 1/5000, Secções I e T.

Carta de Ocupação do Solo do Concelho de Almodôvar, 2005, Instituto Geográfico Português (Base Digital).

Carta de Solos de Portugal, 1962, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, escala 1/50000, folhas nº46-C e nº50-A.

## DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

<http://www.monumentos.pt/>. acedido a 5 de Julho de 2011 às 16:27.

<http://www.inag.pt/>. acedido a 11 de Janeiro de 2012 às 20:01.

<http://www.ine.pt/>. acedido a 5 de Março de 2012 às 16:53.

<http://www.cm-almodovar.pt/>. acedido a 10 de Janeiro de 2012 às 17:08.